

ALYSSON HUBNER

**RISCO GLOBAL DA GRIPE AVIÁRIA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS
MEDIDAS PREVENTIVAS EM SANTA CATARINA (BRASIL)**

Orientadora: JULIA S. GUIVANT

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

ALYSSON HUBNER

**RISCO GLOBAL DA GRIPE AVIÁRIA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS
MEDIDAS PREVENTIVAS EM SANTA CATARINA (BRASIL)**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Sociologia
Política da Universidade Federal de Santa
Catarina como parte do requisito para
obtenção do título de mestre em Sociologia
Política**

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2007

Agradecimentos

Agradeço a **todas** as pessoas que contribuíram para a elaboração deste trabalho. A começar por duas que foram fundamentais: meu pai Francisco Hubner e minha orientadora Julia Guivant. O primeiro possibilitou as condições materiais, e a segunda as condições intelectuais, ambos estando presentes nos momentos bons e ruins desta trajetória. Meu muito obrigado!

Agradeço a minha japonesa linda Manuela Mika Jomori, meu amor, que tem me apoiado de maneira expressiva neste trabalho.

A minha mãe Narcisa Pedrali e ao meu irmão Luciano Hubner que são minha família, que embora estejam “longe” sempre me apoiaram e ajudaram.

A bolsa emergencial da CAPES, que nesses seis meses de bolsa possibilitou a realização de trabalho de campo e divulgação do trabalho em congresso internacional.

Aos membros do CESA VI – Comitê Estadual de Sanidade Avícola de Santa Catarina – que concederam entrevista, sendo graças a vocês realizado o trabalho.

As professoras Dras. Márcia Grisotti e Cécile Hélène que na banca de qualificação contribuíram significativamente para o desenvolvimento do projeto. Também ao professor Dr. Luciano Felix Florit por compor a banca de defesa.

A todos os meus professores e colegas das disciplinas que cursei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Todos os membros do NISRA - Núcleo Interdisciplinar em Sustentabilidade e Redes Agroalimentares, - os quais também contribuíram.

A secretária do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, a Albertina e Fátima sempre prestativas.

Aos “Xinaider’s” Fernando, Rodrigo e Roni, que estão sempre no dia a dia.

Agradeço muito tudo isso a Universidade Federal de Santa Catarina!

Resumo

O presente trabalho analisa sob uma perspectiva sociológica as medidas preventivas tomadas frente aos riscos da Gripe Aviária no Estado de Santa Catarina (Brasil). Ainda que a doença não esteja presente no Brasil, consideramos importante entender como tais medidas são formuladas e adotadas e que articulações sociais, políticas e econômicas são desencadeadas frente a um tipo de risco que pode ser de graves conseqüências na alta modernidade. O principal foco de estudo foi como o Estado e as agroindústrias em Santa Catarina (entre as mais importantes do país) estão percebendo e agindo com relação à Influenza Aviária. A dissertação inicia com a definição do que é a Gripe Aviária, traçando uma incipiente perspectiva histórica da doença, para em seguida contextualizá-la internacional, nacional e regionalmente. A luz da teoria da estruturação (Anthony Giddens) e da sociedade de risco (Ulrich Beck), consideramos como a ciência lida com as contingências e ambivalências na sociedade de risco ou alta modernidade. No trabalho de campo foram realizadas entrevistas junto aos membros do Comitê Estadual de Sanidade Avícola do Estado de Santa Catarina, espaço social onde ocorre a interação entre Estado e Agroindústria. Este Comitê desenvolve as medidas preventivas. A partir das entrevistas foram observadas diferenças quanto ao discurso político e científico; a emergência de seis pontos de tensão articulados ao risco; e algumas questões específicas dos fatores sociais e políticos da Influenza Aviária. A partir deste material e de uma extensa pesquisa bibliográfica, a Influenza Aviária é analisada na dinâmica da globalização, levantando-se três tipos de ambivalências: a ambivalência da Influenza Aviária, a do risco em si, e a dos meios de comunicação. No final foram avaliados os diferentes tipos de conhecimento envolvidos no debate, no qual estão presentes os peritos, os meios de comunicação e os leigos. Uma conclusão desta dissertação aponta para a heterogeneidade de conhecimentos envolvida nos conflitos e o debate sobre o controle da Gripe Aviária, abrangendo diferentes racionalidades, como aspecto central para entender as medidas tomadas para seu controle. Em termos gerais, procuramos mostrar como a constituição e atividades do Comitê Estadual expõem as complexas relações entre riscos globais e ações regionais.

Palavras chave: globalização, agência, dualidade da estrutura, ambivalência, contingência, risco, construção social.

Abstract

The present work analyzes through a sociological perspective the preventive measures taken in Santa Catarina State (Brazil) in relation to possible risks of the Avian Flu. Even if the illness is not present in Brazil, we consider important to understand how such measures are formulated and adopted and what economic, political, and social articulations are triggered due to a type of risk that can be of serious consequences in the high modernity. The main focus of study was how the State and the agro-industries in Santa Catarina (between the most important of the country) perceive and act regarding the Avian Flu. The dissertation initiates with the definition of the Avian Flu, drawing an incipient historical perspective of the illness, for right away put it into international, national and regional contexts. Concerning the theory of structuration (Anthony Giddens) and of the risk society (Ulrich Beck), we consider how science deals with the contingencies and ambivalences in high modernity. In the fieldwork were carried out interviews with the members of the State Committee for the Avian Sanitary Control of Santa Catarina State, social space where take place the interaction between State and agro-industries. This Committee develops the preventive measures. From the interviews we observed differences regarding the scientific and political discourse; the emergency of six tension points articulated to the risk; and some specific social and politics factors. From this material and an extensive bibliographical research, the Avian Flu is analyzed in the dynamic of globalization, raising three kinds of ambivalences: the one related to the Avian Flu, to the risk itself, and to the media. At the end we evaluate the different kinds of knowledge involved in the debate, in which are present the experts, the media and the laymen. A conclusion of this dissertation emphasized the importance of considering the heterogeneous knowledge involved in the conflicts and the debate about the Avian Flu, including different rationalities, to the understanding of its control. In general terms, we considered that the constitution and activities of the State Committee expose the complex relations between global risks and regional actions.

Key words: globalization, agency, duality of the structure, ambivalence, contingency, risk, social construction.

SUMÁRIO

Resumo.....	3
Abstract.....	4
Lista de tabelas.....	7
Lista de quadros.....	8
Siglas.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO 1	
Panorama geral da Influenza Aviária	18
1.1 Perspectivas históricas do surgimento da doença e como ela age nos seres vivos...18	
1.2.Contexto Internacional da Gripe Aviária.....	21
1.3.Atividade de Produção de Aves.....	23
1.4 Situação dos Trabalhadores.....	28
1.5 Medidas do Estado.....	29
1.6 O Estado de Santa Catarina.....	31
CAPITULO 2	
O Papel da Ciência na Sociedade de Risco e a Percepção dos Atores Sociais.....	32
2.1 Ciência. Ambivalências e Contingências: indeterminações acerca dos seus resultados.....	32
2.2 Sociedade de Risco e Alta Modernidade.....	38
2.3 Teoria da Estruturação.....	45
2.4 A formação das percepções do risco.....	52
2.4.1 Construção Social da Percepção de Riscos.....	52
2.4.2 Imunidade Subjetiva.....	55
2.4.3 Percepção e Intervenção.....	56
CAPITULO 3	
O Comitê Estadual de Sanidade Avícola de Santa Catarina.....	60
3.1 Origem do Plano e os Comitês.....	62
3.2 Discurso político e científico.....	64
3.3 Pontos de Tensão.....	66
3.3.1Tensão: corte e postura.....	67
3.3.2 Tensão: integrados e não integrados.....	70
3.3.3 Tensão: Agroindústria e avicultores.....	73
3.3.4 Tensão: Produção Comercial e Produção Independente.....	76
3.3.5 Tensão: Esfera Pública e Privada.....	79
3.3.6 Tensão: Entre a esfera privada.....	83
3.4 Sociedade de Risco no contexto da Influenza Aviária.....	84
3.4.1 Relação dos pontos de tensão com o risco.....	86

CAPITULO 4

Fatores sociais e políticos no caso da Influenza Aviária e as questões normativas.....92

4.1 Proximidade do criador com as aves: o modo de produzir baseado na questão social.....92

4.2 Fatores de minimização do risco.....94

4.3 Dimensão política no enfrentamento do problema.....96

4.4 As Medidas.....98

4.4.1 Regionalização ou compartimentalização.....98

4.4.2 Georeferenciamento.....102

4.4.3 Comunicação.....103

4.4.4 Treinamentos.....104

CAPITULO 5

Globalização e Ambivalências no contexto da Influenza Aviária e os diferentes tipos de conhecimento.....106

5.1 Globalização no contexto da Influenza Aviária.....106

5.2 Ambivalências.....109

5.2.1 Ambivalência do risco da Influenza Aviária no Brasil e no Estado de Santa Catarina.....110

5.2.2 Ambivalência do risco em si: fatores positivos e negativos.....113

5.2.3 Ambivalência dos meios de comunicação.....117

5.4 Dos peritos aos leigos.....120

5.4.1 Meios de comunicação.....120

5.4.2 Segurança ontológica.....124

5.4.3 Os leigos.....126

CONCLUSÃO.....129

Anexo.....132

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....134

Lista de tabelas

TABELA 1: Pandemias do Século XX.....	20
TABELA 2: Casos Humanos de Influenza Aviária.....	20
TABELA 3: Cumulative Number of Confirmed Human Cases of Avian Influenza .A/(H5N1) Reported to WHO - 6 June 2006.....	22
TABELA 4: Exportação mundial de carnes de frango de acordo com alguns países (em mil toneladas).....	24
TABELA 5: Exportações brasileiras de carne por destinos nos anos de 2005 e 2004...25	
TABELA 6: Consumo anual brasileiro de carne de frango no período entre 1989 e 2005.....	26
TABELA 7: Comparativo das exportações brasileiras de carne de frango no período de janeiro a setembro dos anos de 2006 e de 2005 (unidade Kg líquido).....	28
TABELA 8: Trabalhadores na criação e abate de aves, por sexo. Brasil 2004.....	28

Lista de quadros

QUADRO 1: Características da sociedade de classes e sociedade de risco	42
QUADRO 2: Conceituação da Reflexividade e Cognoscitividade	49
QUADRO 3: Sobre as entidades que compõe o CESAVI.....	61
QUADRO 4: Origem do CESAVI.....	62
QUADRO 5: Características da produção de corte e postura.....	69
QUADRO 6: Aspectos da produção.....	71
QUADRO 7: Atual e posterior papel dos três atores sociais diretamente envolvidos.....	75
QUADRO 8: Modelo de Produção Comercial e Independente.....	77
QUADRO 9: Aspectos da esfera pública e privada antes e depois do CESAVI.....	80
QUADRO 10: Tríade: Tensão, negociação e Coligação.....	86
QUADRO 11: Pontos de tensão relacionados ao risco.....	87
QUADRO 12: Fatores que atribuem à minimização do risco e suas características.....	94
QUADRO 13: Medidas adotadas.....	100
QUADRO 14: Heterogeneidade de conhecimentos.....	121

Siglas

ABEF: Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango

ACAV: Associação Catarinense de Avicultura

CIDASC: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CESAVI: Comitê Estadual de Sanidade Avícola

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAESC: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina

MAPA: Ministério da Agricultura

OIE: Organização Internacional de Epizootias

OMS: Organização Mundial da Saúde

PNSA: Plano Nacional de Sanidade Avícola

SAR: Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina

SFA/SC: Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina

SINDICARNE: Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado de Santa Catarina

UBA: União Brasileira de Avicultura

UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

Introdução

O ressurgimento da Gripe ou Influenza Aviária¹ traz consigo além de sua potencialidade de mortalidade, grandes desafios para sociologia no referente às suas implicações sociais. Dentre estas destacamos a importância de analisar a forma como se constroem as relações sociais frente ao aparecimento do vírus H5N1, como ele passa a ser institucionalizado e definido como um problema para a sociedade, e a forma pela qual ele é percebido pelos diferentes atores sociais envolvidos na sua trajetória. Por um lado, devido à escassez de trabalhos na área de sociologia que abordem a Influenza Aviária, isso nos limitou na possível discussão com trabalhos paralelos a fim de estabelecer uma comparação com os demais. Por outro lado, tem sido amplamente divulgado nos mais variados meios de comunicação, como jornais, revistas, televisão, rádio e Internet, um grande número de material sobre a Gripe Aviária, o que constitui um fator positivo para o estudo devido ao acesso de informações para os leigos e para a própria pesquisa.

Como pôde ser avaliado até o momento, a Influenza Aviária diz respeito a um determinado período histórico. Estamos diante de um fato em que as questões envolvidas em tal situação estão inseridas numa determinada conjuntura econômica, política, cultural e social. Dada à dimensão do risco, é importante considerar como o Estado de Santa Catarina tem se posicionado frente à Gripe Aviária, identificando quais os procedimentos adotados pelo governo estadual a fim de lidar com esta questão; saber como e o que o Estado tem feito diante desta crise, como ele tem atuado nestas situações de risco, quais as medidas adotadas pela esfera pública, saber em que direção apontam estes mecanismos adotados relacionando o Estado de Santa Catarina com relação ao governo federal brasileiro.

Outro ator social importante para este estudo está relacionado às agroindústrias. Neste caso vamos analisar como as agroindústrias que se encontram no oeste de Santa Catarina, dentre as quais se destacam a Sadia, Perdigão e Seara, estão agindo diante da Influenza Aviária. As agroindústrias são extremamente importantes para o Estado de Santa Catarina, na medida em que representam um setor que gera um grande número de

¹ Os termos “Gripe Aviária” e “Influenza Aviária” são usados como sinônimos no decorrer da dissertação.

empregos e, portanto, renda para grande parte das famílias que dependem dessa atividade econômica, envolvendo desde a criação de aves até a comercialização, abrangendo uma gama considerável da população que depende deste setor para sua sobrevivência. As exportações de carnes de frango corresponderam a 19% do total de todas as exportações catarinenses no ano de 2005 (Epagri, fonte: Secex/Sistema ALICE)², possuindo assim uma quantia considerável do total das exportações do Estado. O número de pessoas que trabalham nestas três agroindústrias são de 10.229 trabalhadores na Sadia S.A., 12.058 na Perdigão Agroindustrial S.A. e 13.092 na Seara Alimentos S/A (FIESC, CIESC, SESI, SENAI, IEL 2004). O faturamento de cada empresa foi de R\$ 5,6 bilhões, R\$ 2,3 bilhões e R\$ 2,0 bilhões respectivamente (Idem).

O Estado é importante porque as políticas adotadas tanto a nível federal quanto estadual, interferem diretamente neste processo comercial e também na forma como as agroindústrias e avicultores terão que agir em vista da questão sanitária.

A agroindústria constitui um setor a ser avaliado em nossa pesquisa uma vez que ela estabelece esse vínculo entre os avicultores e o mercado internacional de venda de carnes, promovendo um papel central de intermediação na produção e venda de carne de frango.

Assim estamos diante de dois atores sociais centrais que consideramos importantes: O Estado e as agroindústrias. Diante disso, é importante pontuar como estes atores sociais têm se posicionado diante da Gripe Aviária e o que têm feito na prática frente a tal situação. A pergunta de partida que conduzirá o estudo é:

Como Estado e Agroindústria percebem, se posicionam e agem diante da gripe do frango?

É preciso deixar claro, antes de tudo, que aquilo que nos ocupa está relacionado, principalmente, com o que os atores sociais fazem com estas informações, ou seja, como eles agem na prática diante desta situação colocada pela Influenza Aviária. Queremos entender qual o significado que eles atribuem para os significantes. Embora os significantes

² http://cepa.epagri.sc.gov.br/agroindicadores/exp_sc_valor.htm Consulta: setembro de 2006

sejam os mesmos, consideramos que a atribuição dos significados pode variar de acordo com a localização social destes atores, que está por sua vez também relacionada à sua cultura. Procura-se assim, não somente identificar de onde provém tal informação, qual a posição delas, mas também o que estes atores fazem com estas informações, a maneira pela qual eles transformam ou processam estas, e, portanto, passam a possuir uma determinada percepção. Isso implica em analisar em que medida a suas percepções influenciam a prática de suas atividades. Para que ocorra uma intervenção é preciso que haja antes de tudo, uma determinada percepção. Todavia, a percepção não é garantia de que ocorra a intervenção, uma vez que o fato dos indivíduos perceberem um determinado risco, não fornece subsídios suficientes para que se efetive uma determinada ação prática.

Como o vírus não atingiu a todos os países, excluindo da lista os seus americanos, muitas nações produtoras de frango encontram-se livres até o momento desta situação que tem inviabilizado esta atividade econômica nas regiões afetadas pela doença. Assim sendo, o Brasil se encontra sem nenhum registro da Gripe Aviária, o que lhe torna um país com garantias na qualidade de seu produto, em vista de uma grande produtividade, que tenta agregar bom preço e também outros aspectos que são exigidos pelo mercado internacional, como o caso do sabor.

Consideramos importante situar a crise da Gripe Aviária dentro do contexto da alta modernidade (Giddens, 1991, 2002) e da globalização (Beck, 1998, 1999), o que pode contribuir para entender as dimensões de tal crise. Ou seja, tentar explicar e entender de que forma algo que ocorre do outro lado do planeta afeta diretamente a vida das pessoas em outras partes do mundo. A globalização emerge com a modernidade, pois a “modernidade é inerentemente globalizante – isto é evidente em algumas das mais básicas características das instituições modernas...” (GIDDENS 1991:69) Ela é elucidada da seguinte forma: “A globalização pode ser assim definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo e muitas milhas de distância e vice e versa” (idem). Assim, esta relação entre o local e o global é importante para entender a conjuntura do Estado de Santa Catarina, com relação ao Brasil e a situação mundial.

Nosso objetivo geral é o de estudar como os atores sociais envolvidos localmente em Santa Catarina percebem-na, posicionam-se e agem dentro da dinâmica da globalização frente ao problema da Influenza Aviária. Nossos objetivos específicos são:

- Caracterizar a forma como as ambivalências da Influenza Aviária são percebidas pelos atores sociais envolvidos na questão no Estado de Santa Catarina.
- Identificar as posições dos diversos atores sociais envolvidos no problema dando destaque as agroindústrias e agentes governamentais
- Avaliar as conseqüências econômicas, sociais e políticas da Influenza Aviária.
- Contextualizar a situação de Santa Catarina em relação às medidas do governo federal e de órgãos internacionais.

Como justificativas para o recorte desta problemática podemos mencionar os seguintes aspectos:

1- A noção de risco, própria da sociedade contemporânea e amplamente difundida na teoria sociológica, pode ser compreendida com a situação da Influenza Aviária.

2 - Vários setores da população dependem desta atividade econômica, e embora o Brasil e Santa Catarina em especial não tenham registrado nenhum caso, a existência do vírus pode trazer conseqüências negativas, como a geração de desemprego e a diminuição das exportações.

3 - Esta situação gera uma espécie de efeito dominó, pois sem as exportações o Estado arrecada menos, e outros setores que dependem indiretamente da atividade também sofrem as conseqüências.

4 - Embora existam produções científicas que abordem a Influenza Aviária, uma abordagem sociológica a este respeito praticamente inexistente no Brasil.

Foram realizadas entrevistas junto aos membros do CESAVI (Comitê Estadual de Sanidade Avícola) através de um questionário semi-estruturado, juntamente com o auxílio de um gravador, o que permitiu uma melhor sistematização dos dados. O questionário semi-estruturado foi fundamental, pois mesmo sendo seguido um roteiro de perguntas, o questionário não se reduziu somente a tais perguntas, mas permitiu que fossem feitas novas

perguntas em cima das respostas dos entrevistados, o que tornou suscetível a exploração de elementos que não estavam contidos inicialmente no questionário, mas que foram sendo incorporados no decorrer da pesquisa.

Procuramos seguir as etapas da pesquisa científica sugeridas por QUIVY e CAMPENHOUDT (1998). Também realizamos um levantamento de dados na Internet, jornais, revistas, e em todos os meios de comunicação que nos foram possíveis.

Como nos comprometemos em fazer ciência, pelo menos tentar realizar essa tarefa em seu sentido mais próximo ao tipo ideal, ou tipo puro, questões normativas ficam alienadas dessa esfera. Todavia quando se inserem variáveis peculiares na sociedade do risco, variáveis *sui generis*, fizemos uma releitura dessas concepções clássicas ou ortodoxas. Por isso, uma dose de normatividade é imputada na sociologia ambiental, pelo fato de emergir à seguinte variável: a possibilidade de extinção da espécie humana. Há um certo revisionismo com relação ao pré-suposto da ciência ser um instrumento exclusivo para constatação de que determinados meios são adequados para determinados fins. Não que vamos proceder de outra maneira, o que ocorre é que nem sempre os fins se justificam, como por exemplo, utilizá-la para promover riscos de graves conseqüências.

Não podemos nos valer dos valores para demonstração dos fatos, mas isso não equivale a destituí-los por completo. Como por exemplo, a ciência ser utilizada para fabricar armas de destruição em massa. Não podemos confundir a explicação, a demonstração, com as questões normativas. Pois se os riscos são criados pela utilização que se fez da ciência, e foram legitimados em determinado momento por ela, isso significa que uma releitura é feita dessas premissas baseadas em argumentos científicos, que por sua vez foram instrumentalizadas, para que haja uma minimização dos riscos, e não continuar se fundamentando num modelo de ciência que gere riscos, e que se continuamos aplicando essa metodologia, provavelmente os riscos se agravem, ganhem maiores proporções das que já foram e estão estabelecidas, tendo em vista esse *modus operandi* clássico.

Desta maneira, em nossa metodologia, nos posicionamos frente à neutralidade axiológica. Esta metodologia é descrita por Weber (2001) como sendo fundamental e essencial para quem tem o compromisso em fazer ciência social. Precisamos evitar nos

valer de juízos de valor no que diz respeito à demonstração dos fatos. Não existe ciência sem valores, pois os valores podem influenciar na escolha do objeto, e não interferir na explanação e conseqüente alteração dos fatos. Eis aí um ponto de partida indispensável, separar fato de valor.

Angela Alonso e Valeriano (2002) relatam como se deram os estudos ambientais no Brasil, e como os integrantes desses estudos eram na sua maioria simpatizantes dos movimentos ambientalistas. Chamam a atenção para a neutralidade axiológica, pois muitos trabalhos sobre questões ambientais, principalmente na sua gênese no Brasil, estão carregados de uma certa militância, o que resultaria numa distorção na interpretação e explicação dos fatos. Pois a ciência não pode ser utilizada para estabelecer uma hierarquia de valores.

Ao empreender o estudo da Gripe Aviária precisamos fazer algumas considerações básicas para que possamos definir aquilo que ela é, o que ela representa, e como ela pode afetar a vida das pessoas de uma maneira direta, em seu cotidiano. Por isto, o primeiro capítulo traz um panorama geral da Influenza Aviária, aonde é introduzida uma discussão acerca da *perspectiva histórica* do vírus, em que são analisadas de uma maneira breve algumas *características da doença* entendendo como ela age nos seres vivos. Também é abordado o *contexto internacional da Gripe Aviária*, mostrando o que ela representa economicamente para o mundo, e quais os dados sobre as mortes causadas pelo H5N1. A *atividade de produção de aves* é verificada em outro sub-item, o qual relaciona-se a produção brasileira com a dos demais países exportadores de carne de frango, também exemplificando de que maneira com os casos de Influenza Aviária no mundo as exportações brasileiras começam a constatar uma retração. É avaliada a *situação dos trabalhadores* que trabalham na criação e no abate de aves. E por último são examinadas as *medidas do Estado*, e também do *Estado de Santa Catarina*.

O segundo capítulo trata do referencial teórico, aonde discorremos sobre a *Ciência. Ambivalências e Contingências: indeterminações acerca dos seus resultados*, mostrando como se dá à passagem de um modelo de ciência que pretende gerar segurança e colonizar o futuro, passando para um modelo dúbio que, ao mesmo tempo em que gera risco, identifica esses riscos fornecendo os instrumentos para agir nos mesmos, momento em que

já estão presentes a ambivalência e as indeterminações. Estas modificações se devem à emergência da *Sociedade de Risco e Alta Modernidade*, termos cunhados pelos sociólogos Ulrich Beck e Anthony Giddens respectivamente. Após, vamos discorrer sobre a *Teoria da Estruturação* em Giddens (2003), a fim de analisar como se engendra o processo da ação social dos atores sociais. Com isso, passamos para a *Formação das percepções de risco*, investigando a *Construção Social da Percepção de Riscos* utilizando como principal autor a Hannigan (1995). No final, analisamos como a relação entre *Percepção e Intervenção* é importante, através de Guivant (1997; 1999; 2002), aonde a percepção aparece como uma condição *sine qua non* para as políticas de intervenção.

No capítulo três trazemos a discussão sobre o *Comitê Estadual de Sanidade Avícola de Santa Catarina*, analisando a *origem do Plano e os Comitês*, aonde a origem do Plano Nacional de Prevenção a Influenza Aviária remonta ao comitê da iniciativa privada, sendo que em uma das normas do Plano é sugerido que sejam criados um comitê em cada Estado, exatamente aonde emerge o CESAVI - Comitê Estadual de Sanidade Avícola -, comitê que foi estudado nesta pesquisa. Foi possível observar uma diferença entre o *discurso político e o científico*, que é analisada posteriormente. A questão dos *pontos de tensão* é analisada neste capítulo, aonde se engendram seis pontos de tensão, entre corte e postura, integrados e não integrados, agroindústrias e avicultores, produção comercial e independente, esfera pública e privada e entre a esfera privada. Procuramos analisar estes pontos de tensão a luz do risco, de que maneira estes pontos de tensão estão articulados a ele, parte que é analisada na *relação dos pontos de tensão com o risco*, que permitiu agrupar os pontos de tensão com a tipologia criada por nós: pré-risco, pós-risco, e trans-risco.

O capítulo quatro aborda algumas questões específicas dos *fatores sociais e políticos no caso da Influenza Aviária e as questões normativas*, aonde o modo de produzir às aves baseado na *proximidade do criador com estas* pode desencadear a disseminação do vírus, fato diretamente relacionado à dimensão social. Desta maneira, as características relacionadas ao Estado de Santa Catarina propiciariam alguns *fatores para a minimização do risco*, tais como a rota das aves migratórias ser pequena e o modo de produção catarinense ser diferente da asiática. Estas questões remetem a uma *dimensão política no enfrentamento do problema*, pois a disseminação ou não do H5N1 varia de acordo com as

medidas do Estado, como no caso da indenização das aves, pois no caso hipotético de contaminação pelo vírus H5N1, o modo pelo qual for articulado e estabelecido as indenizações das aves do Estado para os avicultores, pode fazer com que eles entrem em contato ou não com os órgãos responsáveis. Após, são discutidas *as medidas* adotadas no Brasil e no Estado de Santa Catarina, tais como a *regionalização*, o *georeferenciamento*, a *comunicação* e os *treinamentos*, que estão sendo implementados como normas para a questão da Influenza Aviária.

No capítulo cinco tratamos sobre a *globalização e as ambivalências no contexto da Influenza Aviária e os diferentes tipos de conhecimentos envolvidos*. A *globalização* é importante para entender de que forma as relações sociais se modificam com relação à Influenza Aviária, pois mesmo ela não existindo no Brasil, traz ainda alterações, que por sua vez só se tornam possíveis em um mundo globalizado. As *ambivalências* são tratadas sob três aspectos: 1) a *ambivalência do risco da Influenza Aviária no Brasil e no Estado de Santa Catarina*, no qual não existe um consenso da comunidade científica sob a reduzida possibilidade da Influenza Aviária chegar ao país, embora a maior parte acredite que existe um risco baixo; 2) a *ambivalência do risco em si*, os *fatores positivos e negativos* que o risco sugere, na medida em que o risco possui essa conotação dúbia e 3) a *ambivalência dos meios de comunicação*, que ao gerar o pânico pode auxiliar na aplicação das medidas. À parte *dos peritos aos leigos* aborda os diferentes tipos de conhecimento envolvidos na questão, mostrando de que maneira os meios de comunicação tentam articular o conhecimento perito ao leigo, muitas vezes abalando a *segurança ontológica* dos agentes. E na última parte, *os leigos* são considerados e, embora não tenha sido realizada uma pesquisa de campo com eles, constituem outro fator a ser avaliado, o que permitirá o diálogo com futuros trabalhos que possam ser realizados.

CAPÍTULO 1 Panorama geral da Influenza Aviária

Os aspetos gerais da Influenza Aviária que serão abordados neste capítulo referem-se tanto as questões relacionadas ao próprio vírus, quanto às implicações que a Influenza Aviária pode trazer. Portanto são avaliados também alguns dos setores sociais que estão diretamente relacionados a esta questão do risco.

1.1 Perspectivas históricas do surgimento da doença e como ela age nos seres vivos.

Queremos deixar claro antes de tudo, que não existe um consenso definido sobre qual é a data da gênese da Gripe Aviária. Uma das possibilidades é que ela possivelmente remonta a década de 50 (1957) onde foi registrado o primeiro caso em seres humanos no continente asiático, vitimando cerca de 1,4 milhões de pessoas³. Todavia, outra fonte nos revela que a Gripe Aviária teve seu primeiro caso registrado em 1918 na Espanha, onde esta Pandemia de Influenza (vírus H1N1) levou a morte mais de 20 milhões de seres humanos por todo planeta (IBIAPINA 2005). Já no site da revista Veja encontramos uma terceira possibilidade, segundo a qual a Gripe Aviária teria sido pela primeira vez detectada em seres humanos em Hong Kong no ano de 1997⁴. Em meio a esta falta de consenso, é possível apontar a segunda fonte como mais confiável, na medida em que os dados são mais elaborados pelo pesquisador da medicina.

Antes de adentrar na perspectiva histórica da doença, partimos da definição da Influenza, que de acordo com Lucia Ferro Bricks possui as seguintes características:

“influenza é uma doença respiratória aguda febril, usualmente auto-limitada, que pode ser causada por três tipos de vírus pertencentes à família *Orthomyxoviridae* – os vírus da influenza A, B e C, que diferem quanto às suas nucleoproteínas internas. Uma das mais marcantes características dos vírus da influenza é a capacidade de

³ Na RBS (Rede Brasil Sul) Repetidora sucursal filiada a rede Globo de televisão, foi criado um especial que trata sobre a Gripe Aviária.
<http://www.clicrbs.com.br/especiais/jsp/default.jsp?espid=23&uf=1&local=1&newsID=a985055.htm§ion=Histórico> (consulta: Agosto de 2006)

⁴ <http://veja.abril.com.br/saude/index.html> (consulta: Agosto de 2006)

acometer grande número de indivíduos. O envelope dos vírus da influenza possui os antígenos *hemaglutinina* (H) e *neuraminidase* (N) que permitem a ligação do vírus ao epitélio respiratório e a infecção de células suscetíveis. Esses antígenos apresentam variações, levando ao aparecimento de cepas variantes para as quais a população possui pequena ou nenhuma imunidade e, assim, ocorrem às epidemias e as pandemias de influenza.” (BRICKS, et al. 1997: 114)

A partir desta definição podemos notar algumas características chaves para entender como a Gripe Aviária age nos seres vivos, notadamente nos humanos. Fica claro como ela possui uma capacidade de propagação em grande escala num curto espaço de tempo. Outra questão que chama a atenção é que a estrutura do vírus, - os denominados antígenos *hemaglutinina* (H) e *neuraminidase* (N), - sofrem mutações, pois, como veremos mais adiante desde seu surgimento até como ela é caracterizada hoje, ocorreram algumas mudanças nessas propriedades, na medida em que no primeiro caso registrado no ano de 1918, esta pandemia de influenza era o H1N1. Hoje este vírus foi transformado sofrendo mutações que lhe caracterizam pelos elementos H5N1, o que lhe concede uma diferença que, ao que tudo indica, possui uma maior dificuldade em ser combatida. Estas dificuldades são provenientes da transformação da estrutura viral, pois ao mesmo tempo, se algum tipo de vacina for desenvolvida, tudo leva a crer que esta provavelmente não faça mais o mesmo efeito, tampouco não seja suscetível de conceder uma maior possibilidade de controle, uma vez esta identificada e estabelecida, em virtude desta constante metamorfose.

Desde sua gênese até como ela é conhecida hoje em dia, verificamos que este vírus se modificou dentro desta estrutura, possuindo variações nestes dois elementos, o H e o N. Em 1957 na Ásia ela foi identificada como H2N2 (IBIAPINA, 2005), sendo responsável pela morte de cerca de um milhão de pessoas⁵ num período de seis meses. No ano de 1968 é registrado em Hong Kong o H3N2, que contabiliza mais de um milhão de óbitos. Para melhor visualizar isto dispusemos da tabela a seguir:

⁵ <http://www.agrolink.com.br/gripeaviaria/doenca.asp> dado também confirmado pelo site do governo federal http://portal.saude.gov.br/portal/svs/visualizar_texto.cfm?idtxt=21725 ambos sites consultados em setembro de 2006). Consulta: Agosto de 2006

TABELA 1: Pandemias do Século XX

Ano e Vírus	Local e Mortes
1918 H1N1	Gripe Espanhola 40 milhões de mortes
1957 H2N2	Gripe Asiática 1-4 milhões de mortes
1968 H3N2	Gripe de Hong Kong 1-4 milhões de mortes

Fonte: Plano de Preparação para Pandemia de Influenza do Estado de São Paulo (MAGNO 2006).

Tanto os humanos quanto as aves são afetados por estes tipos específicos do vírus influenza. Estão presentes nos seres humanos: o H1N1, H2N2, H3N3 e o H1N2. Entre as aves estão presentes os: H4N6, H5N1, H5N2, H5N3, H6N2, H7N7, H8N4, H9N2, H10N4, H10N7, H13N6... Todavia, o segundo vírus dentre as aves, - H5N1 - possivelmente seja uma recombinação entre o vírus humano e o aviário, de tal sorte que este vírus conferiu uma determinada capacidade de transmissão entre os seres humanos, atingindo assim e contaminando algumas pessoas (MAGNO 2006).

O H5N1 foi registrado pela primeira vez no mês de maio no ano de 1997, em Hong Kong numa criança de três anos de idade, que após ter sido medicada faleceu dezesseis dias após o aparecimento dos sintomas (IBIAPINA 2005). Logo após o primeiro registro depois de decorridos alguns meses, surgem mais uma série de casos. A tabela que segue retrata desde o aparecimento de tal vírus até os casos de 2005.

TABELA 2: Casos Humanos de Influenza Aviária

Ano	Local	Cepa	Casos	Óbitos
1997	Hong Kong	H5N1	18	6
1999	Hong Kong	H9N2	2	0
2003	Holanda	H7N7	83	1
2003	Hong Kong	H9N2	1	0
2003-2005	Cambodja China Indonésia Iraque Tailândia Turquia Vietnam	H5N1	190	107

Fonte: Plano de Preparação para Pandemia de Influenza do Estado de São Paulo (MAGNO 2006)

Notamos que de 1997 até 2005 foram registrados um total de 294 casos totalizando ao todo 114 mortes, contabilizando 38,77% de mortes do total de pessoas infectadas. O H5N1 foi identificado em 1997 e 2003, enquanto nos anos de 1999 e 2003, os vírus H9N2 e H7N7 foram registrados, - respectivamente - não estando presente o primeiro tipo registrado em 1997. O que chama a atenção é como o vírus H5N1 é muito mais letal que as demais variações do vírus, na medida em que no ano de 1997, de 18 casos, 6 desses faleceram, correspondendo a 33,33% a taxa de morte por total de casos. A cada 3 registros, pelo menos uma morte é contabilizada neste ano. Já nos anos de 1999 e 2003 onde o H9N2 e o H7N7 contaminaram 86 pessoas, apenas uma pessoa morreu, caindo assim para 1,86% à taxa de óbitos por total de indivíduos contaminados. A data mais preocupante é a que transcorre o período mais recente, que corresponde ao ano de 2003 à 2005, onde foram identificados 190 infecções, matando 107 pessoas, aumentando a taxa para 56,31%. Dois fatos são verificados nesse período mais crítico. Primeiro: que a possibilidade de que alguém que seja infectado pelo vírus H5N1, e assim esse o leve a morte é maior que 50 por cento, ou seja, de cada 2 pessoas infectadas, pelo menos uma é levada a morte segundo podemos inferir a partir dos dados disponíveis. Segundo aspecto: no ano de 1997, 1999 e 2003 - no caso de 2003 a variação H9N2 - o vírus esteve restrito a apenas um país. No período que transcorre de 2003 a 2005, foram registrados o vírus em mais de 7 países, e provavelmente este número venha aumentar em virtude das características inerentes dessa doença. Ou seja, ele é global, e de alta periculosidade.

Este número pode ser ainda maior de acordo com outras fontes. Estes números podem variar, pois estão relacionados às condições sociais e ambientais que tornam difícil o registro e a notificação dos casos. Segundo Ibiapina (2005), no período de dezembro de 2003 a fevereiro de 2004 foram identificados à variação do vírus H5N1 em 8 países: Camboja, China, Indonésia, Japão, Laos, Coréia do Sul, Tailândia e Vietnã.

1.2.Contexto Internacional da Gripe Aviária

A estimativa dos gastos com a Gripe Aviária em todo o mundo, segundo um estudo divulgado no dia 3 de julho de 2006 pelo Banco Mundial, é de que ela irá custar cerca de

US\$1,25 trilhão à economia mundial⁶. Estes gastos equivalem a quase três vezes o valor do PIB brasileiro de 2003, uma vez que neste mesmo ano foi de US\$ 498.426 milhões (FGV)⁷.

Na conjuntura internacional, notamos que a Gripe Aviária tem se alastrado ao longo dos últimos cinco anos de maneira progressiva, passando até o dia 6 de Junho de 2006 a registrar a morte de 128 pessoas, do total de 225 infectadas pelo vírus, no período que transcorre de 2003 até junho de 2006. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a situação da Gripe Aviária com relação ao registro de casos do vírus H5N1, e as respectivas mortes relacionadas à doença estão ilustradas da seguinte forma:

TABELA 3: Cumulative Number of Confirmed Human Cases of Avian Influenza A/(H5N1) Reported to WHO - 6 June 2006

Country	2003		2004		2005		2006		Total	
	cases	deaths	Cases	deaths	cases	Deaths	cases	deaths	cases	Deaths
Azerbaijan	0	0	0	0	0	0	8	5	8	5
Cambodia	0	0	0	0	4	4	2	2	6	6
China	0	0	0	0	8	5	10	7	18	12
Djibouti	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Egypt	0	0	0	0	0	0	14	6	14	6
Indonésia	0	0	0	0	17	11	32	26	49	37
Iraq	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2
Thailand	0	0	17	12	5	2	0	0	22	14
Turkey	0	0	0	0	0	0	12	4	12	4
Viet Nam	3	3	29	20	61	19	0	0	93	42
Total	3	3	46	32	95	41	81	52	225	128

Fonte: OMS⁸. Total number of cases includes number of deaths.
WHO reports only laboratory-confirmed cases.

Observamos que esta progressão do aumento de casos concomitantemente ao aumento de mortes confirmadas, alcançou seu ápice em 2006, que até então atingiu 81

⁶<http://www.clicrbs.com.br/especiais/jsp/default.jsp?template=2095.dwt&newsID=a1218843.htm&tab=00052&order=datepublished&espid=23§ion=&subTab=03270&colunista=&uf=1&local=1> Consulta: setembro de 2006)

⁷http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_pe_tur_progpesqeco_tabelas_ambiente.asp Consulta: agosto de 2006)

⁸http://www.who.int/csr/disease/avian_influenza/country/cases_table_2006_06_06/en/index.html Consulta: agosto de 2006

pessoas, levando a morte 52 pessoas. De acordo com os dados da tabela, constatamos que em 2005 o aumento de casos foi significativo com relação ao período que antecede esta data, passando a suscetibilidade de se tornar mais grave em 2006, uma vez que já foram registradas mais mortes do que no ano anterior, tendo em vista que os dados são referentes ao mês de junho, podendo esses números superar aos demais anos. Interessante notar que no período de 2003 foi registrado somente no Vietnã, com três casos e três mortes, passando no ano seguinte a 29 casos e 20 mortes, e seu cume foi em 2005 com 61 casos e 19 mortes. Assim, o período que transcorre de 2003 a 2005 o Vietnã assumiu a cena como protagonista dos casos de infecção e mortalidade. Todavia, no ano de 2006 até o período referido não foi registrado nenhum caso, passando o Vietnã a controlar esta situação. Quem assume a ponta como principal país em casos registrados a partir de 2006 é a Indonésia, que registrou 32 casos e 26 mortes.

Por conseguinte, ampliamos ainda mais as localidades onde o vírus tem sido registrado. Se utilizarmos outras fontes provavelmente esse número aumente, pois de quando em quando, são registrados mais casos de infecção da doença⁹. O que vale salientar aqui refere-se a como estes casos tem repercutido no cenário mundial, alcançando e assim atingindo muitos países, rompendo as fronteiras nacionais, o que lhe confere uma dimensão global, onde a teoria de Ulrich Beck pode nos fornecer elementos importantes para entendermos a sociedade em suas características mais específicas nestes casos, que aponta para a emergência e constituição da sociedade de risco.

1.3. Atividade de Produção de Aves

As exportações da produção de aves segundo o DIEESE (2006), atingiram em 2005 o patamar dos 3,5 bilhões de dólares, o que lhe concedeu um aumento de 35% com relação ao ano anterior, uma vez que em 2004 foram exportados 2,5 bilhões de dólares.

⁹ As informações acerca de mortes ocorridas pela Gripe Aviária estão surgindo com frequência. No dia 26 de maio de 2006 foram confirmadas mais duas mortes de pessoas infectadas pelo vírus H5N1 na Indonésia, aumentando para 33 o número de vítimas fatais.
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u96305.shtml> Consulta: agosto de 2006

O Brasil tem se fortalecido no cenário mundial como um dos maiores produtores de carne de frango. Esta configuração da atividade dobrou em três anos, notadamente no período de 2000 a 2003 conforme a tabela abaixo nos mostra.

TABELA 4: Exportação mundial de carnes de frango de acordo com alguns países (em mil toneladas)

Ano	EUA	Brasil	EU	China	Tailândia	Mundo
1999	2080	771	776	375	285	4442
2000	2231	907	774	464	333	4856
2001	2520	1249	724	489	424	5589
2002	2180	1600	843	438	465	5769
2003	2237	1922	730	388	528	6075
2004	2248	2115	780	310	300	6046

Fonte: ABEF Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos. Elaboração: DIEESE 2006

Esse crescimento até o ano de 2003 tem aumentado gradativamente, inclusive em 2004. Todavia, a Gripe Aviária pode comprometer esse aumento, inclusive, decaindo à produção caso a doença continue se expandindo. Já os Estados Unidos e os países da União Européia possuem uma produção voltada para a exportação que não varia muito de ano para ano, mantendo o seu quadro de produção praticamente inalterado, caracterizado, portanto, por uma regularidade e constância nas exportações. Em 1999, os EUA produziam 2080 mil toneladas de frango, e no ano de 2004 passaram a produzir 2248 toneladas, o que corresponde a um aumento de apenas 8%, representando um aumento médio de menos de 2% ao ano - embora isso não tenha ocorrido de forma linear, pois o mercado teve seu ápice em 2001 sofrendo uma retração no ano seguinte. A União Européia permaneceu praticamente estática se tomarmos como comparação o ano de 1999 com relação ao de 2004, correspondendo a 776 e 780 mil toneladas respectivamente, o que representa apenas um aumento de 0,51%. O Brasil é o mercado que mais tem crescido neste segmento no mundo, na medida em que aumentou suas exportações em 174,31 % em cinco anos.

Assim sendo, o Brasil saltou para o segundo lugar nas exportações de carne de frango com perspectivas de ultrapassar os Estados Unidos caso este aumento continue no mesmo ritmo, embora a Gripe Aviária possa comprometer esta ascensão. Segundo o DIEESE, este aumento na produção se deve em grande medida ao desenvolvimento de

novas tecnologias no âmbito da área da nutrição, da genética, do manejo, dos equipamentos e da sanidade. Acrescentamos ainda as ações governamentais nesta expansão, pois estes fatores citados como responsáveis pelo crescimento possam ter sido fomentados pela União. As características que também propiciam o favorecimento deste ramo econômico estão relacionadas às condições climáticas brasileiras, que estão simultaneamente associadas à produção de matéria prima, o milho e a soja, que possuem um baixo custo de produção, refletindo diretamente no custo de produção da atividade avícola, (DIEESE, 2006) fatores estes, que conferem ao Brasil poder de se consolidar como um país que possa ser suscetível de explorar potencialmente este segmento.

O Oriente Médio é o principal comprador de carne de frango produzida no Brasil, seguidos da Ásia e da União Européia respectivamente, como bem podemos observar na tabela que segue.

TABELA 5: Exportações brasileiras de carne por destinos nos anos de 2005 e 2004

Destino	2005	2004	Evolução (%)
União Européia	387.036.522	308.584.350	25,42
Oriente Médio	848.570.022	755.489.627	12,32
América do Sul	114.861.374	82.374.067	39,44
África	191.782.179	181.351.897	5,75
Ásia	756.949.812	632.850.642	19,61
Rússia	258.186.741	192.943.658	33,81
Outros	288.559.309	316.102.132	-8,71
Total	2.845.945959	2.469.696.373	15,23

Fonte: ABEF Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos. Elaboração: DIEESE 2006

Interessante notar que os dados estão inseridos de acordo com os continentes, com ressalva da Rússia, que sozinha importa mais do que o continente africano e também com relação à América do Sul, constituindo-se assim, como um dos principais mercados, o que nos leva a inferir que a Rússia seja o maior comprador de carne de frango do Brasil.

Na América do Sul houve a maior expansão de vendas com relação ao ano de 2004 para 2005, estabelecendo um crescimento de 39,44%. Neste mesmo período na União Européia, na Ásia, Oriente Médio, América do Sul, África e Rússia, o aumento médio nas exportações foi de 22,72%. Esse aumento só não foi maior porque nos outros países houve

um decréscimo nas exportações de -8,71%, o que faz com que o aumento médio das exportações para todo mundo seja de 15,23%.

No Brasil o consumo de frango também tem aumentado gradativamente. A tabela abaixo mostra como este crescimento tem se desenvolvido do ano de 1989 em diante.

TABELA 6: Consumo anual brasileiro de carne de frango no período entre 1989 e 2005

Ano	Consumo do mercado interno (em toneladas)	Variação (%)	Consumo por Habitante (Kg/habitante)	Variação (%)
1989	1.811.396	-	12,73	-
1990	1.968.069	8,65	13,60	6,83
1991	2.200.211	11,8	14,96	10
1992	2.350.567	6,83	15,74	5,21
1993	2.709.500	15,27	17,87	13,53
1994	2.929.997	8,14	19,06	6,66
1995	3.616.705	23,4	23,21	21,77
1996	3.482.767	-3,7	22,05	-4,97
1997	3.811.569	9,44	23,83	8,07
1998	4.262.231	11,82	26,31	10,41
1999	4.755.492	22,38	29,14	2,13
2000	5.069.777	6,61	29,91	2,64
2001	5.486.408	8,22	31,82	6,39
2002	5.917.000	7,85	33,81	9,41
2003	5.920.908	0,07	33,34	-1,4
2004	6.069.334	2,51	33,89	1,65
2005	6.535.185	7,13	35,48	4,69

Fonte: ABEF Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos. Elaboração: DIEESE 2006

Durante esse período, somente no ano de 1996 foi registrado queda no consumo do mercado interno, correspondendo à variação de -3,7%. Neste ano também houve uma diminuição no consumo por habitante de -4,97%, queda também registrada neste aspecto no ano de 2003 de -1,4%.

Com exceção destes dois anos nos demais 14 anos, houve aumento no consumo de carne de frango por habitante, com o consumo do mercado interno também obtendo aumento nos demais 15 anos dos 16 anos registrados.

Na década de 90 a média por ano no consumo de carne por habitante foi de 7,96%. Já o período que transcorre de 2000 até 2005 essa média passa para 3,89%. Podemos observar que quando foi registrado o maior índice em cada período, no ano seguinte foi registrado um valor negativo, (únicos resultados negativos), pois o maior índice de todos foi observado no ano de 1995 com um crescimento de 21,77%, e no ano seguinte ocorreu o menor índice que foi de -4,97%. No período subsequente (2000-2005) os números são parecidos, pois o maior índice foi em 2002 com um acréscimo de 9,41%, e no ano seguinte um decréscimo de 1,4%. Assim, em cada pico de cada fase, ocorreram valores negativos no ano seguinte.

Ao que tudo indica, a Gripe Aviária não está relacionada a esta diminuição do consumo interno. Como podemos observar na tabela 2, no ano de 1997 foi registrado o primeiro caso do vírus H5N1, seguidos dos anos 1999 e 2003 de outros tipos de vírus, mas que não estão relacionados à diminuição das vendas tanto para o mercado externo quanto interno, como bem podemos analisar na tabelas 4 e 5. Desde os primeiros dados registrados, ocorreram crescimentos nas vendas internas e externas mesmo existindo a Gripe Aviária durante alguns períodos.

As especificidades nestes casos da Gripe Aviária registradas de 2005 até o presente, residem na tendência à diminuição do aumento crescente que até então fora verificado nos anos antecedentes. O que corrobora esta tendência da diminuição das exportações, atreladas à intensificação da Gripe Aviária no mundo, está refletido no quadro comparativo entre os meses de janeiro a setembro de 2005 ao mesmo período de 2006 como observamos na tabela a seguir:

TABELA 7: Comparativo das exportações brasileiras de carne de frango no período de janeiro a setembro dos anos de 2006 e de 2005 (unidade Kg líquido)

Mês	2006	2005	%
JANEIRO	213.720.259	187.588.429	13,93
FEVEREIRO	198.887.501	215.646.032	-7,77
MARÇO	225.509.351	231.895.369	-2,75
ABRIL	211.525.898	232.915.521	-9,18
MAIO	196.473.756	239.143.561	-17,84
JUNHO	194.882.040	244.420.801	-20,27
JULHO	185.712.900	261.558.578	-29,00
AGOSTO	299.151.264	265.442.333	12,7
SETEMBRO	209.560.839	255.028.274	-17,83
SUBTOTAL	1.935.423.808	2.133.638.898	-9,29

Fonte: ABEF Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos. 2006.

Com ressalva do mês de janeiro e agosto, que obtiveram um aumento de 13,93 % e 12,7% respectivamente, os demais 7 meses foram registradas quedas nas exportações com seu ápice no mês de julho, com uma queda de 29%.

Outra consequência direta desta situação pode ser verificada, através da possível demissão de trabalhadores do setor avícola.

1.4 Situação dos Trabalhadores

Uma das consequências da Gripe Aviária é que ela desencadeia uma interferência direta na vida cotidiana dos trabalhadores. O desemprego pode afetar vários trabalhadores e simultaneamente as famílias que dependem desta atividade econômica. Esta atividade emprega um amplo contingente de trabalhadores. Podemos verificar quanto este segmento de produção de aves representa em empregos diretos relacionados à atividade, segundo a tabela a seguir:

TABELA 8: Trabalhadores na criação e abate de aves, por sexo. Brasil 2004

Sexo	Criação de Aves	Abate de Aves	Total
Maculino	59.366	81.679	141.045
Feminino	18.173	50.664	68.837
Total	77.539	132.343	209.882

Fonte: RAIZ,2004. Elaboração DIEESE 2006

O setor que integra as agroindústrias, - no referente ao abate de aves - representa quase dois terços do total da mão de obra empregada. Destes 210 mil empregados, todos possuem carteira assinada com um salário médio de R\$ 600, (DIEESE 2006).

Outro fator explicativo para o baixo custo de produção está atrelado aos baixos salários, que não acompanham os ganhos da produtividade das empresas segundo o DIEESE (2006). E mesmo algumas que tentam estabelecer formas alternativas, são vistas da seguinte forma: “Algumas empresas que pagam a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) vêm se utilizando desses programas em substituição a reposição de perdas salariais, condicionando uma parcela da remuneração dos trabalhadores à obtenção de metas de produção, muitas vezes exageradas, que acabam gerando, diante do aumento da intensidade do trabalho, uma série de doenças ocupacionais, como as Lesões por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/Dort).” (P.5 DIEESE 2006).

Ainda segundo o DIEESE, a crise é vista como algo passageiro tendendo a se estabilizar dentro de poucos meses, pois a consumo interno absorveria esta defasagem nas exportações, e o poder aquisitivo da população contribuiria para tanto, na medida em que o aumento na reposição salarial real da população esteve na faixa dos 12%, o que equivale a injetar em 12 meses cerca de 25 bilhões de dólares na economia brasileira. Segundo o DIEESE, os trabalhadores não podem sofrer estas conseqüências e para contornar tal situação, uma das formas seria a de realizar uma ampliação, uma abertura de negociação com o setor sindical que é responsável pela representação dos trabalhadores.

1.5 Medidas do Estado

As ações desenvolvidas pelo Governo Federal para lidar com a Gripe Aviária tem sido constantes desde a ampla divulgação da doença, em virtude das conseqüências econômicas e a saúde que ela pode desencadear. O presidente Luis Inácio Lula da Silva, aprovou um decreto criando um grupo de trabalho interministerial, divulgado em 17 de fevereiro de 2006, estabelecendo uma série de medidas que remontam determinadas normas para desempenhar uma prevenção e controle com relação à doença, estando contidas neste

projeto denominado Plano Nacional de Controle e Prevenção da Influenza Aviária¹⁰. A Secretaria da Defesa Agropecuária, o Departamento de Saúde Animal, as Superintendências Federais de Agricultura, Secretarias de Agricultura Estaduais e seus Órgãos de Defesa Sanitária e os representantes da iniciativa privada são os setores que compunham este plano nacional, sendo que cada um destes setores está imbuído a desempenhar medidas específicas.

O plano referenda uma série de medidas, dentre as principais estão destacadas e incluídas: ações para realizar a determinação da doença da Influenza Aviária no Brasil através de inquéritos epidemiológicos anuais, fornecer material educativo, estabelecer regras de trânsito para exploração avícola, dentre outras.

O ministro da Saúde Felipe Saraiva destacou em 31 de outubro de 2005, quando esteve em Ottawa (Canadá), que as ações devem ser tomadas em conjunto com os demais países, enfatizando uma perspectiva política global: “O fortalecimento da vigilância epidemiológica, em cada país e em escala global, é uma das tarefas mais fundamentais que temos no momento epidemiológico pré-pandêmico em que nos encontramos. A detecção rápida de casos de Gripe Aviária, no presente momento, possibilita a adoção de medidas de controle dessa epizootia (epidemia entre animais), atenuando o impacto econômico provocado pela mesma e o risco da ocorrência de casos em humanos”¹¹. Estariam em prontidão para alertar o aparecimento do vírus, 66 unidades sentinelas em 20 estados e no Distrito Federal.

Entretanto, existe uma pressão de outros setores com relação ao governo, - como o caso da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef) - para que sejam liberados os recursos para colocar o Plano Nacional de Controle e Prevenção da Influenza Aviária em ação, que estaria em torno de R\$ 283 milhões¹², mas que não teriam

¹⁰ www.agricultura.gov.br Consulta: setembro de 2006

¹¹ http://dtr2001.saude.gov.br/influenza/principal_gripe.htm Consulta: outubro de 2006

¹² <http://www.clicrbs.com.br/especiais/jsp/default.jsp?template=2095.dwt&newsID=a1260760.htm&tab=00052&order=datepublished&espid=23§ion=&subTab=03270&colunista=&uf=1&local=1> Consulta: outubro de 2006

sido liberados até o mês de agosto. Todavia, no dia 6 novembro de 2006 o governo liberou uma parcela de R\$ 40 milhões que foram destinados para o Plano Nacional¹³.

1.6 O Estado de Santa Catarina

Engajado no Plano Nacional de Controle e Prevenção da Influenza Aviária, o Estado de Santa Catarina tem estabelecido algumas medidas através de várias instituições que estão envolvidas no debate, tais como a Associação Catarinense de Avicultura (Acav) e a Secretaria do Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, para combater ou prevenir o vírus da Gripe Aviária. Juntamente com a Embrapa, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (Cidasc) e os representantes das principais agroindústrias do estado. Estes estiveram reunidos no dia 21 de junho de 2006 para discutir a regionalização de Santa Catarina, o que consiste em realizar um isolamento do estado com a proibição da entrada de aves vivas de outros estados e o não recebimento de aves providas de outros estados para o abate. Neste último caso, com ressalva aos pintos de um dia e ovos férteis, desde que as granjas estejam registradas no Ministério da Agricultura e comprovem estar livres da doença. Estas medidas serão somente adotadas após serem aprovadas pelo Ministério da Agricultura.¹⁴

¹³

<http://www.clicrbs.com.br/especiais/jsp/default.jsp?template=2095.dwt&newsID=a1310895.htm&tab=00052&order=datepublished&espid=23§ion=&subTab=03270&colunista=&uf=1&local=1> Consulta: outubro de 2006

¹⁴

http://www.aviculturaindustrial.com.br/site/dinamica.asp?id=20511&tipo_tabela=cet&categoria=saude_anim al Consulta: setembro de 2006.

CAPITULO 2 O Papel da Ciência na Sociedade de Risco e a Percepção dos Atores Sociais

Neste capítulo abordamos sobre as ambivalências e contingências da ciência na alta modernidade ou sociedade de risco, mostrando como se dá à passagem de um modelo de ciência que pretende gerar segurança e colonizar o futuro, passando para um modelo dúbio que, ao mesmo tempo em que gera risco, identifica esses riscos fornecendo os instrumentos para agir nos mesmos, momento em que já estão presentes a ambivalência e as indeterminações. Em seguida, vamos discorrer sobre a *Teoria da Estruturação* em Giddens (2003), a fim de analisar como se engendra o processo da ação social dos atores sociais. Com isso, passamos para a *Formação das percepções de risco*, investigando a *Construção Social da Percepção de Riscos* utilizando como principal autor a Hannigan (1995). No final do capítulo, passamos a analisar a relação existente entre percepção e a intervenção.

2.1 Ciência. Ambivalências e Contingências: indeterminações acerca dos seus resultados

“Somos donos dos nossos pensamentos: seus fins, não nos pertencem”¹⁵(*Shakespeare*).

Para definir aquilo que é a ciência desde seu surgimento enquanto um empreendimento histórico, social e cultural, é algo que requer um exercício que ultrapassa o âmbito desta dissertação. Mas tentaremos identificar algumas das características da atividade científica, notadamente já a partir dos fatos ambientais. Certamente a busca infundável que o ser humano tem na tentativa de explicar o mundo¹⁶, as coisas em sua volta,

¹⁵ SHAKESPEARE, William. p.65 Hamlet, Martin Claret: 2001)

¹⁶ E é claro que isto varia de acordo com a cultura de uma determinada sociedade, pois algumas sociedades podem muito bem não se utilizar da ciência e viver até mesmo muito bem sem ela, inclusive alcançado os resultados que ela se propõe a realizar sem empreender o exercício científico. Algo análogo é observado por Capra, pois segundo o autor, “O conhecimento científico e tecnológico cresceu enormemente depois que os gregos se lançaram na aventura científica no século VI a.C. Mas durante estes 25 séculos não houve virtualmente qualquer progresso na conduta das questões sociais. A espiritualidade e os padrões morais de Lao-tsé e Buda, que também viveram no século VI a. C. não eram claramente inferiores aos nossos. Nosso

saber o por que de determinadas coisas, por que elas acontecem, essa busca pelo conhecimento, pela “verdade”, pelos fatos, tem gerado uma série de discussões. Estas conseqüências fazem ao mesmo tempo “evoluir”o conhecimento com determinados benefícios para a sociedade e concomitantemente gerando riscos catastróficos de graves conseqüências. A pergunta inquietante é: Por que essa tentativa de querer gerar benefícios para a sociedade, segurança, controle, bem estar, acaba por gerar algumas vezes justamente o seu contrário? A realização da sua negação, que por mais contraditório que possa parecer, onde se teve a intenção de se efetivar um determinado fim e acabou-se realizando o seu oposto é algo que nos deixa perplexos!

Provavelmente a busca por estas explicações possa residir em questões ontológicas. Gostaria de aprofundar esta variável, no entanto pode ficar um pouco desfocado o escopo de nosso trabalho. Enfim, a trajetória da ciência é marcada por estas indeterminações. Para podermos visualizar melhor isto, podemos recorrer ao exemplo de Chernobil. Como observa Ulrich Beck (1998, 1997) este caso é um ponto de referência na história e funciona como uma espécie de marco da trajetória de uma época, que é capaz de transformar a partir de então todo um modelo de conhecimento embasado em pressupostos centrados no controle, na previsibilidade e na certeza. É justamente esse exemplo que materializa aquilo que pode representar a ciência. Poderíamos dizer que seria a face negra dessa atividade, ou seria inerente a ela?

O fato é que se sobrava alguma alternativa de sobrevivência para o positivismo, os pressupostos desta corrente de pensamento se dissipam no ar conforme suas próprias contradições, por suas promessas incumpridas, ou então por seus pressupostos não corresponderem mais a verificabilidade dos acontecimentos. A partir disto, observamos:

Primeiro, reportamos-nos àquilo que observa Anthony Giddens (1997). Para o autor a ciência perde a aura de sagrado que um dia possuiu em vista dos riscos ambientais. A ciência num primeiro momento acabou tomando o lugar da tradição, embora os mecanismos desta lógica pareçam não ter mudado muito, na medida em que permaneceram

progresso foi uma questão predominantemente racional e intelectual, e essa evolução unilateral atingiu agora um estágio alarmante, uma situação tão paradoxal que beira a insanidade. Podemos controlar os pousos suaves de espaçonaves em planetas distantes, mas somos incapazes de controlar a fumaça poluente expelida por nossos automóveis e nossas fábricas” CAPRA (1982:30).

muito similares: “Na sociedade ocidental a ciência atuou por cerca de dois séculos como uma espécie de tradição. Supostamente, o conhecimento científico superava a tradição, mas de fato ele próprio se transformou em uma, de certo modo” (GIDDENS, 2002: 40). Os cientistas na fase que antecede as catástrofes ambientais garantiam segurança até então. Nela, seus atores principais destacando-se a ciência, sempre estiveram empenhados em gerar previsibilidade e controle. São pressupostos de uma época em que houve uma separação de várias esferas com relação à religião, pois na fase que antecede a modernidade, todos, ou pelo menos a maioria dos campos, estavam atrelados e agrupados ao campo religioso. Com a modernidade um processo de autonomia das outras esferas começa a vingar, passando a política, a economia, e a ciência a assumir independência. A industrialização é um elemento propulsor que ajuda a alienar a sociedade da natureza. Ambas são vistas como emancipadas, distintas, pois nesse momento a convicção era de que os recursos da natureza eram fontes inesgotáveis, como algo estranho, na medida em que a natureza é vista como algo que está fora da sociedade, a ser conquistada pelos atores sociais (BECK, 2003). No entanto gerou-se uma série de riscos aniquilando alguns de seus princípios básicos.

É nesse sentido que emerge um processo de desmistificação, na medida em que a ciência passa a não ser mais auto-suficiente. Decorre a partir de então que as bases que sustentam o edifício científico se vêm modificadas. Se quando a ciência emerge no cenário social, - pelo menos em sua gênese - ela goza de uma certa autonomia, passa a partir certos fatos (como o caso Chernobil) a ser questionada novamente, incluído aí o mecanismo que opera em sua própria essência: a dúvida metódica. Só que agora sendo realizada a partir de elementos externos a atividade científica que passam a assumir esse papel, o que não ocorria outrora. Àquele processo que Max Weber tanto se referiu de desencantamento do mundo, que não poderia deixar de ser parte do empreendimento científico, pode aplicar-se ao próprio emissor. É o que parece que Beck verifica. “El desencanto acaba por afetar al próprio desencantador y así varían las condiciones del desencanto.”(BECK, 1998: 205). Isto é análogo àquilo que Giddens também observa com afincos: “O próprio ceticismo, que é a força propulsora do conhecimento especializado, pode conduzir, em alguns contextos –

ou em alguns grupos – a um desencantamento em relação a todos os especialistas” (GIDDENS, 1997:109).

Segundo. Estamos diante de elementos novos. A teoria social se vê atônita diante destas circunstâncias para poder explicar as relações sociais. Os riscos de graves consequências não afetam exclusivamente de acordo a critérios de classe. Isto não significa que não existam mais classes sociais. O que acontece é que precisamos lidar com outro referencial teórico, pois estamos diante de um contexto novo, diferente, e, portanto, diferentes referências precisam acompanhar esta dinâmica social.

Terceiro. Outro fator importante é decorrente da suscetibilidade do erro científico que começa a ser operacionalizada nos mecanismos que operam dentro da própria ciência, na medida em que, se em um período a ciência não assume a possibilidade de erro, ela pode se tornar, - e de fato se torna, - uma espécie de dogma. Uma vez que a noção positivista de ciência que assume e incorpora uma concepção linear da história, chegando ao ápice num estado positivista onde os cientistas se tornam os “donos” das verdades, monopolizando o saber, em que o conhecimento de outras esferas sociais é desprovido de elementos que sejam capazes de gerar algum tipo de contribuição para os próprios cientistas, uma vez que estes conhecimentos estariam num nível superior aos demais, e portanto, gerador de verdades que estabelecem uma condição de proporcionar maior previsibilidade, e, concomitantemente, segurança e progresso para a sociedade.

Grande parte dos riscos não vem à tona no momento em que há uma interferência externa ao meio natural. O que queremos dizer é que a única certeza que temos é que não podemos ter certeza de que aquilo que não está provado instantaneamente, não poderá gerar riscos para o futuro, ou seja, a certeza que temos, é que em algumas situações não temos certeza nenhuma. Prova disto são os próprios riscos. Para dar um exemplo mais específico, podemos citar o caso da vaca louca, o BSE (Bovine Spongiform Encephalopathie), situação na qual afirmava-se que a vaca louca não representava riscos, uma vez que não se tinha provado nada em um determinado período. Os alimentos geneticamente modificados também representam algo análogo, pois ninguém sabe quais as suas consequências a longo prazo, que estes produtos podem causar no meio ambiente - como o caso de surgirem pragas mais resistentes, a cogitação das “super pragas” - e também com relação a saúde dos

seres humanos. Todavia isso resulta em outros problemas, porque admitir o erro por parte de alguns setores da ciência pode desencadear num descrédito ainda maior nela, porque parcela dos cientistas defende a crença de que a ciência pode gerar conhecimento infalível, e isso vai ao encontro das crenças que associam linearmente ciência a progresso.

Uma das propostas nos é oferecida por Beck em sua obra *La Sociedad del Riesgo*. Como foi dito anteriormente, a ciência procurava uma lógica autônoma (nesta fase que antecede aos riscos de graves conseqüências, notadamente na denominada modernidade) em relação às outras esferas da sociedade. Por isso a necessidade de se propor a resgatar e imputar novamente na ciência uma certa dose de normatividade. Pois se os riscos foram gerados, isto ocorreu, segundo se pode inferir, exatamente por causa deste distanciamento ou desta separação de elementos que não poderiam estar tão desvinculados. Alguns valores precisam ser resgatados para que a ciência não seja suscetível de fornecer elementos para aniquilar com a vida no planeta e conseqüentemente consigo mesma. O efeito bumerangue de que Beck (1998) trata na sociedade de risco é algo intrigante, e consiste essencialmente em que os riscos que são gerados pelo agressor voltam para ele, ou seja, o agressor se torna agredido num movimento análogo à locomoção que o bumerangue faz quando lançado, ou seja, ele volta. O mesmo acontece com a ciência. Parafraseando Karl Marx quando este afirma que o capitalista cria as condições de sua própria morte, de sua própria tragédia, fornecendo inclusive as ferramentas para o proletariado efetivar tal ação, onde o capitalista é o coveiro da própria cova, o mesmo, ou analogamente é o que acontece com a ciência, ela cria as condições materiais para sua própria extinção. Reside aí a tentativa de remediar tal situação incorporando então alguns elementos que antes estavam alienados.

Outras reflexões apontadas pelo autor são muito instigantes, como por exemplo a seguinte afirmação:

“la ciencia se ha convertido em (com)causa, instrumento de definición y fuente de solución de riesgos de modo que así se abren nuevos mercados para la científicación. El desarrollo científico-técnico se hace contradictório por el intercambio de riesgos, por él mismo coproducilos y codefinidos, y su crítica pública y social.” (BECK, 1998:203).

Esta situação ambivalente a qual esta imersa a ciência, segue uma trajetória inerente aos seus mecanismos, descrita no próprio sentido que possui a ambivalência, uma vez que

ela, “prosegue com força incessante porque cria seus próprios problemas enquanto os resolve” (BAUMAN, 1995: 11). Quanto à necessidade de definição, podemos afirmar que um ceticismo exacerbado na ciência pode ser um caminho não muito adequado para fazer e assim realizar alguma ação, pois muitos acabam assumindo uma postura anti científica, ou de um relativismo exacerbado, que pode ser incorporado como uma espécie de vale tudo. Como afirma Giddens: “Alguns pensadores ecológicos tornaram-se hostis à ciência, e até ao pensamento racional de maneira mais geral, por causa dos riscos ecológicos. Não é uma atitude que faz muito sentido. Sem análise científica, nem sequer saberíamos sobre os riscos (GIDDENS, 2002: 44). É o que também observa Bauman, pois, “a redução da ambivalência é uma questão de descobrir e aplicar *a tecnologia* adequada – uma questão *administrativa*” (BAUMAN, 1999: 11).

Assim, nesta perspectiva, a ciência é vista como uma ferramenta necessária para definir e agir nos riscos, assumindo, no entanto, uma dupla face, que oscila ora para produzir riscos e simultaneamente ou em um momento posterior, promover uma ação de precaução e minimização, de um combate com relação aos riscos, ou seja, é fonte que origina problemas e fonte de solução de problemas. O que nos leva a inferir que diferentes modelos de ciência, com diferentes pressupostos teóricos e metodológicos podem ou não gerar riscos. O modelo de ciência que se supõe capaz de não provocar ou de minimizar os riscos é um modelo reflexivo, (momento no qual já estão presentes os riscos na sociedade), fase da ciência que “consiste em uma transcientificación que há extendido la duda científica también a los fundamentos inmanentes y a las consecuencias externas de la propia ciencia.” (p.203). Trata-se de um modelo que seja capaz de não ser auto-referenciado, que vincule a ciência com o pragmatismo concomitantemente com a vida pública.

Sobre este último aspecto relacionado a uma ciência reflexiva, Anthony Giddens também observa que na atual fase, imputar a reflexividade implica o princípio da dúvida metódica, mas agora de uma maneira diferente, submetendo ela própria constantemente a uma “revisão intensa de novo conhecimento ou informação”. (Giddens, 2002:26) A reflexividade, portanto, aniquila com a certeza do conhecimento nas bases centrais da ciência, estando esta aberta a revisão, sendo suscetível de ser contestada, transformando o próprio conhecimento em virtude de novas descobertas.

Assim, como nos mostra Beck, na sociedade de risco a ciência necessita abandonar algumas pretensões clássicas do conhecimento científico, desmistificando toda esta racionalidade que se autodenomina neste campo a fim de reverter algumas situações, inserindo uma consciência de risco, mas que seja ao mesmo tempo orientada e determinada pela própria ciência.

2.2 Sociedade de Risco e Alta Modernidade

É importante retomarmos aquilo que foi dito anteriormente sobre o caso de Chernobil. Perguntamos anteriormente se esse caso pode representar um certo lado negro, ou seja, seria algo inerente à atividade científica esse tipo de acontecimento? Uma resposta a esta pergunta, pode ser oferecida a partir da perspectiva traçada por Anthony Giddens (1991).

Estamos lidando com um determinado momento histórico, no qual a ciência tem um espaço importante. Este momento pode ser visto a partir da modernidade, onde a ciência ganha esta maior ênfase, e conseqüente terreno para explicação dos fenômenos naturais, o que ocorria outrora de maneira muito frágil. A modernidade é vista segundo o autor, como um fenômeno de dois gumes:

“O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual.”(GIDDENS, 1991:16).

Nesta perspectiva focalizamos a análise sociológica para esta direção dúbia, refletindo “todas” as conseqüências que forem possíveis a fim de entender esta fase histórica. Estar conscientes disto para poder efetivar e “desenvolver uma análise institucional do caráter de dois gumes da modernidade” (p.19 idem). É neste sentido que entendemos a modernidade, pois o projeto de previsibilidade e controle acabam sendo pulverizados pelo fato dela ser caracterizada por estas duas faces. Uma que remonta a grandes avanços, e outra que corre na contramão desta trajetória. A noção de risco remonta justamente esta característica dos dois aspectos que lhe são inerentes, o lado positivo e o

negativo, princípios propulsores que estão no âmago da sua dinâmica social (GIDDENS 2002).

As implicações na análise social são evidentes. A sociedade de risco é algo visível nesta conjuntura. Beck – na sua obra *La Sociedad Del Riesgo* - traz para o debate sociológico muitas noções importantes. A civilização nesta perspectiva acaba por se colocar a si mesma em perigo. Na sociedade de risco a lógica de produção de riscos domina a lógica de produção de riquezas, sendo que na sociedade industrial esse processo era justamente oposto. Assim, o escopo da sociedade focaliza os riscos, e dentro destes estão inseridas outras conseqüências, que são as que seguem: “En el centro figuran riesgos e consecuencias de la modernización que se plasman en amenazas irreversibles a la vida de las plantas, de los animales y de los seres humanos”. (p.19) Isto implica em uma mudança na dinâmica política e social, incluindo a partir de então, elementos que eram antes estranhos a estas esferas.

O risco é eminentemente moderno, como no caso dos riscos ambientais, que muitos consideram um “efeito colateral” da modernidade. Mas a concepção da palavra tem sua gênese possivelmente da seguinte forma: “A palavra risk parece ter encontrado seu caminho para o inglês no século XVII e vem provavelmente de um termo náutico espanhol que significava correr o perigo ou ir contra uma rocha” (GIDDENS, 1991; 38).

É claro que os riscos de que nos ocupamos tem uma dimensão diferente; referem-se às condições que foram criadas a partir da modernidade, são criados “artificialmente”, notadamente manufaturados. Eis aí a diferença entre risco e perigo: enquanto o perigo é natural, tem suas origens nas formas como o meio ambiente age naturalmente, como no caso das enchentes, terremotos e tornados, os riscos passam a ser uma ação ou uma reação, que tem suas origens numa criação do homem, ou em um efeito gerado por determinada intervenção no meio, neste caso ao meio ambiente. Giddens (2002) distingue estes através de dois tipos de risco: os internos e os externos. Estes últimos estariam mais associados ao tipo que caracterizei de perigo, onde o autor considera também as intempéries que provém de fora, da tradição e da natureza, enquanto os riscos internos passam a ser fabricados. A transição do primeiro para o segundo é que passamos não tanto a nos inquietarmos com

aquilo que a natureza pode fazer conosco, mas com aquilo que fizemos com a natureza, passando então do externo para o interno.

Se estes perigos - que são naturais - sempre ocorreram independente de outras variáveis, o fato é que a seqüência e periodicidade com que eles têm ocorrido tem aumentado muito, concomitantemente a intensidade, a gravidade é também observada. Como afirma Giddens (2002) no ano de 1998 teriam sido registradas as maiores temperaturas da história do mundo, chegando em Israel à casa dos 46C° , e pouco tempo depois, nevou em lugares que antes nunca havia nevado, mas que também sofreram pelas ondas de calor registradas outrora. Estas alterações e constates mudanças, podem estar associadas à industrialização que tem danificado o habitat no mundo, logo, condições que passaram a ser criadas pelos homens. É neste sentido que passamos a entender a noção de risco.

A passagem seguinte denota em que sentido podemos entender isto:

“Risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras. A palavra só passa a ser amplamente utilizada em sociedades orientadas para o futuro - que vêem o futuro como um território a ser conquistado ou colonizado. O conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com seu passado - de fato, característica primordial da civilização industrial moderna” (GIDDENS, 2002: 33).

Esta tentativa de colonizar o futuro é chave para a geração de riscos, na medida em que: “Quanto mais tentamos colonizar o futuro, maior a probabilidade dele nos causar surpresas.” (GIDDENS 1997:76)

Outra especificidade destes riscos é a de serem irreversíveis e de graves conseqüências, podendo ser invisíveis, e apresentando dificuldades para identificar conexões causais. As posições de definição dos riscos são chaves para entender como eles se convertem em posições sócio-políticas, na medida em que eles estão atrelados aos processos de definição daquilo que passa a ser o risco.

A modernidade ao produzir riqueza, produz riscos, e assim insere nos problemas e conflitos sociais a forma pela qual os riscos são repartidos.

A idéia de sociedade de risco consiste em entender a sociedade, não como uma sociedade de classes, mas uma sociedade de riscos, em que estes mesmos afetam diretamente todos os indivíduos independentemente a classe que pertençam.

Chernobyl afetou a todos. No furacão em Nova Orleans nos Estados Unidos todos que estiveram no local onde o furacão passou foram atingidos, contabilizando um prejuízo na ordem de 80 bilhões de dólares. O terremoto na Indonésia, ocorrido no final do mês de maio de 2006, atingiu a população na sua totalidade, registrando a morte de mais de 3000 pessoas. A Tsunami, nome dado ao maremoto que atingiu o continente asiático em dezembro de 2004, provocou a morte de mais de 150 mil pessoas. Neste último caso citado, as conseqüências não ficaram restringidas as fatalidades do caso, mas foram além das mortes, na medida em que as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza aumentaram concomitantemente após a passagem da Tsunami. Como o próprio Banco Mundial Asiático sugere, mais de 2 milhões de pessoas podem ter passado a viver abaixo da linha da pobreza depois deste incidente.¹⁷

Estamos conscientes de que a classe social pode fazer com que os indivíduos ajam ou sofram de forma diferente em relação aos riscos, como no caso de Nova Orleans, em que os pobres foram os mais atingidos. Todavia, tal categoria não é mais suficiente para entender como os riscos afetam todos os sujeitos, pois a condição de análise reporta sempre a alguém que é afetado e alguém que não é, uma classe é prejudicada em detrimento da outra. Embora exista uma diferença na distribuição dos riscos, nestes casos citados todos sofrem as conseqüências dos riscos, onde percebemos as Tsunamis, que levaram a morte várias pessoas de renda elevada. E mesmo em Nova Orleans, aonde os mais pobres sofreram mais com o risco, as pessoas de renda elevada também sofreram as conseqüências do risco. A Gripe Aviária constitui outro risco que transcende as classes.

O vírus H5N1 não está atrelado aos meios de produção, nem a *mais valia* nesse sentido. Inserimos a tabela a seguir, que tenta demonstrar as diferenças que subjazem esta nova abordagem:

¹⁷ Notícia vinculada no dia 13 de janeiro de 2005. De acordo com o correspondente da BBC, Crispin Thorold, na Indonésia mais um milhão podem passar a viver abaixo da linha de pobreza; na Índia, esse número pode chegar a 645 mil, e no Sri Lanka a 250 mil. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u38716.shtml>

QUADRO 1: Características da sociedade de classes e sociedade de risco

Sociedade de Classes	Sociedade de Risco
Dinâmica de desenvolvimento: igualdade	Dinâmica de desenvolvimento: segurança
Alcançar algo bom	Evitar o pior
Desejo de participar	Desejo de estar protegido
Frase impulsora: Tenho fome	Frase impulsora: Tenho medo
Comunidade da Miséria	Comunidade do Medo

Fonte: Elaboração própria

Observamos que a solidariedade surge na sociedade de risco, através do medo, que se estabelece e acaba convertendo-se em força política. Na sociedade de classes a posição que os atores sociais se encontram determina sua consciência, enquanto nas situações de perigo a consciência determina o ser (BECK, 1998). Isto implica no estabelecimento duma teoria do surgimento e difusão do saber dos riscos.

A relação entre a natureza e a sociedade que outrora era vista como excludente, numa relação que opõe estas esferas, entendendo a sociedade e a natureza de forma separada, se inverte nesta nova dinâmica. Na sociedade de risco há um resgate desta relação entre a sociedade e natureza, passando estes pólos a partir de então a serem considerados como elementos justapostos, vinculados de tal sorte, que são entendidos na forma de híbridos.

O efeito bumerangue denota uma peculiaridade da sociedade de risco, como mencionamos anteriormente. Ele consiste em estabelecer uma analogia com relação ao movimento de um bumerangue, pois uma vez este lançado, a trajetória percorrida por este instrumento reflete como os riscos agem na sociedade, mais especificamente para um determinado grupo, embora submeta a toda sociedade. Assim os riscos agem, uma vez que eles retornam àquele que o lançou. Aqueles que despejam os lixos sofrem as conseqüências que este pode causar. A bomba atômica pode aniquilar concomitantemente o agressor, materializando-se num exemplo extremo embora não fictício em vista da potencialidade das bombas atômicas que possuem um poder de destruição em grande escala. Os inseticidas utilizados em grande escala na agricultura, retornam em grande medida, contra aqueles que os lançaram de três formas: Primeiro, a saúde dos agricultores, pois, no caso de haver um manuseio que não esteja de acordo com as formas estabelecidas a fim de se precaver contra os venenos, ou por algum acidente que possa por ventura a ocorrer com os defensivos,

podem, em casos mais graves, até matar quem está operacionalizando estes produtos. Segundo, os constantes aumentos dos pesticidas a longo prazo, podem tornar a atividade inviável em virtude do alto grau de contaminação das terras, o que pode tornar a economia inviável em vista destas terras estarem extremamente envenenadas, fazendo com que haja um prejuízo enorme do próprio ponto de vista da atividade agrícola, pois pode, como consequência desta dinâmica de envenenamento, tornar as terras improdutivas, como foi o caso da Alemanha e outros países europeus, através do extremo envenenamento do solo. Os proprietários podem possuir legalmente suas propriedades, todavia as propriedades perdem sua utilidade e seu valor (BECK 1998). De quase nada serve para os agricultores possuir legalmente terras, se elas não geram retorno financeiro. Na propriedade é preciso efetuar um trabalho que torne a atividade viável para sua própria sobrevivência. Esse é um grande efeito causado pelos riscos: a possibilidade de tornar determinada atividade inviável sob o aspecto financeiro. Terceiro, a própria ingestão dos alimentos que contém uma dose alta de venenos, dos mais variados tipos, mais cedo ou mais tarde se forem consumidos, podem trazer consequências maléficas a saúde dos seres humanos. Estes são exemplos de como os efeitos são sentidos pelos próprios geradores de riscos.

Muitas vezes, a sensação seria análoga à impotência que os atores sociais possuem diante de algumas situações, pois os indivíduos necessitam se alimentar para sobreviver. É como se em alguns casos existisse uma “externalidade” dos riscos, pois precisamos correr os riscos ecológicos e a ameaça das bombas atômicas quer queiramos ou não. Isso significa que os indivíduos estão alheios de influenciar ou controlar determinados riscos, porque alguns são externos aos indivíduos de tal maneira que eles nada podem fazer, se encontram incapazes de agir frente a algumas situações, pois estas “independem” dos sujeitos. A única forma de evitar os riscos seria não comer, não beber e não respirar!

Desta forma os agentes acabam funcionando como uma espécie de cobaia humana involuntária. Embora possa parecer que algumas situações são inerentes à sobrevivência humana, pois o “mesmo se aplica a muitos riscos que não podemos deixar de correr, uma vez que estar vivo, é por definição um negócio arriscado” (GIDDENS, 2002: 34). Assim, a noção de risco perpassa todo esquema da vida. Se os pobres sofrem as consequências, neste

caso os ricos também são atingidos pelos riscos, pois estes não respeitam classes, uma vez que eles são globais.

Um aspecto interessante que remonta esta dinâmica, diz respeito à centralidade da questão da informação, pois, ao que tudo indica, esta é a variável imprescindível na forma que os atores sociais possuem para poder lidar e agir com os riscos, constituindo assim uma forma fundamental para os atores sociais se posicionarem diante deles, e poder agir na medida do possível.

Em alguns casos podem ocorrer vínculos entre classes sociais que são vistas como antagônicas para alguns paradigmas, pois existem situações em que os interesses são comuns para ambas às classes. Desta maneira, o conceito de classe é substituído pela noção de sociedade, uma vez que os danos ambientais englobam diferentes grupos. A poluição de um rio transcende as classes sociais. É interessante notar que as classes existem, mas deixam de existir em determinados momentos. A Bayer se unir ao partido verde é no mínimo antagônico a teoria marxista. Mas é algo que podemos visualizar na nossa abordagem, uma vez que esquerda e direita se confundem porque lutam contra um inimigo em comum. Não é possível estabelecer uma luta entre as classes na Gripe Aviária, uma vez que o vírus não está vinculado ao proletariado e as aves são um meio, um ser vivo - que assume uma forma de mercadoria e de alimento - que transmite o vírus H5N1, e esse afeta aquele que possui os meios de produção, os que trabalham nos meios de produção, os que não trabalham nos meios de produção, todos os seres humanos, e até as aves que podem morrer por causa desta situação periclitante. O Estado, as agroindústrias e os trabalhadores rurais podem se juntar a fim de combater algo que lhes diz respeito, que os afeta nesta relação recíproca articulada entre estes setores, esquema que dissipa antagonismos de classes que são desencadeadas em grande medida por este vírus letal.

Algo muito similar é verificado por Lopes (2004), que observa que uma associação de moradores que possuía conflitos com uma empresa, em virtude da poluição de um rio, acabou vinculando-se a ela a fim de resolver um problema em comum, “pode ocorrer que associações ora se confrontem ora se solidarizem com a empresa, dependendo do contexto e de sua força política em determinado momento” (LOPES, 2004:59). Assim, embora os conflitos desencadeados pela questão ambiental estejam conectados com estas situações de

risco, as alianças podem ser estabelecidas entre diferentes atores sociais, bem como no estabelecimento de uma parceria que eclipsa o antagonismo e que interfere diretamente no modo pelo qual as instituições passam a trabalhar diante destes impasses.

2.3 Teoria da Estruturação

O nosso trabalho parte dos elementos da teoria da estruturação, da obra “A Constituição da Sociedade”, de Anthony Giddens. Esta obra nos fornece subsídios que são apresentados para entender a ação humana. Várias críticas podem ser referidas a Giddens por tentar elaborar uma complexa abordagem, adotando várias noções de campos “dessemelhantes” simultaneamente a “correntes” de pensamento que em alguns momentos divergem entre si. Todavia, a passagem seguinte ilustra de uma maneira geral, como este teórico inglês procedeu neste trabalho:

“Ao formular esta descrição da teoria da estruturação, não tive a menor relutância em apoiar-me em idéias oriundas de fontes completamente divergentes. Isso poderá parecer a alguns um ecletismo inaceitável, mas eu nunca consegui temer esse tipo de objeção. Existe um inegável conforto em trabalhar dentro de tradições estabelecidas de pensamento - sobretudo, talvez, em face da grande diversidade de abordagens com que se defronta correntemente quem está fora de uma tradição qualquer. O conforto de pontos de vista estabelecidos pode, entretanto, servir facilmente de cobertura para a preguiça intelectual. Se as idéias são importantes e esclarecedoras, muito mais importantes do que sua origem é estar capacitado para delinear-las de modo a demonstrar a utilidade delas...” (GIDDENS, 2003: XXIV)

Os princípios fundamentais da teoria da estruturação emergem em grande medida de elementos que foram trabalhados dentro de duas escolas: as denominadas compreensivas, e as referidas positivistas. Na última estariam presentes o funcionalismo e os estruturalistas, que concedem uma primazia do social diante do individual, onde a ênfase maior é concedida à sociedade, ao ponto de muitas vezes “excluir” a outra esfera da sua explicação. Do outro lado, nos deparamos com a tradição microsociológica, onde encontramos a etnometodologia e o interacionismo simbólico, que procede justamente de uma maneira inversa, uma vez que os elementos estruturais estão “alienados” do referencial explicativo, enquanto os elementos cognitivos ganham um maior poder explicativo.

O empreendimento de Giddens reside na tentativa de “transcender” a polarização entre estas escolas, uma vez que os elementos considerados relevantes são mantidos, e aquilo que não está de acordo com suas proposições ou que estaria equivocado, é desconsiderado. É uma idéia muito interessante de estabelecer vínculos agregando alguns elementos de várias escolas de pensamento a fim de criar algo novo, inserindo questões fundamentais e importantes para o debate sociológico.

“Enquanto para aquelas escolas de pensamento que tendem para o naturalismo a subjetividade foi encarada como uma espécie de mistério, ou quase como um fenômeno residual, para a hermenêutica o mundo da natureza é que é opaco... Nas sociologias interpretativas, é concedida primazia para à ação humana; os conceitos estruturais não são notavelmente conspícuos e não se fala muito em coerção.” (GIDDENS 2003: 2)

Cada uma destas tradições concede a prioridade de uma esfera sobre a outra, num o objetivo, no outro o subjetivo. A teoria da estruturação tenta encerrar estes imperialismos, trabalhando com uma síntese. O campo de atuação das ciências sociais, conforme a teoria da estruturação está relacionado “as práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço” (p.2 Idem). Interessante notar que esta idéia de focar o tempo e o espaço está atrelada a várias referências do autor, uma vez que na obra “As Conseqüências da Modernidade”, estes elementos também estão presentes. A própria modernidade deveria ser analisada sobre este ponto de vista, inserindo então “um problema de *distanciamento tempo-espaço* - as condições nas quais o tempo e o espaço são organizados de forma a vincular presença e ausência”(GIDDENS, 1991:22-23). É a dinâmica da modernidade que cria estas condições de separação tempo - espaço, estabelecendo uma recombinação de elementos que acabam assumindo outras formas. Esta relação propicia o desencaixe, noção muito importante para compreender como opera a sociedade no âmbito da modernidade. Assim é possível estabelecer relações entre os “ausentes”, que localmente se encontram distantes, onde não se promovem as denominadas relações face a face. É tornar presente aquilo que não está presente, uma vez que “a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza”. (GIDDENS, 1991:27).

É possível inferir que dentre as aparências subjazem relações ausentes, de coisas que estão ocultadas nestas formas que nós podemos ver, ficamos muitas vezes

impossibilitados de poder identificar estas formas ocultas, uma vez que elas são imperceptíveis para nós. Dentre aquilo que se percebe, subjazem categorias imperceptíveis. Como bem define o autor: “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua estruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (p.29 Idem). Este desencaixe propicia um outro tipo de integração. Se por um lado temos a integração social que está relacionada à reciprocidade dos atores sociais em contextos de co-presença, por outro lado, estimulá-se a integração de sistemas sociais, e que são entendidos como “práticas reproduzidas em cenários de integração” (p.32 GIDDENS 2003). A integração de sistemas refere-se por sua vez a relações daqueles que estão ausentes no tempo e no espaço, é uma “reciprocidade entre atores ou coletividades através do tempo-espaço ampliado” (GIDDENS 2003:33).

Todavia algumas questões emergem concomitantemente para explicar como ocorre o desencaixe. Giddens identifica dois mecanismos que o tornam possível: as fichas simbólicas e os sistemas peritos. O exemplo das fichas simbólicas é apresentado e visualizado através do dinheiro. É um exemplo que denota como isso ocorre. O que é o dinheiro e o que ele faz? Enfim, a resposta pode ser dada da seguinte forma:

“O dinheiro é um modo de conectar crédito e dívida em circunstâncias em que a troca imediata de produtos é impossível. O dinheiro pode-se assim dizer, é um meio de retardar o tempo e assim separar as transações de um local particular de troca. Posto com mais acurácia, nos termos anteriormente introduzidos, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço” (GIDDENS 1991: 32).

A palavra *agente* está presente na penúltima linha da citação. Isto não acontece por acaso. Ao que tudo indica é substituída pela terminologia indivíduo. Isto mostra como àquilo que Bourdieu afirma é importante neste sentido: as palavras são os rastros das idéias. Por isso a importância de conceber agência ao invés de indivíduo. Indivíduo sugere algo que a princípio estaria mais “inerte”, desprovido de subsídios que lhe propiciem fazer algo. Como o próprio Durkheim afirmava, a consciência coletiva molda em grande medida a consciência individual, imputando assim um império do coletivo sobre o individual.

É exatamente neste sentido que a agência precisa ser concebida, na capacidade dos atores sociais. Agência subentende poder, implicando a suscetibilidade do ator de realizar

de uma outra forma dentre aquilo que não poderia ser premeditado dentro de determinada ação. É a capacidade que os agentes possuem de realizar as coisas de outra forma, em vista de outras que não estavam dentro de uma determinada operacionalização que poderia ser pré-definida. Tudo isso remete a noção de ator competente, onde justamente esta competência dos agentes é o que propicia à alteração da estrutura.

Este movimento é recíproco e não está associado apenas do ponto de vista do agente, mas porque a estrutura lhe permite isto. A característica principal da estrutura é que ela é estruturada e estruturante, a chamada dualidade da estrutura, que ao condicionar os agentes, fornece o meio pelo qual eles podem transformá-la. No entanto, é preciso deixar claro que essa alteração é gradual se manifestando na forma de um processo, ela não é alterada em um curto espaço de tempo, mas leva longos períodos, talvez gerações para que seja modificada. Ao mesmo tempo em que a estrutura é estruturada, ela é estruturante, “as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema (a dualidade da estrutura)” (p.22 GIDDENS 2003). Se por um lado ela condiciona o indivíduo, por outro lado, dada a reflexividade do agente, ela lhe permite que seja alterada. Não é impossível que os atores sociais transformem as coisas, pelo contrário, os agentes interpretam as coisas da “sua” maneira, de seu modo, dão um colorido especial, atribuem um sentido subjetivo ao mundo ao mesmo tempo em que isso permite ao agente exercer influência sobre as estruturas, de tal modo que isso causa uma remodelação destas. O agente possui uma autonomia concomitante a uma dependência da coletividade, esse movimento é simultâneo na relação estabelecida entre o agente e a estrutura. A estrutura não pode ser entendida independentemente do conhecimento que os agentes fazem dela, o que significa que elas não são externas, mas passam a ser internas, onde notamos que esta “ausência” do sujeito passa a ser relativa, uma vez que os agentes sempre sabem o que estão fazendo no plano da consciência discursiva.

Os agentes são suscetíveis de moldarem as estruturas imputando a sua competência dentre a dinâmica social. Duas noções importantes emergem a partir daqui: agência e ator competente. Na realidade, são a mesma coisa, pois, ao que tudo indica, são faces da mesma formulação, que designam como é possível a partir dos agentes realizar transformações no âmbito social, e também identificar porque os atores sociais são diferentes, ou seja, como

peessoas que são submetidas ao mesmo processo de socialização acabam por agir diferentemente e assumir uma postura diferente com relação à estrutura. Isto nos ajuda a responder a questão do porque determinados resultados não saem como o esperado ou como se esperava que acontecesse, dificultando o controle e a previsibilidade. Essa instabilidade pode ser explicada como característica da complexa trama a qual se envolvem os atores sociais. São atores competentes que agem diferentemente sobre situações que se repetem. Por isso não há como prever de antemão muitas de suas ações.

A reflexividade da cognoscitividade permite aos agentes ordenar recursivamente as práticas sociais.

QUADRO 2: **Conceituação da Reflexividade e Cognoscitividade**

Reflexividade	Caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social que os seres humanos exibem esperando o mesmo dos outros
Cognoscitividade	Tudo aquilo que os atores sabem, e que está inserido dentro da consciência prática e da consciência discursiva

Fonte: Elaboração própria

A reflexividade só se torna possível “devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente ‘as mesmas’ através do espaço e do tempo” (GIDDENS, 2003: 3). A rotinização da vida cotidiana através de situações que ocorrem com uma regularidade constante, esta frequência do movimento é capaz de tornar possíveis os três elementos que seguem: a consciência prática, a consciência discursiva e os motivos inconscientes.

A consciência prática está relacionada à capacidade dos atores sociais de fazer algo a partir da sua prática, inserindo tudo aquilo que eles sabem acerca das condições sociais, embora não sejam capazes de se expressar discursivamente. A consciência discursiva está relacionada à capacidade cognitiva dos atores sociais, onde eles são suscetíveis de expressar verbalmente as condições sociais. Notamos assim, que a diferença entre a consciência prática e a discursiva é que na última, a consciência possui uma forma discursiva, enquanto na primeira os agentes possuem uma limitação para responder discursivamente acerca dos questionamentos que lhe são feitos. O inconsciente nesta perspectiva assume uma forma diferente. Ao que tudo indica, esta muito próximo daquilo que Parsons denominou de latência, em seu processo de socialização. Existem continuidades e descontinuidades na ação, na qual os agentes reproduzem a vida social,

mediante sua capacidade inerentemente reflexiva, como podemos observar em Giddens (2003). O inconsciente é um acervo de conhecimentos que o ator não consegue expressar, não é capaz de tornar inteligível para outrem, sendo, análogo em parte, à latência parsoniana. Há momentos, segundo Parsons, em que o indivíduo realiza uma ação de forma não premeditada, embora seja orientada por um conjunto de valores internalizados através do processo de socialização. O agente é inapto a expressar o que está inserido no inconsciente. “O inconsciente inclui aquelas formas de cognição e de impulsão que estão ou totalmente impedidas de consciência ou somente aparecem na consciência de forma distorcida” (GIDDENS 2003:5). É uma passagem ‘nebulosa’ que está impedida de ser acessada pelo agente, em virtude de “uma ‘barreira’ negativa de algum tipo inibindo sua incorporação não-mediada na monitoração reflexiva da conduta e, mais particularmente, na consciência discursiva”. (GIDDENS 2003:56-57).

Para alguns, pode parecer que é concedida uma primazia ao agente, que este possui “super poderes”, onde possa tudo. Todavia, essa posição pode ser equivocada, na medida em que a própria congoscitividade possui restrições sobre alguns aspectos, pois, “a congoscitividade humana é sempre limitada. O fluxo da ação produz continuamente conseqüências que não estavam nas intenções dos atores, e estas também podem formar condições não reconhecidas de ação...” (GIDDENS 2003: 31-32). Interessante notar que a intencionalidade é uma característica fundamental associada à ação, uma vez que os seres humanos são seres intencionais. As ações contêm uma determinada intencionalidade inserida neste processo, na medida em que quando os agente são solicitados, do porquê tomaram determinada ação, eles são suscetíveis de responderem, ou seja, se indagados, os agentes são capazes de responder porque realizaram alguma ação. No caso de não haver uma intenção, trata-se de uma resposta reativa, e não de uma ação propriamente dita.

Notamos aqui um discernimento que se faz necessário. Embora na ação esteja implícita uma determinada motivação, isso não significa que todas estejam permeadas por ela, uma vez que a ação não é um agregado de atos, pois “pretender que todo e qualquer ato ou gesto é motivado – significando que lhe pode ser associado um ‘motivo’ definido – não faz mais sentido do que tratar a ação como envolvendo uma seqüência de intenções ou razões”. (GIDDENS, 2003: 57). Mas antes entender a motivação como algo que está

imbricado de forma processual. “O significado concreto disso é que o inconsciente só raras vezes incide diretamente sobre a monitoração reflexiva da conduta” (GIDDENS 2003: 57). Aqui voltamos às noções de inconsciente que foram dissecadas anteriormente, e que se fazem presentes nesta questão.

O conhecimento de todas as pessoas acaba tendo uma importância nesta perspectiva, o que não ocorria com o estruturalismo por exemplo, que descarta este tipo de conhecimento, classificando-o como um tipo secundário na explicação social, as denominadas pré-noções. Os atores competentes fornecem um material muito rico, pois estão envolvidos em práticas talentosas, “nas realizações práticas de atividades sociais” e, portanto são “hábeis ‘sociólogos’” (GIDDENS, 2003: 30). São nestes conhecimentos que podemos procurar a origem dos fenômenos sociais, que envolvem as práticas sociais cotidianas.

Podemos concluir que a teoria da estruturação sugere que os agentes possam realizar determinadas ações impremeditadas, realizadas no tempo e no espaço, estando elas de acordo com os valores subjacentes a estrutura que fornece os meios pelos quais os atores sociais podem realizar determinadas transformações. A constituição da sociedade sugere produção e reprodução. Assim, no momento da produção da ação, existe uma reprodução das estruturas sociais nos contextos do desempenho cotidiano da vida social.

2.4 A formação das percepções do risco

“Jamais estamos seguros de reencontrar uma percepção tal como a experimentamos uma primeira vez, pois, se a coisa percebida não mudou, nós é que não somos mais os mesmos.” *Émile Durkheim*

2.4.1 Construção Social da Percepção de Riscos

O amplo debate traçado acerca da perspectiva realista e construtivista marca a sociologia ambiental de uma maneira significativa (GUIVANT 2002; HANNINGAN 1995). A primeira forma de abordagem, a denominada realista, considera que os problemas ambientais existem independentemente da percepção dos atores sociais. Por outro lado, à perspectiva construtivista considera que a percepção dos riscos não varia de acordo com o aumento real deles, nem está atrelada necessariamente com a sua intensificação. Decorre a partir disto, que quando os riscos são gerados, isso não significa que eles vão ser percebidos. A percepção dos atores sociais é construída socialmente. O fato de alguns riscos serem selecionados e outros permanecerem marginalizados da problematização da sociedade nos mostra que somente a existência “real” dos riscos não seja um fator suficiente de análise. É claro que além do processo de construção social da percepção de risco, é preciso que eles existam de fato. Não reduzimos tudo a construção social, pois é preciso que os riscos existam para que sejam percebidos. No entanto o que queremos salientar são os processos que constituem a formação social da percepção de riscos, imprescindível dos mesmos. Isso não significa que “*either environmental problems are real or they’re constructed*” (IRWIN 2001: 163), mas que além deles serem reais, eles necessitam ser construídos socialmente.

Quando algumas questões são levantadas como relevantes em determinados momentos na sociedade, existem fatores que contribuem para que estas questões surjam no cenário social. Fica evidente que ora determinados problemas são tomados como mais urgentes e outros problemas são deixados de lado, ficando à margem do debate social. Se por um lado os danos ambientais há muito tempo estão causando danos à sociedade, isso não significa que eles sempre foram percebidos enquanto danos, na medida em que o processo pode transcorrer por outro lado, uma vez que a percepção dos riscos ambientais há

um século atrás, era muito dessemelhante da percepção que temos hoje, ou seja, a percepção de hoje não é a mesma que outrora. Podemos citar como exemplo a questão do desmatamento, que em fins do século XIX e início do século XX, significava progresso, e por tanto era percebido enquanto tal, onde a devastação de florestas para o estabelecimento de atividades diversas era percebida como um avanço para a sociedade, como sinônimo da evolução social, promovendo riqueza, solidificando os ideais de toda uma concepção positivista da sociedade. Já a partir dos anos 70 o desmatamento começa a ser percebido como um problema ambiental. Pode-se afirmar que os riscos sempre existiram, mas eles foram e são percebidos de formas diferentes, embora os danos se efetivassem da “mesma” maneira.

Para compreender aquilo que é considerado um problema na sociedade, precisamos fazer a seguinte pergunta: por que em certos momentos algumas coisas são tomadas como problemas e outras não? Segundo Hannigan (1995), “os problemas ambientais são semelhantes, em muitas formas, aos problemas sociais em geral”. É por isso que a questão ambiental seria uma espécie de rótulo, é uma forma específica de um determinado problema, mas os mecanismos de construção deste problema são muito parecidos com os outros. O autor identifica seis fatores que são necessários para a construção com êxito de um problema ambiental e da sua percepção como problema:

1. Autoridade científica para a validação das exigências.
2. Existência de propagadores que possam estabelecer a ligação entre o ambientalismo e a ciência.
3. Atenção dos meios de comunicação social onde o problema é estruturado como novidade e importante.
4. Dramatização do problema em termos simbólicos e visuais.
5. Incentivos econômicos para tomar uma ação positiva.
6. Emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade.

Mas é preciso observar que um desses fatores pode sobrepor-se a outros, inclusive a moral pode prevalecer sobre os dados científicos. Todavia outros fatores também estão relacionados à percepção de risco, como é o caso da localização social, ou seja, os padrões percebem diferentemente os riscos do que os empregados, que por sua vez percebem diferentemente dos burocratas, que percebem dissemelhantemente dos políticos e assim por diante.

A autoridade científica para validar a Gripe Aviária enquanto uma exigência é de suma importância, uma vez que os cientistas ocupam um papel central na definição daquilo que é a Gripe Aviária, estando constantemente sendo trazidos para o debate para explicar aquilo que o vírus H5N1 é, e como ele age nos seres vivos.

Os meios de comunicação interferem diretamente neste processo, na medida em que os jornais, as revistas, as rádios, dentre outros, integram a circularidade com que se processa a opinião dos atores sociais, e fazem cada vez mais parte da vida cotidiana. Nestes meios a questão da gripe aviária é estruturada como real e importante para a sociedade. Logo, quando questões de risco viram notícia, a possibilidade deles serem percebidos aumenta consideravelmente à quantidade e intensidade que estes assuntos ganham notoriedade nos meios de comunicação.

Quando o buraco na camada de ozônio foi equiparado ao tamanho da Antártida, ele ganhou preferência dentre outros problemas ambientais, em vista dessa dramatização do problema em termos simbólicos e visuais. Muitas vezes inserir dados puros, ou seja, dados que sejam difíceis para os atores sociais visualizarem, que eles não possam compreender, pois não fazem parte da vida diária das pessoas, onde eles não estão familiarizados com determinada terminologia como, por exemplo, equiparar o desmatamento a léguas, - unidade de medida que nem se quer faz parte do dia a dia dos brasileiros - pode dificultar a percepção dos riscos. Quando são estabelecidas analogias que fazem parte das categorias de entendimento do senso comum, estas podem ser entendidas enquanto riscos de graves conseqüências. No caso da Gripe Aviária, várias imagens com dezenas de frangos mortos são mostradas em aviários, onde também são feitas enormes valas para enterrar as aves mortas, imagens com enorme impacto visual, além de mostrar as pessoas que para se proteger da gripe do frango utilizam máscaras no rosto.

O fator econômico é de suma importância para esse processo, pois levantar os problemas numa perspectiva econômica é um dos meios de interferência direta na vida das pessoas, uma vez que os riscos podem tornar alguma atividade econômica inviável, ou causar prejuízos para ela, fazendo com que os atores sociais percebam nestas interferências causadas pelo vírus, um fato que afeta atrelado diretamente a atividade econômica.

Na esfera política encontramos a legitimação de um patrocinador institucional para assegurar as exigências ambientais, passando a estruturar aquilo que é considerado um dano através da legislação, que define o que é um problema ambiental, integrando a agenda política de discussão e estabelecimento de leis que identificam e penalizam tais problemas. As agências, juntamente com as ONGs associadas às Nações Unidas, assumem um papel relevante numa perspectiva internacional. No caso da Gripe Aviária, a política governamental tem estabelecido algumas medidas com relação à doença, como é o caso do Plano Nacional de Controle e Prevenção da Influenza Aviária.

Como citamos anteriormente sobre a questão da ciência, fica claro como esta não tem mais a credibilidade que possuía outrora, embora seja fundamental para a constituição da percepção de risco, uma vez que os dados científicos ainda possuem uma parcela considerável de credibilidade para avaliar e determinar aquilo que é ou não um risco, identificando como os riscos são gerados afetam a sociedade e formulam, portanto, a forma pela qual os riscos serão percebidos.

A percepção atrelada à ciência está identificada como expressão de apoio para determinados grupos, fornecendo subsídios para seus argumentos e fornecem assim, em alguns casos, um processo que desencadeia uma imunidade diante dos riscos. A forma pela qual os atores sociais percebem a ciência fornece elementos para os agentes avaliarem e formularem uma determinada opinião acerca dos riscos. O grau de confiança na ciência pode ser um fator relacionado à forma pela qual os riscos são percebidos.

2.4.2 Imunidade Subjetiva

A posição social dos agentes faz com que eles percebam diferentemente os riscos. Aqui o sentido da posição está mais relacionado com aquilo que toca a relação espacial,

interferindo assim, de acordo com a situação em que se encontram, de modo a gerar uma percepção vinculada à proximidade ou não com relação aos riscos. O aumento freqüente da percepção não está relacionado necessariamente ao grau de intensidade ou gravidade dos riscos, pois os agentes consideram-se mais imunes em vista da proximidade que eles estão com relação aos riscos.

Esta é a formulação de Mary Douglas (1996), observando que quanto mais juntos aos riscos estão os agentes, mais imunes a eles os atores se percebem. Porém, essa percepção se inverte à medida que os riscos se encontram mais distantes dos indivíduos. Nesse caso, os riscos que estão mais distantes são percebidos por eles com um maior grau de dano. Não se percebem os riscos que estão mais próximos, todavia se identifica como gerador de riscos aqueles que estão mais afastados. Isso não quer dizer que as pessoas não consideram e percebam os riscos de sua atividade, que elas não reconheçam os riscos enquanto riscos, o que acontece é que a gravidade da percepção está vinculada a este distanciamento com relação aos riscos. Para Douglas, a percepção depende da cultura. A seleção dos riscos se dá através de variáveis culturais, relacionado ao *modus vivendi* dos grupos. Eles variam de acordo com a cultura de determinada sociedade. “En otras palabras, las intuiciones aprendidas culturalmente que guían nuestro juicio en cualquiera de nuestros campos de competencia no enseñan suficientemente principios probabilistas, pero están ligadas fuertemente a la cultura. Todos nosotros estamos perdidos cuando nos aventuramos más allá del alcance de nuestras intuiciones culturalmente constituidas.” (DOUGLAS, 1996: 63)

2.4.3 Percepção e Intervenção

Se os riscos não são percebidos, dificilmente haverá uma intervenção prática neles. Guivant (1997; 1999; 2002), analisa esta questão em seus trabalhos e a problematiza. Os agentes adotariam determinadas técnicas fornecidas pelos cientistas se eles não percebem nenhum risco na realização dessa atividade? Quais seriam as práticas adotadas frente às suas necessidades mais prementes? Outra questão é em relação aos altos custos de determinadas práticas consideradas sustentáveis. Qual é a probabilidade de que se adotem

medidas sustentáveis de alto custo? Estas práticas não levam em consideração a percepção dos agentes. Dessa maneira nos deparamos com a impossibilidade de uma intervenção planejada. Muitas alternativas fornecidas para os produtores têm um elevado custo financeiro, a pergunta que insiste é a seguinte: os produtores adotam essas medidas tendo em vista seu elevado valor financeiro? A resposta provavelmente seria não. Dessa maneira: “A percepção dos produtores é, também, importante para entender por que eles fariam um investimento em controle ambiental, quando as prioridades de investimento podem ser outras, face às necessidades consideradas mais prementes” (GUIVANT, 1999:109).

E ainda que percebam o risco as práticas com um maior custo podem ser evitadas para aumentar os lucros, ou os investimentos na propriedade podem ter outras prioridades. Isso significa que perceber riscos não garante que haja uma intervenção, mas ao não percebê-los, as chances de que haja interferência são muito pequenas, diminuindo igualmente a possibilidade dos atores atuarem sobre os riscos, pois se o agente não percebe risco ele não atuará de forma planejada a fim de minimizá-lo. Dessa maneira, a percepção de risco é uma condição *sine qua non* para uma possível operação prática de interferência.

Grande parte dos riscos que enfrentamos são reconhecidos pelo público leigo. Dessa forma não podemos desconsiderar o conhecimento leigo, mas ao contrário, tomá-lo como relevante, na medida em que as pessoas estão mais próximas aos riscos, no caso dos agricultores, são eles que dispõem de conhecimento suficiente para dizer em que eles consistem, o que eles entendem por riscos, etc. Estes agricultores estão em melhores condições de indicar como o risco é gerado na prática, na sua atividade, pois eles estão mais próximos deles, e algumas vezes gerando riscos, sabendo ou não que podem agir de maneira diversa. Em alguns casos, tornando possível melhor determinar os danos com os quais podemos nos deparar. Embora a Gripe Aviária não esteja presente nos aviários de Santa Catarina até o momento, as medidas de combate estipuladas pelo Plano Nacional de Controle e Prevenção da Influenza Aviária possivelmente passaram a serem aplicadas em uma determinada fase pelos próprios agricultores, o que os torna centrais nessa dinâmica, porque a forma pela qual eles utilizaram estas medidas colocadas pelo Plano Nacional e pelos técnicos e cientistas, depende de como eles percebem a gripe do frango. Assim, a

relação conhecimento leigo e conhecimento perito precisa ser coordenada de forma interativa.

Outro fator que agrega importância ao conhecimento público dos riscos é a inadequação em tomar a percepção de risco do senso comum como irracional. O debate acerca daquilo que é racional e irracional perpassa esta discussão em torno dos tipos de conhecimento gerados a partir dos riscos. O que pode ser considerado um conhecimento irracional? Em quais fatores podemos nos basear para afirmar que um tipo de conhecimento é racional enquanto outro é irracional? Em que nos apoiamos para poder fazer tais afirmações? Diante desta relativa dificuldade, nos posicionamos diante de uma perspectiva que não incorpora a noção de *irracionalidade* de um determinado conhecimento, uma vez que não há como determinar os *inputs* de uma cultura (COHEN Apud. DOUGLAS, 1996). Portanto, concepções que tentam encobrir outros tipos de conhecimento, que implicam num descarte total do conhecimento leigo, por exemplo, assumindo somente o conhecimento perito enquanto legítimo, necessitam ser revistos. Segundo Guivant, caso não haja uma aceitação dos riscos por parte do público leigo em relação à definição científica de um determinado risco, isto não resulta de uma irracionalidade, mas o oposto: “indica que as premissas culturais sobre a aceitabilidade de riscos contida nas fórmulas científicas” precisam ser revistas (GUIVANT, 1999). Há uma grande distância entre a definição dos riscos por parte da ciência, e a aplicação de métodos fornecidos por ela. Esta zona nebulosa pode ser preenchida com estudos de percepção que tentam resolver esse hiato, a fim de agir de acordo com as definições dadas pelos diferentes atores sociais. Por isso, a transformação dos riscos depende de como eles são percebidos socialmente. De nada adianta fornecer instrumentos para os produtores combater os riscos ambientais se eles não os percebem.

Determinado dano ao meio ambiente pode ser tomado como um sinal de progresso. As fumaças das indústrias, os dejetos de suínos, dentre outros, são muitas vezes reconhecidos como sinônimo de prosperidade, quando na verdade podem ser riscos que acarretem danos irreversíveis ao meio ambiente, gerando vários problemas para a sociedade e, em um período mais longo podem tornar a atividade inviável tendo em vista dos malefícios para o meio ambiente, inclusive para os próprios geradores de riscos, na medida

em que o “efeito bumerangue” pode trazer prejuízos que não compensam determinada atividade econômica à longo prazo.

CAPITULO 3 O Comitê Estadual de Sanidade Avícola de Santa Catarina - CESAVI

Com a criação do Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária em 17 de fevereiro de 2006, em uma dimensão nacional ficou determinado, - dentre outras normas - que em cada Estado deveria ser criado um Comitê para discussão e implantação das medidas preventivas da Influenza Aviária. Em uma primeira visita feita a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (SAR), localizada na capital do Estado no município de Florianópolis, nos foi fornecido um material importante para identificar quem incorporava o CESAVI, com o nome das instituições e órgãos que participam dele. Desta maneira o representante da SAR do CESAVI foi fundamental no início da investigação, sendo um informante chave para esta pesquisa, pois abriu as portas para as posteriores entrevistas, sugerindo com quem elas deveriam ser feitas.

De acordo com o Regimento Interno do CESAVI instituído em 26 de abril de 2006, o objetivo do comitê está baseado no fortalecimento do sistema de atenção veterinária e na implementação do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) em todo território catarinense. Assim, neste comitê são discutidas e elaboradas as medidas preventivas que são adotadas no Estado de Santa Catarina para a prevenção da Influenza Aviária.

O comitê é composto por oito membros de cada entidade:

SAR - Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina: A primeira entrevista foi realizada em dezembro de 2006 e a outra em abril de 2007.

SFA/SC - Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina: Entrevista feita em junho de 2007. A SFA/SC está localizada em Florianópolis, mesmo local em que foi feita a entrevista.

Cidasc - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina: Não foi possível realizar uma entrevista com algum membro da Cidasc. A Cidasc está localizada no município de Florianópolis.

Faesc - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina: O representante da Faesc no comitê reside no município de Chapecó no Oeste do Estado de Santa Catarina, aonde foi realizada a entrevista em julho de 2007. A Faesc possui sua sede no município de Florianópolis.

Sindicarne - Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado de Santa Catarina: O representante do Sindicarne reside no município de Videira no Oeste do Estado de Santa Catarina, local em que foi realizada a entrevista em julho de 2007. O Sindicarne tem sua sede no município de Florianópolis.

Acav - Associação Catarinense de Avicultura: Entrevista realizada em julho de 2007, no município de Concórdia no Oeste do Estado de Santa Catarina. A Acav tem sua sede localizada no município de Florianópolis.

Embrapa Suínos e Aves – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Entrevista realizada no município de Concórdia, local em que foi desenvolvida a entrevista em julho de 2007. A Embrapa Suínos e Aves possui sua sede no município de Concórdia.

Udesc - Universidade do Estado de Santa Catarina: Entrevista realizada em julho de 2007, no município de Lages região serrana do Estado de Santa Catarina. O curso de veterinária da Udesc esta localizado no município de Lages

QUADRO 3: Sobre as entidades que compõe o CESAVI

Entidades	Localização	Formação	Entrevista
SAR	Florianópolis	Veterinária	Florianópolis
SFA/SC	Florianópolis	Agronomia	Florianópolis
Cidasc	Florianópolis	-	Não realizada
Faesc	Florianópolis	Veterinária	Chapecó
Sindicarne	Florianópolis	Veterinária	Videira
Acav	Florianópolis	Veterinária	Concórdia
Embrapa	Concórdia	Veterinária	Concórdia
Udesc	Lages	Veterinária	Lages

Fonte: Elaboração própria

Todos entrevistados possuem formação em Medicina Veterinária, com exceção do representante da SFA/SC que é Engenheiro Agrônomo. Como também pode-se observar, estão compondo o comitê membros dos setores públicos e privados, sendo que seis entidades são públicas, a SAR, SFA/SC, Cidasc, Faesc, Embrapa e Udesc, e duas delas são privadas, o Sindicarne e a Acav. Ambos representantes das entidades privadas trabalham nas duas maiores Agroindústrias do Estado de Santa Catarina, a Perdígão e a Sadia, e um representante de uma entidade pública, a Faesc, que na época trabalhava no comitê sendo

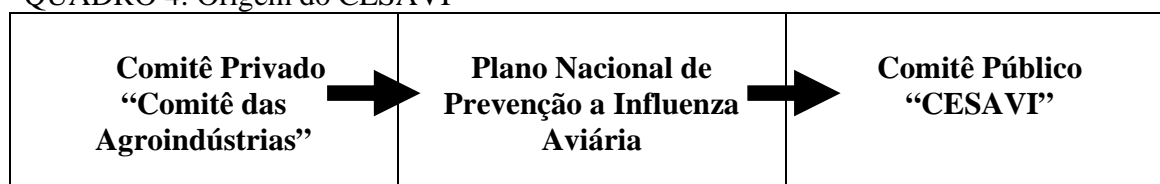
inclusive o presidente do comitê, também trabalhava em uma grande Agroindústria, a Aurora.

Para não se precipitar, é preciso deixar claro que o estabelecimento do Plano e as medidas de sanidade não começam a ser tomadas somente a partir da Gripe Aviária, como se antes não existissem políticas que focassem a sanidade avícola e que começam a ser realizadas com o surgimento da Influenza Aviária, pois já existiam políticas focadas em alguns destes aspectos que antecedem ao Plano. Mas pode-se ressaltar que é através da notoriedade da Influenza Aviária e conseqüente elaboração do Plano, que as medidas começam a ser praticadas de maneira mais intensiva e de uma forma mais efetiva.

3.1 Origem do Plano e os Comitês

Para entender a origem do comitê e, indo para além dele, compreendendo a própria emergência do Plano Nacional de Prevenção a Influenza Aviária, notamos que sua gênese remonta a um outro comitê, não oficial (ou público), denominado Comitê da iniciativa privada ou Comitê das agroindústrias. O comitê público surge a partir do envolvimento do setor público, sendo que os membros da iniciativa privada estão integrados em ambos comitês. A diferença entre um e outro refere-se à intensidade de atividade. De acordo com um dos entrevistados, *“o que realmente tem se reunido mais intensivamente, que tem trabalhado a questão da prevenção... é o comitê das agroindústrias; o oficial ele referenda as atitudes, ele faz o balizamento”* (Faesc). A intensidade com que o comitê privado se reúne é maior que a do comitê público, sendo no âmbito do privado que as práticas normativas serão inseridas no comitê público. Já o comitê público se reúne no mínimo uma vez a cada seis meses, estando de acordo com a necessidade das questões em pauta, o que pode tornar mais freqüentes estas reuniões de acordo com estas necessidades.

QUADRO 4: Origem do CESAVI



Com isso, entender o surgimento das práticas que começam a ser adotadas em função da Influenza Aviária remete as próprias pressões advindas do setor privado. O Plano Nacional de Prevenção a Influenza Aviária provém não só do surgimento da doença em si, mas de pressões ocorridas por determinados grupos vinculados à avicultura:

“A luta das entidades que representam a avicultura brasileira para a implementação deste Plano já durava pelo menos três anos... Projeto apresentado pela UBA – União Brasileira de Avicultura e pela Abef - Associação dos Produtores e Exportadores de Frango, serviu de base para o atual Plano.” (P.24. Revista **Avicultura Industrial** número 03, 2006, ANO 97, Edição 1143).

Isto também foi verificado em pesquisa de campo realizada junto aos membros do comitê, pois, de acordo com o membro do SFA/SC, o Plano de Prevenção teria sido uma exigência do setor privado que levou essa discussão para o Ministério da Agricultura (MAPA), através das câmaras setoriais. Desta maneira, o comitê da iniciativa privada antecede ao Plano, e em grande medida é no âmbito deste comitê das agroindústrias que são discutidas as medidas que foram pré-encaminhadas e pré-estabelecidas e que dão conteúdo e substância para o Plano.

Todavia, não estamos inferindo que o Plano seja advindo exclusivamente deste grupo, uma vez que outros atores sociais estão envolvidos, fazendo parte deste processo, mas ressalto que o setor privado teve um papel preponderante na criação do Comitê e conseqüentemente do Plano. Um processo de aproximação com o setor privado para com o setor público começa a se desencadear neste contexto, onde o governo é persuadido pelo setor privado paralelamente a mídia: *“foi uma necessidade dos dois, quando a gente sentiu a nossa necessidade e fomos até o governo, eles se sensibilizaram também, e estavam pressionados pela mídia internacional...”* (Sindicarne). Aqui aparecem dois fatores agindo concomitantemente. E investigando com mais afinco, notamos um outro fator influente: os mercados internacionais.

“O Plano Nacional de Sanidade Avícola, ele foi criado originalmente pela iniciativa privada, pela necessidade de ter uma garantia para as suas criações e manter o mercado internacional. Esse Plano foi apresentado para o Ministério da Agricultura, o Ministério da Agricultura aceitou, fez algumas adaptações, estabeleceu um programa nacional detentor do Ministério da Agricultura. Mas a iniciativa partiu do setor privada. Pela necessidade que eles sentiram de oferecer garantias para os compradores internacionais.” (SAR)

Até aqui possuímos dois atores interdependentes: setor privado e Estado. Após vamos ver como outras variáveis vão sendo inseridas de acordo com o processo, mas a princípio podemos afirmar que o setor privado constitui o fator preponderante para a explicação da emergência do Plano, lhe conferindo uma condição *sine qua non* para instituir e pôr em prática tal Plano e conseqüentemente a criação do comitê.

3.2 Discurso político e científico

A diferença existente entre o discurso científico e o político pode ser notada nas entrevistas. Embora apenas um dos membros ocupe uma função política no seu trabalho, - mesmo sendo um cientista por formação - foi possível identificar algumas dissonâncias que podem ser atribuídas a relações entre estas duas esferas. Desta maneira, a seguir são analisadas algumas peculiaridades do campo político tendo como contraponto o campo científico.

De acordo com os membros do CESAVI que estão no âmbito científico, à possibilidade da Influenza Aviária chegar ao Brasil e ao Estado de Santa Catarina seria reduzida, dadas às características da produção avícola nacional. Já o membro que ocupa um cargo político entende que a possibilidade da Influenza Aviária está atrelada à globalização, uma vez que as distâncias entre os países acabam sendo reduzidas em virtude dos meios de transporte existentes.

É possível observar uma minimização do risco de maneira mais contundente por parte do discurso político, que dá mais destaque à globalização como fator de risco. Assim o político considera o risco como os demais membros do comitê, mas a sua minimização é mais enfática, implicando em uma menor possibilidade diante do risco. Desta forma, como a globalização é percebida enquanto um fator de risco, os mecanismos presentes na sua disseminação seriam mais suscetível de ser controlados, como o caso da fiscalização em portos e aeroportos. Estes locais são vistos como o principal fator de risco para a disseminação da Influenza Aviária. A maior parte dos cientistas considera o risco pelas vias animais com uma maior potencialidade de risco, o político percebe os humanos como um potencial para um possível contágio da Influenza Aviária. Isso também está relacionado à

como o próprio político percebe a forma pela qual os países que tiveram Influenza Aviária agiram quando as tiveram registradas, pois o controle se deu de maneira eficiente em função das medidas adotadas por aqueles países.

Frente a este argumento perguntamos ao representante político se o controle que os países europeus conseguiram teria haver com algo natural, ou seja, se não teria haver com as medidas, mas em função do próprio vírus, e a resposta foi a seguinte:

“Natural não! São medidas técnicas e científicas que foram feitas, foram atitudes de governo pra controlar, acho que aquela questão na Ásia, reduziu-se aquela situação de criação, de contato, diminuiu-se o contato do ser humano com as aves e isso controlou mais, então não é natural não, foi medidas”.

Todavia, o aspecto natural é considerado preponderante na forma pela qual o risco é analisado por parte dos cientistas *“assim por situações naturais, de repente nosso clima, as aves migratórias mais problemáticas não passaram por aqui. Então, nós conseguimos controlar de uma forma que ‘graças a Deus’, digamos assim.”*

É preciso ressaltar que os depoimentos dizem respeito à Influenza Aviária na Europa - no caso citado pelo político - e o outro - no caso citado pelo cientista - no Brasil, mas o fato é que a variável “natural” é desconsiderada como um elemento causal na diminuição da propagação do risco, enquanto no segundo caso, além das medidas, o fator “natural” é considerado preponderante. O que pode explicar a minimização do risco por parte do político estar relacionado à como ele percebe a maior probabilidade de contágio da Influenza Aviária, que é através de humanos, pois estes podem ser de alguma forma mais controlados através das medidas. O que não ocorre com os cientistas, pois consideram o fator natural integrante na questão da propagação ou não do risco, imputando as vias naturais como um fator explicativo, limitando concomitantemente a ação no risco.

Uma diferença que também pode ser observada é quanto à questão de quem estaria mais suscetível de ter primeiro o contato com o H5N1. De acordo com os cientistas, os produtores estariam mais propícios a ter um primeiro contato com o vírus: *“o público que trabalha com aves, seria o primeiro com maior êxito de ter o contato, seria o pessoal que manipula com aves...”*. Já o político entende que os que primeiramente poderiam ter um contato com o vírus seria a população de um modo geral, *“até porque junto aos produtores ela não existe, a doença não existe. E pra chegar nos produtores ela provavelmente vai*

passar pela população, ela tem uma possibilidade muito grande de ser trazida por um viajante qualquer... é um problema de saúde pública”.

É importante destacar que tanto o político quanto os cientistas consideram os avicultores e a sociedade civil como suscetíveis de estarem em contato com o H5N1, mas a ênfase que se dá a cada um deles é diferente. O que também implica em diferentes formas de abordar a questão. Isso tem a ver com a forma pela qual cada um também prioriza as medidas preventivas, pois os cientistas entendem que deve ser dada uma maior ênfase no trabalho de prevenção junto aos produtores, o que não ocorre com o político, que prioriza as medidas juntamente com a sociedade civil.

Após ter perguntado para os entrevistados se eles consideravam as medidas preventivas suficientes, afirmei ter elaborado a questão, também baseado em uma reportagem feita por uma revista especializada em avicultura, onde uma técnica afirmava que a tela não seria uma garantia suficiente, pois mesmo a telagem sendo aplicada, ela não garantiria a não entrada do vírus em algumas situações. Todos os entrevistados afirmaram ser uma questão pertinente, como por exemplo, “*Veja o seguinte. Então... ela até chegou num ponto interessante*”, e comentaram acerca do fato, relatando que esta medida reduziria as possibilidades, mas não seria algo auto-suficiente. Com exceção do membro que ocupa um cargo político, que classificou o exemplo de “infeliz”, considerando a medida suficiente sem assumir uma postura crítica desta medida, sem analisar até que ponto ela pode funcionar efetivamente, percebendo a situação de maneira apta a gerar segurança diante do risco.

3.3 Pontos de Tensão

A seguir são analisados alguns pontos de tensão que foram observados em pesquisa de campo e também nas fontes que trabalharam sobre o assunto, como jornais e revistas. Estes pontos são relevantes na medida em que mostram como as relações entre os atores sociais envolvidos na questão, se estruturam diante do risco. Estes pontos serão entendidos utilizados mais tarde no item 3.5 que correlaciona os pontos de tensão com o risco da Influenza Aviária.

A seguir, são analisados os seis pontos de tensão que foram categorizados a partir do material empírico¹⁸, aonde puderam ser observados alguns pontos de tensão entre: a produção de corte e a postura, sendo que a produção de corte está baseada na produção de aves para produção de carne de frango e a postura para ovos; ponto de tensão entre integrados e não integrados, aonde os integrados estão fortemente vinculados às agroindústrias ao contrário dos não integrados; tensão entre agroindústrias e avicultores, em que as agroindústrias estão envolvidas no processamento e venda dos produtos e os avicultores na produção do produto; ponto de tensão entre produção comercial e independente, na qual a produção comercial possui fins comerciais e a independente estando baseada em uma economia de subsistência; ponto de tensão entre a esfera pública e privada, sendo que a esfera pública esta encarregada da legislação e a esfera privada em acatar tais normas; e ponto de tensão entre a esfera privada, que envolve as próprias agroindústrias. A questão de fundo que permeia grande parte da discussão acerca das tensões, se desencadeiam com a implementação das medidas está focalizada nos custos.

3.3.1 Tensão: corte e postura

A mesma passagem a qual o político entrevistado designava como sem relevância, não considerando algumas medidas como possíveis de serem ineficazes, pôde ser observada como geradora de tensões no âmbito da avicultura. Isso só mais tarde pôde ser verificado no decorrer da pesquisa de campo. De acordo com a pesquisadora Nilce M. Soares Queiros Gama, da Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio Avícola, do Instituto Biológico, em Bastos (Estado de São Paulo), se *“hipoteticamente uma ave portadora do vírus da Influenza defecasse próximo aos galpões, estas fezes – ao secarem – poderiam ser respiradas pelas aves comerciais e elas se contaminariam da mesma forma, independentemente de terem um contato direto”* (p.56 Revista **Avicultura Industrial** número 03, 2006, ANO 97, Edição 1143). Esta consideração de ineficácia da tela foi observada mais tarde por parte de alguns pesquisadores entrevistados, por estar relacionado a outro tipo de atividade dentro da

¹⁸ Isso não significa que os entrevistados elaboraram tais categorias, mas que a partir do material empírico foi possível identificar os pontos de tensão sendo relatados em diferentes contextos.

avicultura. Aonde existe o predomínio da produção de ovos estariam sendo criadas tais dificuldades para implementação das telas.

Conforme um membro do comitê:

“Quando tu for para aves poedeiras, ela dificulta um pouco. Inclusive a grande resistência a telar, é o pessoal da área de postura comercial. ... o pessoal que fez o seminário no interior de São Paulo colocou muitas dificuldades de colocar tela e tal, que ‘isso é difícil e tal, que não dá, que tem um custo muito alto, que não pode tirar o esterco e tal’. (Faesc).

O próprio manejo da atividade da postura é dessemelhante a de corte, pois requer a aplicação de outros procedimentos:

“Pelos próprias características produtivas, Ikeda ressalta que a telagem dificultaria o manejo. Diferentemente do frango de corte, com uma vida produtiva de 45 dias, as poedeiras permanecem no galpão por quase dois anos. A retirada dos resíduos orgânicos das aves é feito pela lateral externa do barracão, o que seria impossível com a tela” (p.55 Revista **Avicultura Industrial** número 03, 2006, ANO 97, Edição 1143). *“Além da coleta dos ovos que é feita diariamente e que a telagem comprometeria. Problema em manter a tela limpa prejudicando a questão da sanitária”.* (p.56 idem).

Com isso, os entraves para a tela estariam sendo relacionados a dificuldades criadas para o manejo. Todavia, estes impasses na implementação da tela são vistos com ressalva por um dos membros do CESAVI, enquanto uma atividade que requer uma tecnologia avançada e que estaria presente no âmbito própria atividade, desenvolvendo formas alternativas que não colocariam impasses para implantação da tela:

“Nós na área da produção de frango, até desafiamos eles. Porque se a inteligência do pessoal que trabalha com equipamento está tão fraca que não consegue achar uma solução prática e viável para isso. Nós estamos no século vinte um, nós temos em possibilidades tecnológicas hoje. ... E o cara dizer que não tem tecnologia para tirar um esterco adequadamente de um aviário, é uma coisa meia, que vai contra a inteligência de quem mexe com equipamentos para isso, para essa finalidade. Hoje existem carregadeiras, existem tratores menores, inclusive tem esteiras, o cara pode comprar uma esteira aonde os dejetos caem numa caixa em uma caçamba, aonde depois você tira essa caçamba, e não deixa ali. O que eu desafiaria é o cara viver naqueles lugares aonde o dejetos não é recolhido e com todas moscas e tal. Então é uma coisa assim que vai um pouco contra a lógica. Mas resistência tem. Qualquer mudança é difícil de acontecer.” (Faesc).

Em outro depoimento, aparecem às alternativas que estariam presentes no próprio contexto da produção de ovos, e que poderiam resolver a questão. Segundo o representante da SFA/SC a tecnificação nas granjas de aves poedeiras em Bastos, São Paulo, são consideradas *“o suprasumo da tecnologia”*, com esteiras para retirar o esterco das aves

“num sistema assim bastante sofisticado.” Entretanto, o mesmo entrevistado afirma que isso não estaria ao alcance do médio ou pequeno produtor. (SFA/SC).

A tentativa de demonstrar que existe uma tecnologia suscetível de ser implementada no setor de postura, leva a outra explicação para tal impasse, uma vez que existiriam possibilidades para implementação das mesmas. A justificativa residiria na questão do mercado. “E eles não querem investir, não tem a mínima vontade de fazer mudanças. E também é um setor que exporta muito pouco”. (Acav). Como o mercado de postura estaria focalizado para uma demanda interna, a qual não exige a implementação das medidas, estas seriam consideradas inviáveis e desnecessárias.

QUADRO 5: Características da produção de corte e postura

Modelo de Produção	Tempo da ave no aviário	Risco de enfermidade	Mercado
Corte	Pouco tempo	Menor	Externo
Postura	Grande tempo	Maior	Interno

Fonte: Elaboração própria

Além disso, a postura estaria mais suscetível a um possível contágio com o vírus da Influenza Aviária.

“As poedeiras comerciais, que produzem ovos para consumo. Como elas ficam um ano no aviário, é diferente do frango de corte que fica 45 dias daí ele vai para o abate, limpa, desinfeta, beleza, se um dia houver um problema (limpa lá). Já uma poedeira, a postura ela fica um ano, então a chance de contato com outros animais, o espaço é maior, então ali tem que ser telado também” (Faesc).

Decorre que a potencialidade do risco de contágio com o vírus H5N1 seria menor de ocorrer na produção de corte, uma vez que as aves estariam expostas por um período menor, invertendo-se a situação na postura, uma vez que a exposição para um possível contágio seria maior, aumento conseqüentemente o risco. Neste sentido, também a importância de adotar as medidas como um todo, sendo os produtores de postura coagidos a utilizar as medidas de bio segurança.

Outra questão relevante – se não a mais relevante – é quanto aos problemas para implementação da tela relacionados ao alto custo. De acordo com o setor de postura: “Um estudo feito pelo Sindicato Rural de Bastos calculou um custo de R\$ 4 por ave para a implementação nestes moldes. Em uma plantel de 40 mil aves, o gasto seria de R\$160 mil

(p.56 Revista **Avicultura Industrial** número 03, 2006, ANO 97, Edição 1143). A partir daqui emerge a seguinte questão: quem pagaria pela implementação da tela? Como veremos adiante, estes custos serão subsidiados pelos próprios avicultores.

De acordo com um dos membros do CESA VI, uma das formas de resolver tal impasse seria o produtor estar integrado a uma agroindústria, pois estas estariam achando uma forma de auxiliar na compensação destes gastos o que não ocorre com os outros produtores “*Como esse pessoal da postura não tem uma assistência, tem que eles mesmos fazer. Então lá aparece mais resistência.*” (Faesc). Conforme a seqüência do depoimento, decorre que integração proporcionaria uma forma de dividir os custos com as Agroindústrias. As Agroindústrias não pagariam pelas medidas, mas algumas delas pagariam uma espécie de bônus para os produtores adotarem as medidas de biosegurança, uma porcentagem a mais nos lotes durante um determinado período para aqueles que adotam tais medidas, como uma forma de amenizar e incentivar a implantação das medidas. Todas estas formas alternativas, de auxiliar na forma de uma compensação dos custos, varia de agroindústria para agroindústria, de acordo com a política que cada uma delas estabelece para este fim.

3.3.2 Tensão: integrados e não integrados

Um dos pontos de tensão que tem gerado uma série de problemas na implementação de algumas medidas refere-se à questão da integração. De acordo com a maior parte dos depoimentos, os produtores integrados as Agroindústrias estariam preparados e adotando as medidas. Por um lado, isso ocorre uma vez que a iniciativa do Plano tem sido das próprias Agroindústrias como visto anteriormente. No entanto, os produtores de aves que não estão integrados não estariam comprometidos na aplicação das medidas assim como os produtores integrados. Como ressalta um dos membros do comitê:

“nós ainda temos produções que são precárias... Entre o meio avícola, está muito bem disseminado, as pessoas conhecem estão envolvidas, comprometidas, assim até a gente pode dizer que mudou bastante nesses anos todos, o comprometimento do setor avícola nessas situações. Agora, por exemplo, a gente não tem um controle de outras associações, de outras entidades, elas não tem um conhecimento necessário. Por exemplo, nós proibimos visitas nos integrados, nós não permitimos que nenhum representante estrangeiro chegue as nossas propriedades. E as vezes a gente fica sabendo que tem prefeituras, tem coisas

que, acabam tendo, visitantes, como aconteceu esses dias em Chapecó, da África, e que foram visitar propriedades rurais, e a gente sabe que isso é um risco, que as pessoas são, representam um risco para nós. Então, nem todos tem essa informação clara, e também dos riscos que representam.” (Acav).

Desta maneira, fica evidenciado como os produtores integrados estariam mais suscetíveis com relação à efetiva adoção das medidas, o que não ocorreria com os produtores não integrados, que não estariam concretizando na prática algumas normas básicas preconizadas.

A opção de ser ou não integrado por parte dos avicultores é análoga a um investimento qualquer, sendo a segurança entendida enquanto um fator fundamental na questão da Influenza Aviária. *“A poupança, é a que dá menos risco. Se aplicar na bolsa, você vai ter uma lucratividade maior, mas o risco é muito maior.”* (Faesc). A seguir o entrevistado afirma que a integração *“é uma coisa mais segura. Sempre dá. Nunca perde. Sempre tem alguma receita.”* (Faesc). No caso dos produtores não integrados, um dos pontos que caracteriza a sua lucratividade é a plena possibilidade dela ser obtida, considerando a maior liberdade da escolha na compra dos pintinhos, da ração e como no produto final ele também desfruta desta mesma liberdade para a venda. Por outro lado, os não integrados estariam mais suscetíveis às variações do mercado, sendo que a lucratividade, o risco no mercado e os prejuízos com uma possível presença de H5N1, acompanham esta lógica.

QUADRO 6: Aspectos da produção

Modelo	Lucratividade para o avicultor	Risco no Mercado	Em um possível contágio de Influenza Aviária
Integrado	Menor	Menor	Mais protegido
Não Integrado	Maior	Maior	Menos protegido

Fonte: Elaboração própria

Quando remetido aos integrados, essa lógica se inverte, pois se a lucratividade é menor, a proteção que ele a princípio conseguiria seria maior. No caso de uma enfermidade o integrado estaria recebendo uma determinada quantia mesmo não produzindo: *“se um dia vier à enfermidade e tal vai ser. Por exemplo, se você vai ter que ficar com um lote por um período, mais tempo vazio, a empresa paga para ele para ficar aquele período, mais tempo*

vazio... ele recebe um x para ficar parado”. (Faesc) Como um todo, a lucratividade e os prejuízos podem ser sintetizados enquanto “os prejuízos são divididos, os lucros também, nessa parte.” (Faesc). Com um maior detalhamento em um possível surto de Influenza Aviária, a situação é descrita da seguinte forma:

“O menor prejuízo que a agroindústria teria, é mandar eliminar um lote. Perante uma possibilidade de um prejuízo econômico. Aqui, no sistema integrado, lá de fora, eu comprei a ração, eu comprei o pintinho, hoje eu tenho um contrato para vender o frango para você. Então nesse sentido que eu falo. Se você não tem uma verticalização da cadeia, alguém desse outro processo vai assumir o prejuízo. E aí eu te pergunto: quem vai querer assumir? Por isso que o sistema brasileiro, por vezes parece ser um monopólio, mas ele é protegido.” (Sindicarne).

Neste depoimento o entrevistado estabelece uma comparação entre os dois modelos, de integração e não integração, assumindo de que maneira as Agroindústrias agiriam frente a um possível surto, estando o produtor avícola com garantias de não ter sua atividade econômica abalada em função de uma crise desencadeada por uma epidemia, o que não ocorreria no caso dele não estar integrado, ficando desamparado assumindo os prejuízos em sua totalidade.

Em outro depoimento o caso de um problema sanitário para o caso de um não integrado seria mais grave. “Se der qualquer problema sanitário, ele vai, não vai poder exercer mais essa atividade. (Udesc). Com isso, a atividade poderia estar comprometida em função de um surto de Influenza Aviária, inviabilizando a atividade econômica.

O descontentamento por parte de alguns avicultores com relação a alguns aspectos da integração aparecem no seguinte depoimento:

“por exemplo, a integração. Até que surgiram umas discussões à um tempo atrás. ‘Ah a integração é bom para a indústria’. Sem dúvida que é bom para a indústria, se não, não colocaria isso aí. Agora, é bom para o integrado? Claro que é bom. Tem filas de gente querendo se integrar. Então também é bom. Por que? Numa pequena área o cara põem um galpão e tira um sustento razoável dali, que na atividade agrícola dificilmente tiraria. (Udesc).

O início do depoimento mostra de que maneira alguns avicultores estariam descontentes, considerando que a maior parte da lucratividade ficaria com as Agroindústrias. Todavia, na seqüência da resposta, o entrevistado remete ao outro lado da integração, demonstrando como a integração é interessante do ponto de vista do avicultor.

3.3.3 Tensão: Agroindústria e avicultores

Em determinadas partes dos discursos, observa-se alguns pontos de tensão entre as Agroindústrias e os avicultores. Como a agroindústria detém supremacia no negócio, sendo que o produtor entraria quase que exclusivamente com a mão de obra, além de ter uma renda menor em comparação aos não integrados, os avicultores estariam reivindicando melhores rendas na atividade.

“Na verdade a agroindústria detém o negócio em si, o abate, a verticalização da avicultura, o fornecimento dos pintinhos, ração e tudo, então essa relação tem sido uma relação harmoniosa. Sempre tem, cada elo da cadeia sempre tem alguém descontente, a pouco tempo atrás teve, alguns produtores de aves estavam reclamando da renda, e eu acho que é justo, o produtor tem que reivindicar o seu melhor desempenho.” (Faesc).

Embora o entrevistado afirme haver uma relação harmoniosa na primeira parte de sua resposta, a seguir evidencia os problemas decorrentes da integração, que nem sempre estariam satisfazendo ambos os lados, e que são vistos como inerentes a esta relação.

A reclamação por parte dos avicultores consistiria em estar diante de uma nova realidade, a qual os submete a mudanças na estrutura de suas práticas de produção avícola, com a implementação de telas com uma malha menor e o cercamento das suas propriedades.

“Na verdade eles reclamaram bastante que eles não tinham... porque é uma nova realidade, então uma nova, nova bio segurança nos aviários, investimento, troca de tela, é uma tela de malha 4 que permitia a entrada de aves, como o canário da terra ou uma bomba rola e tal, e esses poderiam o dia que viesse um vírus, através de uma ave migratória contaminar uma ave silvestre dessas, e essa entrar dentro do aviário e levar para os frangos. Então foi trocado a tela de todos aviários para a malha 2, malha 2 e meio, que não permite a entrada dessas aves nos aviários. Foi cercado ao redor, e isso tudo teve gastos. Então eles ficaram muito apreensivos com isso, porque a parte pesada estava recaindo sobre eles.” (Faesc).

A apreensão dos avicultores seria em função do estabelecimento das medidas, o que fica demonstrado nesta passagem, subentendendo quem teria que efetivamente pagar por tais medidas. *“Eles reclamaram muito que estes custos da biosegurança estavam recaindo sobre eles, nessa nova realidade em virtude da Gripe Aviária”*. (Faesc). Com a parte “pesada” recaindo sobre os avicultores, surgem descontentamentos que causam um constrangimento em meio à relação Agroindústria e avicultores.

A partir de então surge um processo de negociação entre as Agroindústrias e os avicultores, tendo como base a tentativa de amenizar esta parte pesada sobre os produtores. É identificado enquanto negociável praticamente todos os pontos de descontentamento, com exceção da bio segurança, “A única coisa que o pessoal sempre fala que não é negociável, a única coisa que não é negociável, não podemos abrir mão da bio segurança, ela deve ser feita.” (Faesc). Emerge então uma maneira de tentar ajustar esta questão, aonde são procurados meios para se atingir este fim. A partir deste ponto de partida, engendram-se formas que tentam articular os interesses de ambos os lados, criando algumas alternativas para tanto.

Em outro depoimento também é relatado como os custos representam esse entrave, enquanto um fator que dificulta a implementação das medidas, recaindo também sobre as Agroindústrias, mas com a parte mais elevada para os produtores.

“A única dificuldade que nós estamos encontrando até hoje, é a questão financeira. Porque são custos elevados, aí sim representa um peso a mais para o produtor, para a agroindústria... Isso é que talvez que esteja atrapalhando um pouco a implantação. ... Isso é um custo que vai ser muito mais do produtor, junto à agroindústria a qual ele é integrado. Vai haver uma participação da agroindústria, mas o maior peso vai ser do criador, que vai ter que logicamente, dividido, diluído esse custo durante vários meses, ou até anos, para o pagamento sem comprometimento da economia, dos recursos da família que trabalha com esses produtos. Mas a indústria vai participar certamente, ou na complementação, ou pagamento de parte de juros, parte dos investimentos...” (SAR).

Os mecanismos que tentam articular alguma forma alternativa para subsidiar os custos, na parte em que a Agroindústria é inserida para auxiliar nos custos, subjaz a noção de que as medidas não podem comprometer a economia da família do trabalhador, para que não torne a atividade inviável em vista dos altos custos. Também são indicados pelo entrevistado, algumas formas que possibilitariam tal viabilidade, como a diluição dos pagamentos em vários meses ou anos.

Dentro de cada agroindústria, dependendo da medida, existem políticas específicas para trabalhar com as alternativas criadas para tentar compensar os produtores nestes gastos. No caso da telagem, por exemplo, aonde estariam um dos maiores custos, estas formas se diferenciam: “a telagem aí eu posso te dizer que está havendo ações individuais de cada indústria.” (Sindicarne). Direta ou indiretamente estas ações desenvolvidas

ganham forma, diretamente designam o fornecimento total dos materiais para instalação da bio segurança, enquanto a forma indireta é representada através de uma bonificação paga através dos lotes, uma porcentagem a mais para os produtores que estariam adotando as medidas.

QUADRO 7: Atual e posterior papel dos três atores sociais diretamente envolvidos

Atores	Atual Conjuntura	A partir do CESAVI criam-se formas alternativas para alteração da Atual Conjuntura para as Linhas de Crédito	Linhas de Crédito
Agroindústria	Compensação de uma forma indireta		Responsável pela criação
Avicultor	Maior parte nos custos das medidas		Responsável pela implementação
Estado	Legislação das normativas		Responsável pelo financiamento

Fonte: Elaboração própria

Na tentativa de resolver tal impasse, uma questão amplamente discutida no âmbito do CESAVI a fim de conseguir subsídios para a implementação das medidas, seria a criação de uma linha de crédito própria para a bio segurança, onde seriam facilitados os recursos para o investimento na propriedade, com juros que facilitassem a sua aquisição.

“Deveria existir uma linha para a bio segurança... o Brasil tinha que ter uma linha de crédito específica para bio segurança, diferente do que você investir em uma nova atividade, em um aviário, em um caminhão e tal, daí tem linha de crédito para isso, para um caminhão e tal, mas não existe um alinha de crédito para bio segurança... Uma coisa separada: quem vai investir em bio segurança, ele está investindo na proteção não só do aviário dele, ele está ajudando o Brasil, então ele tem que ter uma linha diferenciada do que quando ele vai investir só em uma coisa separada só particular dele, que é uma atividade. A idéia é que esse dinheiro viesse um dinheiro a um juro mais baixo para o produtor, para ele poder fazer essa bio segurança, essa era idéia. Hoje as empresas acham um mecanismo de ajudar o produtor, porque não tem essa linha de crédito mais baixa, tem uma linha de crédito normal, de financiamento agrícola não para bio segurança”. (Faesc).

De acordo com o entrevistado, uma das especificidades da linha de crédito para bio segurança é que ela atinge um todo, não se restringindo apenas para um projeto privado, mas que englobaria uma dimensão maior e por isso merece ser elaborada. Em outro depoimento aparece quem deveria assumir este papel: *“o governo deveria criar linhas que facilitasse o crédito para eles, com juros menores, uma linha especial para esse tipo de trabalho”*. (Acav). Desta maneira, em função da atual conjuntura em que as Agroindústrias

acabam tendo que realizar uma compensação para os avicultores, uma vez que estes assumem a maior parte dos custos na instalação das medidas, ficaria atribuído a cada ator um determinado papel a cumprir, aonde as Agroindústrias auxiliariam na criação dos projetos e elaboração das linhas de crédito, ao governo o financiamento de tais linhas, e aos produtores a efetiva implementação das medidas.

Estas formas alternativas, como no caso da criação de linhas de crédito para resolver tais impasses, decorrem da noção de que existe uma dependência mútua entre os integrados e as Agroindústrias: *“a empresa sabe, ela precisa do integrado e o integrado sabe que precisa da indústria, então tem essa cumplicidade com se fala aí.”* (Udesc). Uma vez isso entendido, acaba sendo de interesse das próprias Agroindústrias o auxílio aos avicultores, na medida em que existe essa conexão entre eles, sendo recíproca a relação, e, portanto, a relação de interesse dos próprios avicultores possui um desfecho que resulta de forma análoga.

3.3.4 Tensão: Produção Comercial e Produção Independente

O modelo de produção comercial, geralmente baseado na produção industrial, estaria em contraponto com a produção independente ou produção denominada “amadora” em que não há um vínculo deste tipo de produção com uma atividade econômica considerada forte, onde o produtor depende da atividade para o sustento constituída como principal atividade. Mas esta estaria atrelada a uma produção de subsistência, conhecida também como criação de fundo de quintal. Portanto, são utilizados pelos entrevistados como sinônimos para se referir à produção independente às categorias de produção amadora, fundo de quintal e hobbie.

Com a produção de fundo de quintal identificada como uma parte presente difundida na cultura de algumas famílias catarinenses, ela mereceria uma atenção especial por representar um risco em função do modelo de produção. *“Existe uma parte dessa situação, que são aquelas criações de fundo de quintal, que o pessoal às vezes não tem muito cuidado, que é um hobbie, não é atividade econômica principal, que ainda representa uma preocupação.”* (SFA/SC). Por outro lado, a produção comercial é vista de

maneira satisfatória na implementação das medidas: *“a agricultura profissional... Esse pessoal, na minha opinião, até aonde a gente tem visto aí, já está ciente do problema, está realmente adotando as medidas preconizadas pelo governo.”* (SFA/SC). Adiante o entrevistado reitera o risco no âmbito da produção que ele considera uma prática análoga a um hobby, pois *“essa criação por hobby de subsistência, é o cidadão que tem lá um galinheiro com 4, 5 poedeiras, um galo e tal, e ao invés de ter esses animais confinados ou presos numa área... Essa é uma situação de um certo risco.”*(SFA/SC). Com isso, o membro do CESAVI estabelece uma comparação entre os dois tipos de produção aonde estaria presente o maior risco por parte da criação “amadora”, uma vez que eles não estariam adotando as medidas, o que não estaria acontecendo com a produção comercial.

QUADRO 8: Modelo de Produção Comercial e Independente

Tipo de Produção	Medidas Adotadas	Fator de Risco	Local
Produção Comercial	Adotada pela maioria	Menor	Região Sul
Produção Independente	Não adotada pela maioria	Maior	Região de São Paulo

Fonte: Elaboração própria

De acordo com um dos entrevistados, a maior parte da produção independente estaria localizada na região de São Paulo, aonde não existiria um comprometimento da questão da bio segurança da mesma forma da criação comercial pelo fato de ser uma atividade em que o produtor não possui uma relação de dependência para com avicultura.

“Tu pega uma região que nem São Paulo. São Paulo predomina muito independente. Independente, às vezes, às vezes, ele não está muito ligado nessas coisas. Por que? Ele é sozinho. ‘Eu vou estar aqui, e esse aqui é o meu galpão.’ Se der qualquer coisa. ‘Eu, ah, eu vou fazer outro negócio lá. Ou até eu tenho outra atividade.’ Agora, pega o sul, por exemplo, as empresas aqui, a atividade delas é aquilo ali. Então tem mais pressão, tem mais determinação em cima de acatar essas medidas de sanidade”. (Udesc).

O não comprometimento de alguns setores de criação de aves com relação às medidas preventivas, por estar baseado ao tipo de relação que o produtor estabelece com a própria atividade, desencadeia em um fator de risco maior. E com na região Sul prevalece a produção comercial, esta relação se inverte, sendo considerado um fator de risco menor pelo fato de estarem sendo adotadas as medidas.

A idéia de erradicar a produção independente é totalmente descartada, sendo inerente à atividade enquanto uma prática disseminada na sociedade. “*Aves de fundo de quintal. São aves que tem aí. Não tem como você proibir o cara de criar aves na casa dele, não tem como proibir. ‘Olha, só pode criar ave em galpão industrial’. Tá, quer dizer, então não tem como...*” (Udesc). Desta maneira, seria necessário conviver com este tipo de produção, não sendo cogitada nenhuma medida considerada “radical”, como por exemplo, o extermínio das produções paralelas à produção comercial, no caso da referida independente. No entanto, ela representa uma situação adversa para um dos membros do CESAVI, pois,

“Eu consideraria da minha parte como uma dificuldade, essa situação, das aves que não são criadas em escala comercial, e isso é uma coisa que o controle é bastante complicada nesse momento... desses pequenos produtores, chacreiros, pessoal que, agricultor de fim de semana, que mora na cidade e tem lá umas galinhas e aquela coisa toda. Enfim, é uma situação que eu considero assim também um pouco adversa, nesse sentido da avicultura. Mas a gente tem que conviver com isso também...” (SFA/SC).

Com a dificuldade em se trabalhar no estabelecimento das medidas, a produção independente resulta em um entrave. Com a erradicação da produção independente fora da agenda, a necessidade da convivência com este tipo de produção é ressaltada pelos membros do comitê.

Uma das alternativas cogitadas por um dos entrevistados é que poderiam ser desenvolvidas metodologias para reduzir a criação independente, através da substituição o produto gerado pela própria atividade independente, indenizando estes criadores na forma de compensação destes produtos.

“De repente surge alguma idéia, alguma metodologia aí, que dê para você reorganizar completamente. Por exemplo, as agroindústrias. O que é que fazem? Aquele vizinho ali, que tem um terreninho, ‘mata as suas galinhas que nós te damos ovos e galinha para você consumir’. Essa é uma atitude das agroindústrias, em geral as empresas que trabalham com avicultura. Para você não criar nós vamos fornecer ovos e galinha para o teu consumo. ‘Não produz lá mas eu vou te fornecer aqui’. Só pegar e dizer o negócio: não crie! Fica mais complicado um pouco.” (Udesc).

Esta situação hipotética poderia ser desenvolvida como uma forma de agir na minimização da área de risco, uma vez que este tipo de criação é percebida enquanto potencialmente geradora de risco.

Com a evidencia no fator de risco por parte da produção da atividade independente, ela merece ser incorporada às medidas preventivas, não podendo ser confundida com falta de comprometimento presente na criação de fundo de quintal, mas alterando estas práticas na incorporação da bio segurança.

“Criar galinha atualmente, assim pela importância que tem a avicultura nesse país, criar galinha já não é aquela coisa de, lá fundo de quintal, tem que ter compromisso com o todo. Então, porque eu trabalho muito com bio segurança. E isso é para mim a bandeira mais importante, a avicultura tem que ser tratada como um todo. Entendeu, nós não podemos brincar de criar...” (Embrapa).

Trazendo ambos os tipos de produção para as práticas de bio segurança, todo tipo de criação teria que abrigar tais práticas independentemente do modelo de criação que estão sendo adotadas pelos criadores de aves, uma vez que as medidas preventivas requerem um empenho de toda avicultura, não podendo estar restrita somente exclusivamente a um setor restrito.

3.3.5 Tensão: Esfera Pública e Privada

Com a criação do CESA VI, inserem-se ao núcleo de discussão os setores públicos e privados. É no âmbito desse comitê que se desencadeiam alguns pontos de tensão, uma vez que ela é marcada por uma heterogeneidade de atores sociais. Esta diferença em função da pluralidade que constitui o comitê causa atritos principalmente na sua gênese. Um entrevistado faz alusão a como era a relação entre a esfera pública e privada no que antecede ao comitê. *“até pouco tempo atrás, cada um fazia... ‘ah, eu sou o setor privado, eu não falo com os órgãos oficiais’. Se viam como inimigos quase.”* (Acav). Desta maneira, observa-se um hiato entre o setor público e privado, aonde estes estavam isolados sem que houvesse uma interação entre eles.

Em outro depoimento, um entrevistado traz a tona como se estabelece este tipo de relação entre as esferas pública e privadas, demonstrando como e porque elas se desencadeiam já com o comitê instituído.

“Aí tem o comitê nacional, que o pessoal participa dos Estados. E o que acontece? Até quem mais edita Plano por exemplo, é o Ministério. Aí o pessoal da... principalmente de Agroindústria... eles participam lá em Brasília disso aqui. Quer dizer, uma dificuldade que é o seguinte: O Ministério elabora esse documento aqui, e o pessoal é muito radical, até eu diria, em mudar. Aí tu pega o

peçoal das Agroindústrias, é o peçoal que tem o conhecimento do dia a dia de como é que tem que funcionar, e como é que tem que ser feito. E as vezes até o peçoal traz para a reunião aqui, algumas informações que você fica até revoltado. 'É porque não deixaram, não permitiram, não sei o que deu, não tinha tal'. Mas tem que fazer. É ruim? É ruim. Mas tem que fazer. Não adianta... Eu tenho uma dificuldade, porque realmente quem esboça esse documento é o Ministério, embora todas elas fiquem em consulta pública. Todas ficam em consulta pública. Só claro, fechamento que tem que acertar e ver a situação ali, as vezes o peçoal consegue pegar e convencer que tem que ser assim, assim, tem que ser assada, tem que ser, tem que fazer de um jeito e de outro não.” (Udesc).

A relação de interdependência pode ser verificada nesta passagem, na medida em que a elaboração dos documentos normativos oficiais que serão adotados pela iniciativa privada, passam pelos órgãos governamentais. Em outro depoimento, também é verificada esta relação de interdependência, sendo resumida e examinada da seguinte forma: *“Porque não adianta, o setor público tem que exigir através das normas, das leis, e o setor privado tem que atender”* (Embrapa) Pode-se observar que esses atritos são desencadeados porque em um primeiro momento os setores público e privado permaneciam incomunicáveis, sem que houvesse uma relação de interação social de reciprocidade das funções, sendo que a partir de um determinado momento, eis que surge a necessidade da comunicação e interação entre os setores, o que acaba por gerar em desentendimentos na sua relação.

QUADRO 9: Aspectos da esfera pública e privada entes e depois do CESAVI

Esfera	Fase anterior ao CESAVI	Emergência do CESAVI
Pública	Incomunicabilidade com a esfera privada	Relação de interdependência que se estabelece e com ela a necessidade de diálogo
Privada	Incomunicabilidade com a esfera pública	

Fonte: Elaboração própria

Outro aspecto que gerou uma tensão e conseqüentemente desencadeou um processo de negociação para resolver tal impasse, foi quanto à liberação dos recursos para a afetiva implementação prática do Plano. Até o mês outubro de 2006, permanecia em aberto a liberação dos recursos destinados para o Plano.

“Recentemente, o governo autorizou a liberação de R\$55 milhões para este Plano, mas, além desses recursos serem insuficientes, não sabemos se haverá possibilidade desse montante ser utilizado este ano. O valor total de verbas

destinadas a este Plano monta a R\$283 milhões". (p.46 Revista **Avicultura Industrial** número 10, 2006, ANO 98, Edição 1150).

Considerando a significativa quantia dos recursos, um dos membros do CESAVI observa as dificuldades do governo com relação às verbas governamentais, apontando a falta de recursos, *"o dinheiro sempre é curto... "a gente sabe que o país tem essa dificuldade de poder custiar tudo aquilo que se pretende"*, sendo que essa dificuldade em subsidiar um determinado setor pode ser em detrimento da ausência de recursos em outro setor, *"o cobertor é curto realmente, tem que tirar de um lado e botar no outro."* (SFA/SC). Em vista das dificuldades encontradas, os entrevistados observam a situação como inerente aos órgãos públicos, em virtude da burocracia presente e que é a marca do setor público. *"Depender do Estado é muito difícil, conseguir recursos e tal... é uma coisa mais morosa, uma coisa que depende de lei, tem que criar uma lei para isso."* (Faesc). Ao depender das leis que regem o orçamento destinado ao Plano, e a distância existente entre aquilo que está contido nela e aquilo que efetivamente se realiza na prática, a iniciativa privada parte para um processo de negociação com o setor público a fim de pressionar para a liberação das verbas pré-estabelecidas no Plano.

Na seqüência do último depoimento, o entrevistado observa, com maior grau de detalhamento, porque estas dificuldades na liberação dos recursos ocorrem, remetendo a análise para a esfera em que provém a distribuição das verbas, local em que também é gerado um processo de negociação para o resgate do dinheiro.

"Isso é uma grande briga a nível de Brasília, sempre para liberação dos recursos para o dinheiro para defesa sanitária nossa sempre é pequenininho, sempre é depois da vírgula. E aí, o recurso grande vai para outras coisas, e o Ministério da Agricultura normalmente, o pessoal sempre fala que é o primo pobre lá em Brasília, a agricultura. Os primos ricos são os outros Ministérios, Ministério do Transporte, de infra estrutura, Minas e Energia, e a Agricultura sempre o orçamento é bem pequeno. E daí dentro da Agricultura ainda tem a defesa sanitária animal, que daí é bem pequenininho. (Faesc).

A dimensão política remete para a explicação da insuficiência dos recursos para a aplicação, uma vez que a distribuição dos recursos é desigual de acordo com cada Ministério. Os critérios utilizados para a distribuição de tais recursos merecem atenção neste sentido, e também as prioridades do governo em face as necessidades consideradas mais prementes.

Todavia, a questão econômica não é suficiente para a explicação da efetiva operacionalização das medidas, uma vez que a questão da gestão também tem um peso importante para a sua realização. Embora um dos entrevistados não esteja remetendo especificamente para a questão do Plano em si, é possível entender analogamente essa problemática a luz de uma outra característica que remete a capacidade daqueles que operacionalizam as suas funções:

“a gente sabe, dentro do serviço público nosso aqui. Tem um funcionário. Dali a pouco ele começa a render pouco. O que é que você faz? Precisa contratar mais um, para estar dando conta. Contrata mais um. Os dois continuam fazendo pouca coisa. Olha, tem que contratar mais um. E vai assim. Por que? Porque não tem gerenciamento. Então, talvez o negócio de falta de pessoal do serviço público seja uma questão de gerenciamento, do que uma deficiência de pessoal na realidade.” (Udesc).

O gerenciamento possui um aspecto importante para a implementação do Plano, uma vez que tratar puramente da questão econômica não é suficiente para tornar as medidas eficazes, a fim de que não haja um comprometimento considerável de desperdício de recursos públicos.

A seguir, como uma forma alternativa para poder aplicar as medidas necessárias enquanto os recursos não estariam sendo liberados para coloca-los em prática, as Agroindústrias estariam assumindo estas ações de uma forma emergencial, na medida em que elas necessitam que sejam adotadas tais práticas.

“a iniciativa privada está bancando tudo isso. A iniciativa privada em Santa Catarina, a agroindústria que está bancando esse pessoal todo contratado pra fazer a defesa sanitária. Era dever do Estado, era. Agora, já que o estado não faz, a empresa que tem muito mais a perder nessa altura está investindo e está bancando isso aí. (Udesc).

De acordo com o entrevistado, os papéis acabam se invertendo na prática, pois a princípio seria papel do Estado cumprir com a defesa sanitária, mas que na prática isso não ocorre uma vez que as Agroindústrias acabam assumindo este papel.

Outra situação que causa atrito refere-se à efetiva participação dos membros do comitê, na medida em que são atividades dessemelhantes da esfera pública e privada, e própria lógica interna obedece a essa diferença. De acordo com um membro do CESAVI, o serviço público necessitaria estar participando de maneira mais efetiva: *“teve uma reunião do comitê sexta feira aqui em Lages, o pessoal do Ministério está em greve, não veio*

ninguém na reunião. Quer dizer, aí fica uma situação complicada. (Udesc). Em virtude das características dos órgãos públicos, os quais estariam suscetíveis à atividade de greve, o que não ocorre com o setor privado, o CESAVI poderia estar não funcionando de acordo com aquilo que esperam alguns membros do comitê, na medida em que a greve desencadeia essa disfunção do comitê, gerando também uma tensão entre a esfera pública e privada.

3.3.6 Tensão: Dentro da esfera privada

As disputas por mercados internacionais estão presentes na relação entre as Agroindústrias, uma vez que a lógica do mercado faz com que cada um procure ampliar seus mercados, atendendo a uma demanda externa e que também é criada pelas próprias empresas. Alguns membros do CESAVI se referem a tais disputas das empresas em alguns trechos dos depoimentos, quando, por exemplo, indicam que *“a iniciativa privada em outro momento tem problema de, da competição capitalista por mercado muito acirrada e tal...”* (SFA/SC). Em outro depoimento é observado: *“disputa por mercados existe, tanto nacional como internacional, todo mundo quer estar melhor”*. (Faesc). A tensão existente entre a esfera privada a fim de expandir o capital, ampliando os mercados na tentativa de inserir os seus produtos para o mercado externo, estaria vinculada a própria lógica capitalista tendo como consequência as divergências no campo privado.

Com o atrito desencadeado na esfera privada em virtude da lógica econômica, evidencia-se esta dinâmica como inerente ao processo de mercado, o qual estabelece critérios na disputa para sua expansão, aonde os produtos ofertados pelas empresas, procuram vincular qualidade aos seus produtos, no que toca ao sabor e valor nutricional, por exemplo, juntamente com um preço compatível que possa estar de acordo com a realidade dos compradores. Desta maneira, as empresas procuram potencializar os seus produtos quantitativa e qualitativamente a fim de atingir tais vendas focalizando nestes objetivos.

Estas disputas por mercados não se restringem apenas às divergências internas por mercados externos, mas também são travadas entre os próprios países exportadores que procuram à maximização dos lucros através destes mercados. Embora procuramos focalizar

mais para as tensões internas, mais especificamente das Agroindústrias Catarinenses, do que propriamente entre os mercados internacionais, não perdemos de vista que estas disputas não estão atreladas exclusivamente aos mercados internos, em função do mercado globalizado.

Desta maneira, torna-se necessário ampliar a análise dos pontos de tensão destacando também a dimensão privada, em que a própria lógica do mercado desencadeia em disputas por mercados. Todavia, a seguir observa-se de que maneira os dois últimos pontos de tensão se modificam em função da possibilidade da Influenza Aviária.

3.4 Sociedade de Risco no contexto da Influenza Aviária

No caso da Influenza Aviária é possível observar o estabelecimento duma modificação na relação de tensão entre as esferas pública e privada e a própria esfera privada, analisados nos itens 3.3.5 e 3.3.6 respectivamente. Essa modificação se deve ao surgimento da Influenza Aviária na sociedade de risco, o que sugere a distribuição dos riscos de forma democrática, transcendendo ao pertencimento relacionado à classe social a qual os agentes estão inseridos, na medida em que se trata de um risco global e de graves conseqüências.

Com o advento do CESAVI, trazendo para o mesmo escopo diferentes atores sociais que se envolvem em torno de uma mesma problemática, vemos, de acordo com o presidente do Comitê na época, as dificuldades para estabelecer uma reciprocidade na comunicação que gerasse um entendimento suscetível de fornecer elementos positivos para uma ação prática. Isto marcou a gênese do CESAVI, mas posteriormente propiciou uma modificação na situação desse quadro.

“A maior dificuldade no início assim, quando a gente começou a trabalhar essa questão da influenza e tal, foi unir todo mundo em um mesmo objetivo. O Ministério da Agricultura, Defesa Sanitária Animal, Agroindústria, Produtores, Associações, todo mundo no mesmo objetivo.” (Faesc).

A heterogeneidade de atores sociais pode ser observada neste depoimento, sendo que os significados e interesses podem variar de acordo com cada ator, acompanhando essa

diferença, mas que, no entanto, conseguem estar unidos em função de um mesmo problema.

Identificar esse elemento em comum entre os diferentes atores sociais não ocorre de uma hora para outra, sendo que esse fenômeno acontece num processo em meio a algumas dificuldades iniciais:

“Mas no início nós estávamos muito dispersos, nós não tínhamos um inimigo em comum para enfrentar. Então, a partir do momento em que gente teve um inimigo em comum, ficou mais fácil de unir todo mundo no mesmo guarda chuva”. (Faesc).

A partir do momento em que esse “inimigo em comum” é percebido, tem-se um ponto de referencia que propicia criar diretrizes para fazer com que a nova dinâmica se encaminhe.

Estes entraves iniciais foram causados também pela percepção de como se trabalha neste contexto. Em outra passagem do depoimento também é mencionada sobre essa dificuldade inicial. *“No início parecia assim: ‘Ah, você faz tudo errado eu faço tudo certo’. Depois não, mais para frente.” (Faesc).* A forma como se trabalha “errado” ou “certo”, estaria sendo classificada de acordo com a posição de cada membro, embora isso mude posteriormente. Essa situação só pôde ser efetivamente mudada quando os membros do comitê conseguiram se conhecer. *Porque na verdade isso só muda quando as pessoas se conhecem.* (Faesc). O locus que possibilitou esse encontro foi o CEASVI, em que puderam ser marcadas posteriores reuniões.

A passagem a seguir elucidada de que forma se estabelece à dinâmica de aproximação entre os membros do CESAVI, e os elementos que estão presentes nesse processo, num primeiro processo de tensão, num segundo de negociação emergente em virtude disso, e num terceiro que gera acordos resultando em uma coligação.

“Não se entendiam. E depois do comitê as pessoas se conhecendo, saem no mesmo veículo, já tem uma aproximação melhor. Tudo anda melhor. Daí do lado de quem tinha que fazer, acabava não fazendo porque não sabia da importância. Aí junto conversando, o cara dizia ‘ó, como é importante fazer isso, vamos fazer isso, tal, tal’. E depois dali, ‘pô, é tão fácil fazer’. E depois o cara mesmo dizia ‘mas por que eu não fiz antes?’. São coisas que na verdade é a aproximação das reuniões que faz isso acontecer. É você almoçando junto. É você conversando com o cara. Eu via, durante a reunião, se xingavam até, todo mundo falava, ‘você é intransigente’, ‘mas você não faz’, ‘não sei o que não sei o que’. Daí ele: ‘então tá, legal, beleza’ Aqui não é o fórum para se discutir isso e tal.’ E daí na reunião eles saiam juntos os dois conversando e tomavam o café juntos e bebiam.

Então isso acontece. E aí um dia quando vieram me perguntar, ‘como é que duas pessoas que não se entendiam antes, vão começar a trabalhar, a puxar junto? Vão para o mesmo objetivo...’ (Faesc)

Neste depoimento estão presentes os elementos de tensão como: “Não se entendiam”, “você é intransigente”, “se xingavam”, “mas você não faz”. Os elementos que caracterizam o processo de negociação são: “Aí junto conversando”, “os dois conversando”, “conversando com o cara”. A coligação estabelecida entre os atores está presente nos elementos: “Pô, é tão fácil fazer”, “então ta, legal, beleza”, “mesmo objetivo”.

QUADRO 10: Tríade: Tensão, negociação e Coligação

Três fases	Elementos		
Tensão	não se entendiam	você é intransigente	se xingavam
Negociação	junto conversando	os dois conversando	conversando com o cara
Coligação	é tão fácil fazer	então ta, legal, beleza	mesmo objetivo

Fonte: Elaboração própria

Uma parte do discurso que pode ser entendida enquanto um elemento chave desse processo é algo que aparentemente pode parecer corriqueiro, mas que está carregado de significado proporcionando as relações face a face, em uma situação presente na vida cotidiana, como no caso de um “almoço” posteriormente as reuniões do CESAVI, assim como o ato de beber café juntos. Estes constituem os locais em que os membros do CESAVI almoçam e bebem café, os cenários em que estes processos de negociação e coligação se engendram.

A possibilidade da Influenza Aviária ocorrer no Estado ser observada enquanto um elemento que atinge a todos na cadeia é o fator propulsor que desencadeia a percepção dos diferentes atores sociais serem atingidos de alguma maneira.

3.4.1 Relação dos pontos de tensão com o risco

Se, por um lado, o risco modifica as relações entre os atores sociais, colocando um fim em determinados pontos de tensão, como, por exemplo, entre as próprias empresas na disputa por mercados internacionais, ele desencadeia outros pontos de tensão, como o caso da produção comercial e a independente. Assim, ao mesmo tempo em que o risco implica

no aniquilamento de algumas tensões, ele gera outras que inexistiam. Em paralelo ao fechamento de algumas tensões, abrem-se outras, podendo existir um deslocamento dos pontos de tensão em virtude do risco gerado, transformando as relações de tensão.

Pensar em que medida estes pontos de tensão gerados são mais intensos ou não que aqueles que se deram por encerrados também merece ser avaliado, uma vez que as suas conseqüências são dessemelhantes, acompanhando esta variação em virtude de suas características presentes, ou seja, se os pontos são mais significativos que os outros.

Através da análise dos pontos de tensão correlacionados ao risco é possível estabelecer uma categorização híbrida através da classificação de três tipos de tensão vinculados ao risco. A tensão pré-risco, a tensão pós-risco, e a tensão trans-risco.

QUADRO11: Pontos de tensão relacionados ao risco

Tipologia¹⁹

Modelo	Características
Tensão Pré-Risco	Aqueles pontos de tensão que existiam anteriormente ao risco, mas que passam a ser extintos com o surgimento do risco.
Tensão Pós-Risco	Aqueles pontos de tensão que inexistiam anteriormente ao risco, mas que passam a existir com o surgimento do risco.
Tensão Trans-Risco	Aqueles pontos de tensão que existiam anteriormente ao risco e que continuam a existir mesmo com o surgimento do risco.

Fonte: Elaboração própria

Os pontos de tensão pré-risco são aqueles pontos de tensão que precedem ao surgimento do risco, mas deixam de existir com o aparecimento do risco. Os tensionamentos decorrentes da disputa pelos mercados, que seriam próprios da lógica capitalista, exemplificados no item 3.3.6, da tensão na esfera privada, na qual as Agroindústrias disputam entre si mercados para aumentar as suas vendas, passam a partir

¹⁹ É preciso deixar claro que não sugerimos que estas tipologias sejam categorias puras. Mas são tipos ideais – weberianamente falando – que existem enquanto categorias hipotéticas, e que servem para visualizar os riscos. Estas categorias foram criadas a partir do material empírico, proporcionando a construção de tais tipologias. Em alguns pontos de tensão podem estar presentes tanto o pré-risco, como o trans-risco, o que não significa que estes pontos de tensão sejam encontrados exclusivamente dentro de uma categoria, como se fossem encaixados perfeitamente em uma só, mas podem estar justapostos. Assim de acordo com cada ponto de tensão tentei correlacionar à tipologia de risco decorrente.

da possibilidade da Influenza Aviária a unir estes setores. A questão sanitária emergente desta situação faz com que estes assumam uma outra postura diante de tal configuração.

Alguns depoimentos denotam de que forma as Agroindústrias se unem em virtude do risco que atinge a todos indistintamente.

“Do ponto de vista técnico, do ponto de vista de defesa, é uma forma de aproximar. ... “Nós não vamos para esses comitês para discutir pontualmente a situação individual da empresa A, B ou C. As questões são macro, são sanitárias, são conjuntural, de estrutura. (Sindicarne).

Em outro depoimento, esse processo é descrito com um maior detalhamento, mostrando como se dá a passagem do dissenso para o consenso:

“através do comitê das agroindústrias todos participam com a mesma intensidade, se a empresa é grande, pequena ou média. Todo mundo tem direito a voto, mesmo o pessoal das avestruzes, que é um pessoal pequeno. Todos tem participado do comitê com a mesma opinião de uma empresa grande. Isso é uma coisa importante, o que uniu eles na verdade, todo esse meio das agroindústrias, então uniu mais a área sanitária. A área comercial existe uma verdadeira disputa por mercado, por ganho e tal, cada um quer ter mais para eles. Mas quando eles vier aqui para sanidade eles tem que sentar na mesma sala, discutir com a mesma coisa, olhando no mesmo horizonte”. (Faesc).

De acordo com o presidente do comitê, na lógica de discussão subjazem os direitos de igualdade de participação dos diferentes produtores não importando o tamanho da empresa que esta presente nas reuniões do CESAVI, sem que houvesse também um maior peso de um determinado argumento ou de outro em detrimento do fato de ser maior ou menor exportador.

Os pontos de tensão pós-risco são aqueles pontos de tensão que emergem após o surgimento do risco, e que, portanto, não existiam anteriormente ao aparecimento do risco. Os tensionamentos decorrentes da produção de postura e de corte analisados no item 3.3.1, entre integrados e não integrados no item 3.3.2, e produção comercial e independente no item 3.3.4, são gerados após o surgimento do risco. Cada ponto de tensão desses obedece a algumas especificidades como pode ser observado. E mesmo havendo estes tensionamentos anteriormente ao risco, como no caso da esfera pública e privada, - que poderiam estar presentes anteriormente ao surgimento do H5N1 - eles ganham uma maior dimensão a partir da emergência da Influenza Aviária.

Esta dimensão caracterizada como tensão pós-risco no item 3.3.1 corte e postura, 3.3.2 integrados e não integrados, e 3.3.4 comercial e independente, são provenientes das

medidas que a princípio são esperadas que todos os avicultores adotem independentemente do tipo de produção que estão sendo aplicados. Todavia somente os primeiros produtores de cada item, de corte, integrados, e da produção comercial é que estariam adotando as medidas, enquanto os segundos produtores de cada item, da postura, não integrados, e da produção independente não estariam adotando tais medidas.

O ator social que está intermediando esta questão é o Estado, pois é atribuição do Estado aderir ou não na obrigatoriedade das medidas.

“Os conflitos maiores são assim, porque se tem a exigência, e você não tem uma legislação. É uma exigência por enquanto do setor privado. Não tem uma exigência legal. Está para sair instrução normativa que tem as exigências aí da tela, de área de bio segurança. ... Mas a partir do momento que esta legislação estiver publicada, isso acaba, todo mundo vai ter que fazer a mesma coisa.” (Acav).

Com isso, os produtores integrados são coagidos a utilizar as medidas, mesmo não havendo uma legislação que torne obrigatório. Neste sentido o Plano **sugere** que as medidas sejam tomadas, mas não as torna na forma de lei. Com o Estado encarregado de tornar as medidas na forma de lei para que sejam efetivamente cumpridas, os outros produtores possivelmente não queiram adotar as medidas. Esse tensionamento é causado por uma possível legislação universal que abrange todo o território nacional, aplicado a uma produção de aves que é heterogênea em função da própria diversidade social. O como produzir é social. Desta maneira, uma lei que não leve em conta as especificidades sociais em vista dos diferentes modos de produção, pode inflamar esta tensão além de poder se tornar ineficaz.

A peculiaridade da tensão existente na esfera pública e privada analisada no item 3.3.5, é que ela justapõe os dois modelos de tensão pré-risco e tensão pós-risco, na medida em que era uma tensão que praticamente inexistia, mas que começa a ser estimulada com o aparecimento da Influenza Aviária tendo como local o âmbito do CESAVI, o que lhe caracteriza como tensão pós-risco. Todavia, o desfecho da tensão é uma coligação entre as esferas públicas e privadas, o que lhe caracteriza como uma tensão pré-risco. Em um depoimento o desfecho entre as esferas pública e privada são relatados da seguinte forma:

“a parte boa desses episódios internacionais de enfermidades que fez com que as agroindústrias, governo, trabalhassem mais unida, porque o objetivo comum é um, a prevenção de uma enfermidade, isso é bom para o governo, para o governo federal e para as agroindústria, indistinto.” (Faesc).

Mesmo que no início tenha sido desencadeada uma relação de atrito, na sociedade de risco o medo implica na união dos diferentes atores sociais.

Os pontos de tensão trans-risco são aqueles pontos de tensão que independem do risco, estando presentes com o seu surgimento ou não do risco. Alguns elementos dos tensionamentos causados entre as Agroindústrias e os avicultores analisados no item 8.3, não dependem exclusivamente do risco, na medida em que grande parte das tensões são elaboradas por reivindicações que apontam para uma maior participação nos lucros por parte dos avicultores, sendo que há uma mobilização por parte dos avicultores para este fim nos ganhos. O depoimento de que “*alguns produtores de aves estavam reclamando da renda*”, não possui nenhum vínculo com a questão da Influenza Aviária, independendo desta questão.

O fato da tensão transcender o risco não significa que o risco não possua absolutamente nenhuma relação com ele, até porque em função do aparecimento da Influenza, as reivindicações dos avicultores podem ser maiores porque seus custos aumentam, fazendo com que a tensão se torne mais intensa. Mas o fato é que se o risco existir ou não, o tensionamento não deixará de existir, o que lhe aproxima mais da caracterização trans-risco.

Os pontos de tensão podem existir anteriormente ao risco, mas não eram considerados significativos. O que ocorre é que eles se tornam intensificados com o seu surgimento.

Desta maneira, não propomos um esquema duro de análise, mas que pode justapor os elementos, podendo estar presentes dois aspectos da tipologia proposta. Quando os itens analisados nos pontos de tensão são correlacionados a um determinado tipo de tensão, isso significa que as características do material empírico nos levam a inferir que existem elementos em um maior grau caracterizam um determinado ponto de tensão enquanto tal. Um exemplo hipotético: Se em um determinado ponto de tensão existem um maior número de elementos que possam caracterizar aquele ponto enquanto um ponto de tensão trans-risco, afirmamos que ele é um ponto de tensão trans-risco embora ele contenha elementos não muito significativos de pré-risco.

Dos seis pontos de tensão, três estão inseridos na dimensão daquilo caracterizamos como pós-risco, item 3.3.1 corte e postura, 3.3.2 integrados e não integrados, e 3.3.4 comercial e independente; um no trans-risco, item 3.3.3 Agroindústrias e avicultores; um no pré-risco, item 3.3.6 esfera privada; e um no pós-risco e pré-risco, item 3.3.5 esfera pública e privada. Cabe salientar que embora sejam identificadas um maior número de tensões emergente na caracterização pós-risco, o número de tensões não significa a princípio que estas tensões sejam mais significativas. É a diferença quantitativa do risco para a uma dimensão qualitativa do risco, aonde podem ser observados os seus conteúdos. Desta maneira, é preciso ressaltar que analisar em que medida estes pontos de tensão gerados são mais intensos no que se refere a sua importância e significação social do que aqueles que se deram por encerrados, também merece ser avaliado, uma vez que as suas conseqüências são dessemelhantes, acompanhando esta variação em virtude de suas características presentes.

Uma questão que pode ser analisada enquanto geradora de tensões refere-se às questões normativas. A aplicação de medidas em contextos europeus, por exemplo, é diferente do contexto asiático que por sua vez o é do brasileiro. Dentro do próprio contexto brasileiro também é possível que haja essa fragmentação, além dela estar atrelada as próprias especificidades do Estado de Santa Catarina, o que complexifica ainda mais a questão.

CAPITULO 4 Fatores sociais e políticos no caso da Influenza Aviária e as questões normativas

Nesta parte serão analisados alguns fatores sociais e políticos específicos que propiciam a disseminação ou não da Influenza Aviária, sendo que os aspectos da avicultura nacional e especialmente do Estado de Santa Catarina minimizariam o risco. Após, são discutidas *as medidas* adotadas no Brasil e no Estado de Santa Catarina, tais como a *regionalização*, o *georeferenciamento*, a *comunicação* e os *treinamentos*, que estão sendo implementados como normas para a questão da Influenza Aviária.

4.1 Proximidade do criador com as aves: o modo de produzir baseado na questão social.

O fato de haver um determinado modo de produzir as aves é decorrente de um fator social, na medida em que as sociedades podem produzir um determinado produto, mas **como** se produz este produto está relacionado à sua cultura. É exatamente nesta variável “como”, que está subjacente a questão social. O próprio entendimento de como as aves eram (ou ainda são) criadas nos países em que foram registrados os casos de Gripe Aviária, possibilita o entendimento das causas que levaram a grande disseminação do H5N1 no continente asiático.

A proximidade dos criadores asiáticos com as suas criações propiciou esta disseminação do vírus. Isto é observado em um depoimento:

“a gente via fotos, por exemplo, de aviários, na, na... enfim, Taiwan, sei lá eu, Tailândia, nesses países, principalmente da Ásia, onde ocorreu, em que o tratador por exemplo dormia junto com as aves, tinha uma condição de convivência. Outras situações em que, pelo inverno rigoroso o pessoal recolhia as aves para dentro de casa no inverno...” (SFA/SC).

Essa condição de convivência a qual se refere o membro do CESAVI também pode ser desencadeada com uma maior intensidade em determinadas épocas do ano, como no caso do inverno em que são registradas as temperaturas mais baixas e para manter aquecido os animais, estes são trazidos para o interior das residências.

Em outra passagem esta situação de proximidade também é verificada, reportando aos modelos de criação específicos de uma determinada localidade, como o caso de

famílias convivendo com extrema proximidade com os seus animais, correspondendo a peculiaridades que permitiram esta situação de risco.

“naqueles surtos que deu lá na Tailândia que é um grande produtor, no Vietnã, Camboja... aquelas pessoas, se você olhar, buscar no site da Organização Mundial da Saúde, as pessoas que morreram. Primeiro: qual é o hábito de moradia desse pessoal? É tudo criação, de fundo de quintal que a gente chama. O cara, aquele pessoal que... a maneira de vida deles é bem diferente até do complicado nosso. Por que? Num cubículo, dorme a família toda, e dorme as galinhas, os suínos e os bovinos também ali dentro. Então você imagina uma ave com um quadro da influenza, um vírus respiratório, liberando as partículas virais durante uma noite inteira, um ambiente fechado, inverno. Quer dizer, a quantidade de vírus que as pessoas estão inalando é uma coisa extraordinária.” (Udesc).

As noções de “hábito de moradia desse pessoal” e “maneira de vida”, possuem uma conotação eminentemente social, que estão atribuídas aos fatores que engendram a disseminação da doença em locais em que são realizadas tais práticas sociais, como no caso de animais sendo criados dentro de um ambiente fechado juntamente com os humanos. Portanto, estas práticas sociais explicam em grande medida por que ocorreram casos de Influenza Aviária em seres humanos.

As diferentes práticas sociais que envolvem diversas formas de produzir são exemplificadas pelos membros do CESAVI. O contraponto realizado com o caso das criações brasileiras sugere uma minimização do risco, uma vez que as práticas produtivas são diferentes das asiáticas. Na seqüência do último depoimento, o entrevistado evidencia como estas práticas pelos produtores asiáticos não correspondem às práticas catarinenses:

“Agora, isso é realidade? Não é a realidade isso aí, isso aí são as exceções. Então por isso que, passar pro homem, da ave para o homem é muito difícil. ... Aonde que morreu gente? Tailândia, Vietnã, Camboja. E hoje o grande problema o que é que é? Indonésia, tem maior mortalidade mundial. Qual é o sistema, qual é o critério, qual é a tecnologia que tem de produção? Não tem nem comparação com o Brasil e qualquer outro país aí, Estados Unidos, não tem a mínima.” (Udesc).

As diferentes técnicas aplicadas fazem com que o risco seja menor, sendo que o modo de produção baseado na atividade comercial, especialmente aquele vinculado à agroindústria, criaria possibilidades extremamente difíceis para a contaminação nos seres humanos. Em outro depoimento essa diferença também é ressaltada. *“O risco ele vai existir, mas agora ele não assusta tanto... Se nós formos olhar a realidade, dos locais que, Hong Kong, por exemplo, é completamente diferente a avicultura”* (Embrapa). Embora o

risco não seja descartado, a amplitude que ele alcança, se ele é maior ou menor está relacionado à como ele é praticado, sendo que a singularidade da avicultura brasileira atrelada à produção comercial concederia uma diminuição do risco.

4.2 Fatores de minimização do risco

De acordo com os membros do CESAVI, o Brasil possuiria algumas características que atribuem ao país uma minimização do risco tendo como parâmetro o continente asiático em que esteve presente o H5N1. Estas especificidades estão relacionadas ao clima, a rota das aves migratórias, localização, tecnificação, além do modo de produção mencionado anteriormente.

QUADRO 12: Fatores que atribuem à minimização do risco e suas características

Fatores	Característica
Rota das aves migratórias	Pequena e sentido desfavorável.
Clima	Condições naturais que favorecem.
Localização	Distante dos locais em que há.
Modo de produção	Diferente da asiática
Tecnificação	Alta.

Fonte: Elaboração própria

O aspecto que caracteriza o sentido da rota das aves migratórias que são as aves que possivelmente poderiam trazer o vírus H5N1, não estariam presentes com a mesma intensidade do que aquelas que fazem esta migração. Como as aves que poderiam trazer o vírus para o Brasil são aquelas que realizam uma migração no sentido leste-oeste, este mesmo sentido seria mais esporádico, estando reduzido a poucas vezes no decorrer do ano.

“O que se constata é que essa passagem do vírus ela se dá muito mais no sentido norte-sul do que leste-oeste. Então é mais difícil dele atravessar o atlântico até porque é muito menor, é ocasional a migração de aves, a migração de aves é muito mais forte no norte-sul.” (SFA/SC).

Em outro depoimento o entrevistado também observa essa situação:

Hoje representa um baixo risco para o Brasil em função do modo de transmissão que ela acontece, especialmente via animais silvestres e selvagens, e que o trânsito de aves migratórias para o Brasil é no sentido do norte-sul, partindo do Canadá e Estados Unidos, e estes países estão livres da enfermidade...” (SAR).

Se a trajetória de aves migratórias no Brasil é muito mais freqüente no sentido noturno, sendo que as que representam maior risco são as que fazem à migração leste-oeste, isso representa um baixo risco. Além disso, a própria rota das aves migratórias seria menor no Brasil em comparação a Ásia: *“mesmo uma rota pequena de aves que tem no Brasil, uma rota muito pequena comparada com o que tem na Ásia, principalmente Europa.”* (Udesc). Desta maneira duas características estão presentes na rota das aves migratórias, uma rota menor tendo como parâmetro as aves migratórias no continente asiático, e o sentido da rota desfavorável à disseminação.

Embora não sejam exemplificadas as características do por que o clima seria uma fator que atribui a redução do risco, ele também é considerado como possível causa para essa diminuição: *“assim por situações naturais, de repente nosso clima, as aves migratórias mais problemáticas não passaram por aqui.* (Embrapa). Assim, por ser um fator considerado natural, o clima propicia a redução do risco.

O fato do Brasil ser o maior exportador é visto como um fator que agrega valor a capacidade do país agir no risco, pois não seria por acaso que o país estaria nesta situação, mas porque no país são adotadas as medidas de bio segurança.

“se eu for pensar em termos de Brasil, a gente é privilegiado, porque... nós estamos em um outro patamar... uma avicultura muito ágil. ... a nossa avicultura está em primeiro lugar não é de graça não, nós estamos em primeiro lugar porque nós temos qualidade aqui dentro. ... eu acho que temos coisas a avançar. Mas é um setor de produção que está no top. (Embrapa).

Com a questão da qualidade e da agilidade inseridos na dinâmica avícola brasileira, a possibilidade de Influenza Aviária se instalar no país diminuem proporcionalmente ao grau de elevação destes dois fatores.

A seguir, a entrevistada sugere uma série de fatores que atribuem ao país um baixo risco, baseando-se nos estudos da OIE que classificam o risco dos países de acordo com as suas características presentes:

“A característica do vírus... eu acho que, se o risco é claro ou é escuro, acho que não é o caso. Acho que, o risco é alto, baixo ou médio. O risco nosso é baixo. Se pegar todos os critérios que a OIE fala sobre risco e doença, o risco do nosso país é baixo, pela localização, pelo clima, pela tecnificação da indústria, da produção avícola, pelo fato de nossos pontos de aves migratórias, as aves que ficam aqui e vem da América do Norte, não vem das áreas de principal foco...” (Embrapa).

Vemos assim mencionadas a localização, o clima e a tecnificação como elementos preponderantes da minimização do risco. Todavia, esse quadro é dinâmico, pois de acordo com a seqüência da resposta, esta situação seria a atual, podendo mudar de acordo com a mudança nas características referidas, além da própria mutação do vírus, o que poderia mudar a própria classificação do risco, passando para médio ou alto o risco. Esta situação muda também, de acordo com o que ocorre no Canadá ou Estados Unidos, pois a partir do momento em que forem identificados focos de H5N1 nesses países, a situação de risco muda. Desta maneira, também não é proposto um esquema duro, mas maleável de acordo com a mudança das variáveis. O atual estágio caracteriza como baixo risco, e tendo em vista as medidas adotadas, a expectativa desta caracterização do risco baixo, este se manteria, apontando para uma perspectiva de acentuar a sua minimização.

4.3 Dimensão política no enfrentamento do problema

O governo federal envolvido na legislação sobre a Influenza Aviária possui um papel preponderante para as ações que serão tomadas no futuro, pois é partir dela que serão tomadas às ações preventivas que serão aplicadas pelos produtores e que alteram as suas práticas de produção. Além do Plano de Prevenção a Influenza Aviária, as posteriores normativas que possivelmente possam vir a integrar as medidas são discutidas e advindas no âmbito do CESAVI.

Um dos fatores que explicam a importância das políticas adotadas pelo governo refere-se à indenização que os produtores receberiam em caso de Influenza Aviária. Desta maneira, são discutidos os mecanismos que possibilitariam fazer com que o criador de frango entrasse em comunicação com os órgãos públicos responsáveis por esta constatação, caso identifique mortes em suas criações, para poder analisar de ser um caso de Influenza Aviária.

Esta questão é importante pela compreensão daquilo que ocorreu nos países asiáticos, pois a maneira pela qual o Estado trabalhou com isso foi fundamental para a disseminação da doença. Em um depoimento esta questão pode ser ilustrada.

“Na Tailândia a indenização, era tipo vinte e cinco por cento do valor do animal, era essa a situação. Então o que acontece, aquele cara do fundo de

quintal, quando via o plantel dele começar adoecer e morrer, ele pegava as aves e ia vender no mercado de aves vivas. Em vez de vender por vinte e cinco centavos ele vendia a um real aquela ave. Então ele ainda, ele ganhava dinheiro. Só que nessa situação, ele estava disseminando por uma região toda enfermidade.” (Udesc).

A política de enfrentamento do problema foi uma condição que proporcionou a disseminação da enfermidade, na medida em que quando os produtores percebiam as suas aves morrendo, ao invés de entrarem em contato com o órgão responsável pela vigilância sanitária local, os produtores sabiam que suas aves seriam sacrificadas e receberiam uma quantia muito baixa por ela. Assim, acabava levando para o comércio as suas aves com o vírus, o que difundia ainda mais a doença.

O papel deste modelo de indenização seria atribuído ao Estado, embora na prática tudo leve a crer que as Agroindústrias tomariam frente a este papel, uma vez que a distância daquilo que deveria ser o papel de cada um é significativa, na medida em que os próprios recursos necessários para implementação do Plano tem advindo das Agroindústrias e também é pago pelos avicultores, por serem os “maiores” interessados na questão, o que nos leva a inferir que possivelmente não seja diferente neste caso.

A indenização pode ser entendida enquanto uma ferramenta necessária para auxiliar o produtor, uma vez que este não teria sua atividade comprometida em virtude do vírus, e também como uma medida que possa agilizar a identificação com uma maior antecedência para que sejam tomadas as medidas cabíveis. O depoimento de um membro do CESAVI denota como poderiam ser estipuladas as indenizações para uma possível contaminação e de que maneira hipoteticamente poderiam ser encaminhadas tais indenizações.

“Hoje no comitê, o que está em discussão hoje: valores de indenização. Por quê? Você coloca a tua propriedade que deu surto, vai ser eliminado tudo, vai indenizar, eles pagam um valor para você. Está se trabalhando em cima desses valores. Até pelo seguinte. Por exemplo. Uma... Aves de fundo de quintal. ... Se der qualquer problema lá. O que é que vai ser indenizado? Tem que ser um valor diferente do valor pago pela agroindústria. Hoje o frango por exemplo, um real e vinte o quilo. Se tiver que pagar um e vinte a minha galinha aqui, eu não vou falar nada. Então o que é que é? Tem uma discussão, tem uma interpretação que teria que ter para indenização para fundo de quintal um valor atrativo até certo ponto, que se aparecer uma enfermidade; ‘ó, hoje morreram dez galinhas na minha propriedade’. Bom, se eu comunicar o pessoal de serviço oficial, Ministério ou CIDASC, os caras vem aqui e matam tudo. ‘Vão me pagar quanto? Vão me pagar um real por galinha. Mas aí eu não vou ganhar nada.’ Então vai ter que ser um valor diferente. Agora também não pode ser um valor tão diferente, que vale a pena eu pegar e criar essa aves, introduzir uma enfermidade, morrer porque eu vou receber dez reais cada uma. Então tem que

se trabalhar para trabalhar em cima desse, de um valor que nós estamos definindo hoje. Que não seja irrisório que o cara não seja atraído a informar mortalidade, e não seja tão alto que crie um negócio paralelo aí.” (Udesc).

Sendo assim, é necessário delimitar um critério que possa estipular um valor que não seja exorbitante, mas que não seja tão baixo, estabelecendo um meio termo como uma forma de não exacerbar para os valores para um dos lados, a fim de garantir a realização da identificação do local de foco.

A dimensão política é fundamental neste sentido, pois, de acordo com as medidas do Estado, os produtores na possibilidade de um surto de Influenza Aviária, entrariam ou não em contato com as autoridades responsáveis.

Neste sentido também é muito improvável que no caso de ser registrado um caso de Influenza Aviária, essa não seja comunicado por qualquer razão, pois ao que tudo indica não é de interesse das Agroindústrias, avicultores e Estado que esta informação seja ocultada, na medida em que o sua negligencia pode trazer conseqüências mais graves caso essa não sejam informada, tendo como exemplo aquilo que ocorreu na Ásia, pois um dos fatores responsáveis pela grande disseminação foi ocultamento das aves doentes por parte dos produtores. A informação é um elemento chave nesse processo, conforme pode ser observado, pois como a comunicação se estabelece entre os diferentes atores sociais envolvidos neste caso, será essencial nas conseqüências do risco.

4.4 As Medidas

As medidas preventivas podem estar em três situações: podem já ter sido implementadas, já fazer parte das práticas dos avicultores; parcialmente implementadas, estando ainda em fase de implementação; ou estar sendo discutidas para uma futura implementação, fazendo parte por enquanto de um projeto que futuramente possa incorporar o Plano.

4.4.1 Regionalização ou compartimentalização: A regionalização ou compartimentalização é uma medida que ainda não foi efetivada. Consiste em tornar as regiões de uma forma independente das demais, sendo que cada região dessas possuiria

singularidades e que, portanto, necessitariam estar sendo diferenciada das demais. Parte do pressuposto que existem especificidades na criação de cada região, e que elas não fazem parte de produções homogêneas, merecendo ser entendidas sob perspectivas diferentes.

Uma das principais causas da implementação da compartimentalização está relacionada ao mercado internacional, pois caso houvesse um registro de H5N1 em uma determinada região, as outras regiões não teriam as suas exportações suspensas pelos países importadores.

Conforme um membro do CESAVI a regionalização possui as seguintes características: “ *Como é no caso da aftosa por exemplo. Por exemplo, se o Rio Grande do Sul tiver influenza, Santa Catarina não tem nada haver com Influenza do Rio Grande do Sul.*” (Udesc). Parte-se do pressuposto que a diferenciação na implementação das medidas faz com que cada região possua um maior ou menor grau na sua execução, o que faz com que cada região tenha uma característica diferente. Embora seja tomado como exemplo os Estados entendidos enquanto unidades da federação, esse é apenas um exemplo, pois a regionalização poderia estar atrelada a região sul, estando atrelada a uma região maior. Mas a princípio a regionalização estaria vinculada a cada unidade da federação, embora não esteja **necessariamente** atrelada a ela.

Em outro depoimento o membro do CESAVI demonstra como o georeferenciamento e posteriormente as outras medidas classificam os Estados sob diferentes perspectivas, relacionando dentro de cada região algumas características que permitem o discernimento destas mesmas regiões.

“Seriam regiões. Então, essa compartimentalização ela levaria que, o Estado que está com uma condição sanitária eficiente, tem controle de fronteiras, de divisas com os outros estados e tal, esse estado tem, implementas todas as medidas, tem georeferenciamento, tem monitoramento das aves, tem os comitês de sanidade instalados, tem uma rede estadual de veterinários preparados, que fizeram curso, que fizeram esse treinamento para identificação, para notificação rápida... Estados que tem isso implantado, eles teriam estado sanitário superior. E aí não recebem aves de estados que tenham estado sanitário inferior.” (SFA/SC).

A partir de então são estabelecidos alguns critérios e, de acordo com a sua aplicação, os Estados, - ou no caso do estabelecimento das regiões - passam a ter um status diferenciado.

QUADRO 13: Medidas adotadas

Alguns critérios que indicam a diferenciação do status sanitário, estando de acordo com a sua aplicação em cada Estado ou região.	Georeferenciamento
	Monitoramento das aves
	Comitês de Sanidade instalados
	Treinamentos

Fonte: Elaboração própria

De acordo com um membro do CESAVI, no mês de abril de 2007 o Estado de Santa Catarina recebeu uma auditoria do Ministério da Agricultura, que consistia na verificação da adoção das medidas pelo Estado. Assim, os Estados recebem uma auditoria, que consiste na fiscalização por parte do Ministério da Agricultura para com os Estados a fim de diferencia-los na questão da defesa sanitária. A partir dessa auditoria, o Ministério estaria divulgando notas para cada Estado, de acordo com a aplicação das medidas:

“São notas pelo cumprimento de requisitos. Vou dar um exemplo: eles vão em vários Estados. Em cada Estado eles vão verificar se foi criado um comitê estadual de sanidade avícola, bom, foi criado, vão ter nota X. Ele está sendo operacionalizado? Vai ter uma nota. Ele está dando resultado? E assim por diante. Entre outros procedimentos. Então cada... cada assunto desse check list vai ser auditado e verificado, se foi cumprido ou não. Pelo cumprimento total, parcial ou não, vai ser dado uma nota que no fim gera então uma classificação de A,B,C ou D. (SAR).

Desta maneira, dentro de cada medida exposta, são realizadas avaliações que também servirão para estabelecer o trânsito entre os Estados ou regiões. As notas estabelecem os critérios a partir dos quais serão articuladas os processos comerciais nacionais e internacionais, e também de trânsito interestadual. Além de funcionar como um mecanismo que envolve determinados sistemas de fiscalização, indicando quais procedimentos estão sendo adotados pelos Estados ou regiões, dando legitimidade diante dos demais atores sociais.

A regionalização também funciona como um mecanismo que dificultaria embargos econômicos em virtude da Influenza Aviária ocorridas em outras regiões. De acordo com alguns depoimentos, a Influenza Aviária poderia estar sendo utilizada como manobra política por parte dos países importadores, no sentido de que mesmo sabendo que o país possui dimensões continentais, mesmo com essa própria heterogeneidade que implica sendo observada pelos países importadores, não poderia estar sendo levada em conta, uma vez que isso poderia estar sendo usado apenas como uma forma de “pretexto”: “Mercado

internacional. Tem uma sacanagem violenta. Se os caras da Europa puderem segurar o frango brasileiro, eles vão segurar, ou inventar qualquer coisa.” (Udesc). Em outro depoimento: *“Porque teve países... eles fecham qualquer produto, porque eles usam como uma ferramenta, como barreira comercial.”* (Acav). Isso não pode ser confundido como uma espécie de conspiração, pois a princípio isso tem mais a ver com o rigor das exigências internacionais de comercialização. Todavia, o rigor por si só não pode ser explicativo nesta questão, pois a maneira pela qual essas exigências são trabalhadas e utilizadas variam de acordo com os interesses de cada país.

Dadas às proporções territoriais, como por exemplo, as distâncias existentes entre o Estado de Santa Catarina e o Estado do Acre que é muito maior do que várias distâncias entre os países europeus como, por exemplo, entre a França e a Inglaterra, ou França e Espanha, a regionalização merece ser observada. Todavia, no continente europeu já existe esta forma que leva em conta essa heterogeneidade sem que outros locais sejam afetados, pois de acordo com os membros do CESAVI quando são registrados focos de alguma enfermidade em um determinado país da Europa, os demais países não são afetados na forma de embargos econômicos, mesmo sendo em distâncias muito menores, do que, por exemplo, seria a distância entre o Estado de Santa Catarina e o Estado do Acre. Com a compartimentalização instaurada, seria possível realizar transações comerciais de uma outra maneira, similar ao que ocorre na Europa.

Além do procedimento análogo ao sistema europeu, a questão do consumo também é importante, pois a identificação por parte do consumidor seria tão ou mais importante quanto o reconhecimento dos países, na medida em que a identificação dos consumidores europeus também é vista por um membro do CESAVI como um elemento chave no discernimento dos produtos de risco:

“eu não me lembro se foi em Março ou Abril que deu um foco na Inglaterra. É foi final de Abril, aonde só a empresa que teve o problema sofreu restrições de consumo de carne; praticamente ela teve entre os Perus, praticamente zerou o consumo de carne daquela empresa, mas não diminuiu o consumo de carnes de Peru na Inglaterra...” (Acav).

Desta maneira, estas regiões de risco necessitariam também serem observadas pelos consumidores, aonde as restrições no consumo não atingem a totalidade do setor de carnes, mas somente aqueles locais em que estão presentes o problema.

4.4.2 Georeferenciamento: O georeferenciamento está praticamente concluído no Estado de Santa Catarina. Consiste no levantamento das informações sobre as propriedades rurais catarinenses, contendo o que tem nestas propriedades, quantos animais existem em determinado local, qual a infra-estrutura da propriedade, identificando o máximo de informações possíveis e relevantes, para que sejam tomadas as ações posteriores.

Os membros do CESAVI relatam sobre o georeferenciamento, mostrando como esta medida serve para que em uma situação de um foco, seja possível identificar o que existe em um determinado espaço:

“o georeferenciamento facilita no momento que tiver que fazer uma intervenção numa região, ou em alguma propriedade, esse georeferenciamento ajuda tanto na identificação da propriedade num raio de 3, 5 ou 10 quilômetros, como queira fazer, o número de animais que ali existe entre outras informações.” (SAR).

Na seqüência o membro do CESAVI ilustra como funciona o georeferenciamento, sendo que este serve para

“identificar um espaço dentro do território catarinense. No momento que eu tenho uma enfermidade, [neste momento o entrevistado pega um papel e uma caneta e faz um “desenho” para melhor ilustrar como é este georeferenciamento, marcando um ponto e um círculo em volta deste mesmo ponto] em um determinado local, e eu tenho que fazer uma identificação de uma área comprometida de, por exemplo, 15 quilômetros. Esse georeferenciamento vai me dizer, quantas propriedades e quais propriedades, qual o número de animais que existe nesse raio que eu tenho que fazer, por exemplo, a eliminação dos animais ou a vacinação dos animais. Esse georeferenciamento serve para isso.” (SAR).

Desta maneira, as informações sobre o que existe em determinado local, são fundamentais para uma posterior ação. As ações que podem ser tomadas após a identificação de um foco de Influenza Aviária são duas: a vacinação ou a eliminação dos animais.

O georeferenciamento é uma espécie de mapeamento.

“Um mapeamento. Ela está no mapa, com a foto de satélite, você vai direitinho em cada propriedade com GPS, com as coordenadas geográficas dela já colocadas ali. Quer dizer, num caso de aparecer alguma enfermidade ali, você tem uma condição muito mais rápida de intervir ali, de eliminar o foco da doença, de dar uma atenção especial a todas as propriedades que estão na área perifocal, no foco, na área perifocal, em volta desse foco, no sentido de controlar, de não evitar que esse tipo de evento se espalhe pela criação. Então você controla o estado sanitário, considerando a população das aves no Estado como um todo, você tem uma condição de intervir, de intervenção ali de manutenção de um bom estado sanitário”. (SFA/SC).

No caso hipotético de um surto de Influenza Aviária, após a comunicação do produtor para os órgãos públicos, o produtor provavelmente seria afastado da propriedade “*ele não tem mais atuação perante o foco, mesmo que seja na propriedade dele, porque quem vai atuar é o Estado. Provavelmente eles seriam até afastados da propriedade.*”(Sindicarne). Com o Estado intervindo na propriedade do produtor, fica sob responsabilidade do agricultor comunicar a doença, mas a atuação nela fica sob responsabilidade do governo.

A importância das medidas também está relacionada à como os outros atores sociais envolvidos na rede percebem como estão sendo adotadas estas medidas, pois as missões que fiscalizam a sua adoção não remetem somente ao Estado enquanto órgão fiscalizador, mas também as missões européias.

E eventualmente vem missões européias, vem missões japonesas, vem missões chinesas aqui, e verificam as medidas de controle que estão sendo adotadas pelas agroindústrias, pelos serviços oficiais, estadual e federal, e verificam ó: ‘A não, realmente eles tem um controle, o georeferenciamento’. Hoje em dia está tudo assim já, depois que inventaram o satélite aí, hoje nós temos georeferenciados, todas as granjas de produção comerciais de aves no Estado”. (SFA/SC).

Desta maneira além dos órgãos públicos nacionais, as denominadas missões internacionais possuem um papel preponderante na explicação da adoção das medidas.

4.4.3 Comunicação: A comunicação é uma media que já foi e está sendo aplicada. Ela tem como objetivo informar sobre a Influenza Aviária para o público leigo, tanto para avicultores como para a sociedade civil. Considerando a falta de informação acerca da Influenza Aviária, tem como fundamento explicar do que se trata, trazendo breves informações históricas, mostrando como está a situação atual, de que maneira ela age e pode ser disseminada, e o que as pessoas devem fazer.

Para as ações informativas serem entendidas pelo público leigo, um dos meios de comunicação utilizados foram e são as escolas, em que são trabalhados através de revistas que informam em uma linguagem simples a fim de estabelecer a inteligibilidade.

“É uma revistinha mesmo assim pra... numa linguagem bem fácil para distribuir em escolas e tal, que eu não sei se é do sítio do pica pau ou da turma da Mônica. Mas então, esses materiais estão passando essa idéia, quais meios aí, quais as ações que a gente pode no dia a dia adotar.” (SFA/SC).

Este trabalho estaria sendo realizado junto à sociedade civil, mas não somente em escolas, mas em aeroportos e outros locais para a disseminação das informações.

As palestras também foram adotadas como um meio de fazer a comunicação da Influenza Aviária:

“houve um determinado momento em que o pessoal realizou várias palestras no interior, é muito importante que a gente tenha ações de educação sanitária nessa área, ou seja, ações em que o cidadão comum, ele entenda o que é que é a Influenza Aviária”.

O cidadão comum e as pessoas que vivem no interior são o escopo deste trabalho de esclarecimento de alguns pontos básicos sobre a doença, para que as pessoas saibam do ela se trata.

Nas Agroindústrias também foi realizado este trabalho juntamente aos avicultores, através de folders e comunicação verbal, *“nas cooperativas a gente fez um trabalho com folders e tal, de divulgação, de como tinha que se fazer as medidas preventivas, todas as empresas”* (Faesc). Assim, o trabalho de comunicação foi e está sendo realizada através dos órgãos públicos e privados, buscando abranger o maior número de pessoas possíveis.

4.4.4 Treinamentos: Os treinamentos foram e estão sendo realizados. Existem duas formas de treinamentos que podem ser verificadas: os treinamentos informativos e os de simulação. Os informativos consistem em prestar informações para os técnicos e avicultores, a fim de informar no que consiste a doença, como ela age, etc. Atraves de palestras dentre outras. Já a parte do treinamento também é realizada junto aos integrados e técnicos *“a questão especificamente de treinamento para integrado tem que ser constante, assim como tem que ser dos técnicos das agroindústrias, e técnicos da Secretaria da Agricultura.”* (Sindicarne). Também estão envolvidos nesses casos, os técnicos dos órgãos públicos e privados.

Em um depoimento o membro do CESAVI mostra no que consiste o treinamento e de que forma ele é realizado.

“Existe no Brasil empresas, que fazem cursos em relação a, cursos de atuação, como atuar numa situação dessas aí. E Santa Catarina inclusive, tem uma previsão de fazer uma simulação. Fazer uma simulação. Até eu estava comentando no comitê de reunião aqui, anteriores. Você pegar e falar que nem hoje, agora sexta feira, 15:40. Agora o seguinte: sexta feira as 18:30, alguém

apertar o botão aqui. Tem um surto, põe no bingo aí, qual é o município. Escolher na hora. Olha eu sou do quadro do município de Piraberaba. Lá perto do. Pronto. Ta lá o surto. Agora vamos resolver. Porque eu acho que quando você faz uma simulação, que vai acontecer em Alfredo Wagner é uma situação. Agora quando vem a notícia que o município agora que tu sabe onde é, é, Capão Alto. Aí muda completamente a tua... procedimento. Onde você sabe onde vai acontecer um surto amanhã em tal lugar. Aí é uma situação. Agora, se na agora hora, a hora que tocou o alarme, diz o nome do município. Aí realmente é uma realidade. O que é que vai fazer, quem que vai envolver, quem que vai, né. E nisso aí em termos de prevenção, a gente sempre vai achar que vai está faltando alguma coisa. Por que quando você por exemplo. Qual é o ideal? O ideal é assim, assim, assim. Quando tu chega naquilo. Vem cá, bem que poderia melhorar um pouquinho isso, um pouquinho aquilo. Podia ter. Então, a tendência é você sempre cada vez estar mais aprimorando estas situações aí.”
(Udesc)

Este exemplo, realizado de maneira hipotética, demonstra como os técnicos estariam sendo treinados para lidar com situações de imprevisibilidade, tentando trazer nesses treinamentos uma situação de risco que tenta se aproximar da realidade social.

CAPITULO 5 Globalização e as Ambivalências no contexto da Influenza Aviária e os diferentes tipos de conhecimentos envolvidos

5.1 Globalização no contexto da Influenza Aviária

A globalização entendida enquanto um processo decorrente das sociedades modernas - e que se intensifica com a alta modernidade ou modernidade reflexiva - pode ser compreendida dentro de uma nova dinâmica social, que altera a forma como se estruturam as relações sociais. A própria Influenza Aviária pode ser entendida a partir da globalização, pois o termo ajuda a compreender de que maneira a Influenza Aviária modifica estas relações, a partir de acontecimentos locais implicando em uma dimensão global.

De acordo com Anthony Giddens a globalização possui as seguintes características:

“A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.” (GIDDENS, 1991:69).

Com os acontecimentos locais tendo uma implicação global, é possível entender porque mesmo não havendo casos registrados de Influenza Aviária no Brasil e no Estado de Santa Catarina, estes tem a sua estrutura social modificada, na medida em que há uma compressão tempo-espacial, própria da sociedade atual.

Vários mecanismos permitem essa alteração, tais como a forma praticamente instantânea de algumas informações via internet que possibilita isso, além dos meios de transporte tais como portos e aeroportos. O risco inserido nesse processo também é verificado como um fator que advém da globalização por um dos membros do CESAVI,

“hoje em dia não existe mais lugar distante no mundo, não é mais no tempo das caravanas que no lombo do camelo as coisas levavam... se atravessava o deserto com as especiarias. Hoje tu pega um contêiner, mete num porão de carga de um avião, em horas ele está no outro lado do mundo. Então esse tipo de situação existe. (SFA/SC).

Ao atribuir a não existência de lugares distantes no mundo, o entrevistado remete a uma característica própria das sociedades modernas, estabelecendo em seguida o contraponto com as sociedades tradicionais em que não está presente este tipo de situação.

O contêiner é entendido enquanto um elemento que aniquila as distâncias, conforme uma das características da globalização, pois “*a globalização significa o assassinato da distância*” BECK, 1999:47).

A noção de globalização é entendida por Ulrich Beck como um processo que está relacionado à transformação de uma série de dimensões tais como a economia, a informação, a ecologia, a técnica, etc.

“Globalização significa a experiência cotidiana da ação sem fronteiras nas dimensões da economia, da informação, da ecologia, da técnica, dos conflitos transculturais e da sociedade civil, e também o acolhimento de algo a um só tempo familiar mas que não se traduz em um conceito, que é de difícil compreensão mas que transforma o cotidiano com uma violência inegável e obriga a todos a se acomodarem à sua presença e a fornecer respostas. Dinheiro, tecnologia, mercadorias, informações e venenos ‘ultrapassam’ as fronteiras como se elas não existissem”. (BECK,1999:47-49).

A transformação das diferentes esferas sociais no caso da Influenza Aviária é que ela não está acomodada a um determinado país, mas ultrapassa as fronteiras sociais, ou seja, culturais, econômicas, e também do próprio Estado.

Esta nova dinâmica a qual a sociedade acaba sendo submetida condiciona a uma nova análise acerca daquilo que representa o Estado. Conforme Ulrich Beck, o conceito de Estado-nação acaba não sendo mais central na análise sociológica, no sentido que ele representaria uma unidade em que se passa necessariamente pelo Estado, mas que o ultrapassa. Isso não pode ser confundido com o aniquilamento do Estado, mas com sua **transformação**, o que é muito diferente, pois os Estados vêm-se obrigados à agir diante de um mundo globalizado, o que Beck denomina de Estados transnacionais. A emergência dos Estados transnacionais está apoiada nesta transformação que correlaciona-se a um mundo mais dinâmico.

As medidas que são adotadas pelos países advém em grande medida da OIE, que representa a instituição a qual todos acabam recorrendo, funcionando como um ponto de referência, conforme pode ser observado nos depoimentos dos membros do CESAVI. A princípio, as normas a OIE poderiam “passar por cima” do Estado, na medida em que todos recorrem a ela. Todavia, o Estado não desaparece, pois ele ainda é importante na aceitação ou não das normativas. Segundo um membro do CESAVI,

“a OIE ela não tem o poder legislativo, ela tem o poder orientativo. Toda legislação que a OIE nos coloca, do ponto de vista de regulamentação do

comércio, 'nós sugerimos isso aqui', agora cada país é livre de você aceitar e não aceitar. Normalmente essas informações são aceitas porque existe um estudo técnico por trás, existem critérios e também porque se utiliza isso comercialmente essas informações, 'já que ela não recomenda eu não vou fazer'. (Sindicarne).

Dessa maneira, obtém-se duas possibilidades: agir de acordo com a indicação da OIE ou não. Como aparece no depoimento, geralmente essas medidas são aceitas, o que só pode ser entendido em um mundo globalizado. Todavia, ainda que isso aconteça, a necessidade do Estado permanece para dar legitimidade, ou até no veto das normativas. Com isso, o Estado oscila ora para aceitar, ora para seguir outro itinerário.

Assim, há uma singularidade no Estado, aonde o processo acontece sob a perspectiva de duas variáveis paralelas, uma forma híbrida que estabelece uma interface entre as instituições nacionais e internacionais, o que pode ser entendido a partir do que Beck sugere de Estados transacionais, sendo fruto neste caso da interação entre estas duas instituições.

Outro aspecto que merece atenção refere-se à existência de determinadas cotas de exportação dos países importadores que são impostas sob a avicultura brasileira, estabelecendo determinadas quantias as quais não podem ser ultrapassadas para a exportação. Nestas situações o Estado aparece como um elemento chave, como um ator negociador para a ampliação das cotas. Segundo uma reportagem da Revista de Avicultura Industrial de outubro de 2006, o governo brasileiro *“depois de diversas reuniões, a EU aceitou ampliar o limite para importação de aves brasileiras para 336 mil toneladas, quando o proposto inicialmente pelos europeus era de 322 mil toneladas.* (p.47 Revista **Avicultura Industrial** número 10, 2006, ANO 98, Edição 1150). Neste sentido o Estado procura trazer os interesses das Agroindústrias, avicultores e da própria União, sendo que ele é quem detém o papel de agente negociador, pois *“lá fora o país quer saber o que o governo está fazendo, e não o que a Aurora, a Sadia, a Perdigão, a Seara estão fazendo. Então eles usam muito o que o governo está fazendo.”* (Faesc). Quem representa a unidade dos interesses nacionais é o Estado, cabendo a ele o papel de negociar diante de outros atores sociais internacionais. O Estado nestes casos tenta ampliar as cotas e demonstrar quais as medidas estão sendo adotadas, a fim de expandir a comercialização dos produtos para o setor.

A transformação do Estado em função da globalização pode ser entendida como a atribuição do papel de um ator social que garante legitimidade diante de outros atores sociais. De acordo com Hannigan (1995), um dos fatores para a construção social de um risco é a emergência de um patrocinador institucional garantindo legitimidade. O Estado nesse caso garante essa legitimidade, pois conforme os membros do CESAVI, *“As missões que vem de fora, eles não querem, as missões oficiais, elas não querem a empresa, eles não querem saber de determinada empresa se ela faz. Elas querem saber o que é que o governo faz.”* (Acav). Em outro depoimento:

“cada empresa usa muito não só o que eles estão fazendo, mas o que o governo está falando, está fazendo, porque lá fora o país quer saber o que o governo está fazendo, e não o que a Aurora, a Sadia, a Perdigão, a Seara estão fazendo. Então eles usam muito o que o governo está fazendo.” (Faesc).

Desta maneira, as ações das empresas isoladas não possuem o reconhecimento internacional, podendo tornar algumas medidas sem relevância ou até estereis frente a estes outros atores. Todavia, com o governo referenciando as atitudes tomadas, ele garante esse reconhecimento.

No caso das práticas adotadas pelos avicultores, elas acabam sendo o produto de acontecimentos ocorrendo a milhares de quilômetros, tendo como intermediário o Estado. O Estado nesse sentido se transforma, não podendo mais ser entendido enquanto um estado - nação soberano. Mas que em virtude da globalização, e neste caso com os registros de Influenza Aviária do outro lado mundo, estabelece medidas que são o produto das pressões da iniciativa privada nacional e internacional, o que lhe caracteriza enquanto transnacional.

5.2 Ambivalências

A questão de que as pessoas tendem cada vez mais a ter que decidir o que fazer em meio às informações conflitantes é observado como um fator presente na sociedade contemporânea. *“Tome o caso do vinho tinto. Como outras bebidas alcoólicas, o vinho tinto era outrora considerado prejudicial à saúde. Depois a pesquisa indicou que tomar vinho tinto em quantidades moderadas protege contra doenças cardíacas.”* (GIDDENS, 2002: 41). Neste sentido, algo muito análogo é observado por um membro do CESAVI, que constata estas mudanças nas indicações científicas. *“O ovo, tu pode ver a Veja tem*

trabalhado, trabalhando não, tem feito matéria sobre isso aí, quer dizer, ovo hoje é remédio, até outro dia era veneno o ovo. Hoje é remédio.” (Udesc). Isso significa que a mesma ciência que realiza uma determinada afirmação pode mudar o seu conteúdo de tal sorte, que ele indique um caminho contrário daquele que foi assumido outrora.

Dessa maneira torna-se cada vez mais individualizada as escolhas dos agentes, uma vez que cabem a eles escolher em meio a estas informações – muitas vezes desconstruídas ou que mudam constantemente -, o que fazer. São as ações das pessoas comuns em meio às ambivalências.

Neste estudo foi possível observar as ambivalências remetendo a três campos. O primeiro refere-se às duas posições sobre a possibilidade da Influenza Aviária vir ao Brasil. A segunda está relacionada ao risco em si como fator positivo e negativo. E a terceira diz respeito aos meios de comunicação.

5.2.1 Ambivalência do risco da Influenza Aviária no Brasil e no Estado de Santa Catarina

A ambivalência é percebida pela maioria dos membros do CESAVI. Dos seis membros entrevistados, quatro conseguem identificar a presença da ambivalência na questão das proposições científicas sobre a possibilidade de vinda da Influenza Aviária no Brasil e em Santa Catarina. Dois não identificam essa ambivalência, pois remetem a um consenso sobre o assunto. E outro não respondeu. Dessa maneira, é possível analisar o conteúdo da ambivalência no depoimento da maior parte dos membros do CESAVI.

O primeiro grupo, aqueles que percebem a existência da ambivalência se aproximam mais daquilo que Zygmunt Bauman define como característica de uma sociedade que concebe a existência da ambivalência no seu meio social. *“Em vez disso, um bocado de ambivalência semiótica e axiológica emerge para se tornar uma característica permanente da existência social, em vez de uma transitória falha dela ainda não consertada”*. (BAUMAN, 1999:60). A partir disso, é identificado pela maior parte dos membros que compõe o CESAVI, duas proposições que estão sendo inferidas sob o mesmo

objeto de análise, percebendo a ambivalência como inerente à dinâmica da atividade científica, estando presente nesse processo de construção do conhecimento científico.

A seguir são analisados três depoimentos em que estão presentes estas ambivalências. No primeiro depoimento o membro do CESAVI afirma.

“Não há consenso. Não há consenso porque eu já vi as duas posições colocadas. Tanto alguém que analisou as correntes migratórias de aves silvestres, e a possibilidade de dispersão dessa doença; se uma vez trazida por ser humano para cá, por alguém, algum viajante contaminado e tal, e pessoa diz ‘olha, se adotadas as medidas corretas ela não terá probabilidade de se estabelecer no país, até pode chegar, mas não vai se estabelecer.’” (SFA/SC).

Quando o entrevistado afirma que ‘já vi as duas posições colocadas’, isso descreve uma característica própria da sociedade contemporânea. Dificilmente esta idéia poderia ser concebida em tempos ulteriores, mas somente em uma época em que a ambivalência é legitimada enquanto um elemento subjacente a esse processo. A seguir, o mesmo membro do CESAVI exemplifica o conteúdo das diferentes proposições, e como elas apontam para lados opostos.

Isso também se refere a como às segundas proposições decorrem de proposições ulteriores, ou seja, aquilo que Latour no livro *Ciência em Ação* afirma acerca de uma determinada afirmação científica, pois ela em si mesma pode não ter muita relevância, mas isso depende de um processo coletivo, em que as outras proposições acerca desta afirmação – geralmente realizada por cientistas - estarão sendo inferidas. E estas direções podem apontar para vários lados, em meio às controvérsias, como no caso da Influenza Aviária. Assim, a premissa de que “*uma afirmação depende das afirmações ulteriores*” (LATOUR, 2000:50), decorre em como essas afirmações serão usadas pelos outros. Mais tarde isso vai depender, de como as afirmações das diferentes proposições serão usadas nos textos que as incorporam, daquilo que vai acontecer com elas posteriormente.

No segundo depoimento o entrevistado afirma:

“a gente tem opiniões diferenciadas. ... sempre tem aqueles que acham que amanhã vai acontecer. Mas os que estão mais assim, vamos dizer, no dia a dia, que tem se dedicado mais a isso, que conhecem os processos, eles são um pouquinho mais ponderados.” (Acav).

Neste depoimento as formas diversas, ou seja, o que o membro denomina como ‘opiniões diferenciadas’, são explicadas pelos diferentes formas que os cientistas tem com a sua atividade, ao tipo de relação que eles estabelecem no plano prático, sendo que aqueles

que possuem um maior contato com a prática de campo, que possuem um maior contato com os avicultores neste caso, possuem uma determinada postura, que percebe o risco de maneira ponderada. Já aqueles que estão mais ‘distantes’ desta praticidade, possuem uma visão diferenciada em como conceber o risco, achando que ‘amanha vai acontecer’, percebendo-o com maior possibilidade de acontecer.

No terceiro depoimento, o entrevistado inicia sua fala sobre a dificuldade em discorrer acerca do assunto, em vista da falta de consenso existente sobre a temática:

“Na verdade não tem um consenso. E é muito difícil opinar sobre isso. Como a gente vai... Ninguém sabe o que vai acontecer no futuro. Tu tem algumas informações que você pode, de repente, dar uma probabilidade para o futuro. Mas você dizer que isso vai acontecer no futuro, não tem, porque é futuro. Então dificilmente alguém vai poder dizer: vai vir. E dificilmente alguém pode dizer: não vai vir. Então assim, probabilidade existe. Existe probabilidade, não existe consenso, tem uns que são mais. Toda; qualquer assunto uns tem um pouco mais pessimistas. Tem que fazer um cenário pessimista, otimista e o conservador. Eu prefiro ser um pouco mais conservador e realista. (Faesc).

A questão sobre a predição é percebida como um elemento praticamente impossível de operar na lógica científica, uma vez que o futuro está em aberto. Isso também pode ser explicado pelo fato da indeterminação nas futuras formas que possam assumir os vínculos de relacionamento entre as diferentes esferas naturais e sociais. O termo ‘probabilidade’ substitui uma noção enfática, para que os cientistas possam remeter suas proposições ao futuro. As formas ambivalentes aparecem como os “pessimistas” e os ‘otimistas’. Os pessimistas estariam em determinado campo que caracteriza o risco como inevitável, sendo que as medidas não são efetivas, mas são estéreis frente ao risco. Já os otimistas acreditam que embora o risco exista, as medidas fornecem um instrumento que permite minimizá-lo ou evitá-lo.

Como pode ser observado nos depoimentos, a maioria dos membros do CESAVI compartilha da idéia de que o risco da Influenza Aviária vir ao país é muito baixo. Estas conclusões são advindas de um determinado campo científico embasado a partir de estudos da OIE, e dos próprios cientistas que compõem o comitê e possuem um conhecimento apurado acerca da atividade avícola e que, portanto, possuem uma determinada posição sobre o risco. Por outro lado, essas conclusões não são unívocas. No encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - realizado na Universidade Federal de Santa Catarina no dia 18 de julho de 2006, o Dr. Edison Luiz Durigon da Universidade de São

Paulo - USP -, em uma conferência sobre a Gripe Aviária, ressaltou como o modelo de criação existente na Ásia - lugar onde emergiu a doença - é muito similar a alguns lugares do Brasil, onde os animais domésticos, frangos, porcos, patos, convivem simultaneamente com os animais silvestres, o que dificulta - no caso de surgir o H5N1 - estabelecer medidas de combate e de propagação do vírus, na medida em que esta é a forma pela qual o vírus se propaga mais rapidamente, e este modelo de criação faz parte de algumas localidades brasileiras. Para ilustrar esse exemplo, citou o caso da França onde foi identificado o vírus e as medidas adotadas pelo Estado, sendo que para isolar a área contaminada que consistia em não deixar expostos os frangos com os demais animais, surtiu efeito, uma vez que o manejo já era diferente, o que fez com que dentro de poucos dias a doença estivesse sob controle. Com isso, no Brasil o estabelecimento de tal prática seria mais problemática, em vista do manejo com os animais ser configurado da forma citada anteriormente. Desta maneira, é possível identificar duas posições científicas que apontam para perspectivas diferentes.

5.2.2 Ambivalência do risco em si: fatores positivos e negativos

Além de assumir uma perspectiva multidimensional da modernidade, uma das suas características essenciais, de acordo com Giddens (1991), é que ela ao mesmo tempo em que cria uma série de possibilidades, também cria riscos para a sociedade. Estes mesmos riscos também possuem um caráter dúbio, um lado positivo e um lado negativo (Giddens, 2002). Desta maneira, passamos a analisar o risco a partir de uma perspectiva que assume um caráter favorável e um adverso.

A percepção dos fatores negativos da Influenza Aviária por parte de seis membros do CEASVI de total de sete é que no caso da Influenza Aviária ser detectada no país, as conseqüências seriam graves. “*É o caos*” (Udesc). “*Isso é muito desastroso se viesse.*” (Faesc). “*Iria ser horrível!*” (Embrapa). “*É um estrago.*” (Acav). “*Vai haver uma perda muito grande.*” (SASC). “*Seria realmente um prejuízo muito grande*” (SFA/SC). Os termos, ‘caos’, ‘desastroso’, ‘horrível’, ‘desastroso’, ‘perda’ e ‘prejuízo’, denotam como se trata de um risco de graves conseqüências.

A explicação para este fato se deve a importância que o setor avícola possui para a sociedade catarinense. A amplitude da rede formada neste caso é extensa, uma vez que vários atores sociais estão envolvidos nela. De acordo com um membro do CESAVI, existe um estudo que indica que para cada emprego direto do setor avícola, existem nove empregos indiretos. Com pode ser verificado nos depoimentos, a relação de dependência para com o setor é forte:

“A nossa economia é muito pautada nessa produção... é um processo que depende do outro, são milhões de pessoas que dependem de emprego, que por si transportam produto, outros que vendem pneu daquele que transporta, e outro que vende caminhão. (Embrapa). “Com certeza o impacto de vir isso para o Brasil vai ser catastrófico, porque a única coisa que pode tirar a gente dessa, do mercado mesmo é um surto de Gripe Aviária hoje. Porque as outras coisas a gente tem trabalhado”. “É alguns milhões que se perdem aí, porque isso acaba impactando não só em aves, acaba impactando as exportações de suínos.” (Acav). “Ta todo mundo envolvido, o prejuízo é generalizado. Desde o cara do posto de gasolina ali também, o cara vai vender menos gasolina. O frete, o caminhão, quer dizer, eu falei que é um caos porque pega todo mundo... Aquele cara que não tem nada haver com avicultura, mas que tem uma merceariazinha lá não sei aonde, esse cara ta ferrado também... Tu pega o Estado, cai renda, consumo, a arrecadação de impostos vai cair violentamente também. Vai cair por um lado tanto. Tu pega, vamos dizer que você seja o dono de uma agroindústria dessa aí. Tu vai recolher impostos na ocasião? Tu vai segurar. Tu vai querer sobreviver. Imposto eu pago depois, porque já caiu o negócio extraordinário, imposto eu pago depois, agora não vou pagar porque eu tenho que sobreviver. Então realmente, é uma, vai pegar, pegaria todo mundo.” (Udesc).

A Gripe Aviária seria o único fator que poderia tirar o Brasil do mercado internacional, uma vez que as demais variáveis são percebidas enquanto fatores que não apresentam risco. Nestes depoimentos é possível observar alguns setores e atores sociais que a princípio não teriam nenhuma relação com o setor, como ‘os que vendem pneu’, que ‘transportam o produto’, ‘que vendem caminhão’, ‘as exportações de suíno’, o ‘posto de gasolina’, a ‘mercearinhazinha’, ‘impostos’ etc. Todavia, estes outros atores sociais que aparentemente podem não ter relação com a atividade, estabelecem uma relação de interdependência em virtude da constituição da estrutura social que é recíproca, a qual estaria englobando grande parte da sociedade. Também aparece um elemento importante que se refere as necessidades mais urgentes dos avicultores. No caso de uma influenza os avicultores não pagariam as dívidas, na medida em que possuem outras prioridades. Neste sentido, as aplicações das medidas podem ser diferentes, pois *“as prioridades de investimento podem ser outras, face às necessidades consideradas mais prementes”*

(GUIVANT, 1999:109). Neste caso de uma possível Influenza Aviária no país, estas necessidades remetem a questão de subsistência dos avicultores face ao pagamento de impostos e outras dívidas.

De acordo com um dos membros do CESAVI, outros fatores que transcendem a questão econômica estão atrelados, como no caso da dimensão moral e psicológica:

“a pessoa pode não ter Influenza Aviária, mas com certeza vai ficar doente. Porque a crise moral e todo processo psicológico que vai desencadear, seria muito difícil. Então o grande medo em áreas de grande concentração, como somos todos sul aqui é esse, o impacto não é só econômico, quer dizer, é moral, é social, é como aquela bomba, que cai e espalha, quer dizer, surgiu um foco, as conseqüências são enormes, porque atingem todo, não é só o mercado.” (Embrapa).

Neste depoimento, a doença se refere a algo que transcende o vírus em si, não se limita à mortalidade de seres humanos e animais, mas desencadeia uma crise mais ampla, em que a moral e o processo psicológico estão presentes na crise, analogamente a uma bomba que ao destruir com a vida dos seres humanos em uma determinada região, aniquila com a vida dos animais, das plantas e toda infra-estrutura presente no local em que ela foi lançada.

A percepção dos fatores positivos da Influenza Aviária estão presentes em cinco dos sete membros do CESAVI que foram entrevistados. Nestas ocasiões em que o risco pode trazer benefícios, estão atreladas ao fato da Influenza Aviária estar presente nos outros países, e não no Brasil e no Estado de Santa Catarina. Desta maneira, de acordo com os membros do CESAVI, o Brasil já teria se beneficiado em virtude da não existência do vírus no país, e com um dos principais concorrentes tendo presente em seu país o H5N1. *“O Brasil já se beneficiou em função disso aí. Por exemplo, tem uma série de mercados, a Tailândia, tinha a Tailândia, não é que eles se comparem com o Brasil, mas era um grande exportador a Tailândia, esse mercado o Brasil pegou tudo.* (Udesc). Outro membro do CESAVI também observa: *“A gente já tem algumas vantagens, porque os nossos principais competidores estão com problemas de influenza”.* (Acav). Com a doença longe do país, o Brasil e o Estado de Santa Catarina acabaram se beneficiando posteriormente. Mas isso só ocorreu em um segundo momento, pois as exportações em um primeiro momento retraíram em virtude do consumo nos países importadores ter diminuído. Todavia, esse consumo

voltou em poucas semanas ao que era antes, mudando somente o local de onde provém o produto, conseqüentemente trazendo vantagens para o mercado brasileiro.

O risco pode ser visto como uma oportunidade, na medida em que as ações de bio segurança começaram a ser tomadas de maneira mais efetiva a partir da possibilidade da doença, pois estas medidas não eram levadas com seriedade outrora.

“Não é a vantagem, mas a oportunidade de, desse medo que aconteceu, isso não é bom, mas digo, esse susto que aconteceu fez com que a gente ficasse mais alerta, e todo mundo, pessoas que achavam que controle, o cuidado era um exagero... Agora talvez não, realmente vão fazer isso. Então eu vejo que essa conscientização que é uma coisa muito importante, aconteceu em função desse susto.” (Embrapa).

O membro do CESAVI prefere não utilizar a palavra vantagem por estar carregada de significados econômicos, o que implicaria reduzir o conceito apenas ao que toca a questão econômica, pois, como visto, o risco transcende a dimensão econômica e por isso a utilização da palavra oportunidade no seu lugar. As instituições sociais conseguem se articular de outra maneira em função do risco. *“Porque teve susto, houve, esta havendo uma conscientização, maior empenho, maior entrosamento entre as instituições, o que faz com que a gente progrida, nesse caso.* (Embrapa). O tipo de relacionamento entre as esferas pública e privada muda, entre as próprias agroindústrias, agroindústrias e avicultores, toda uma rede que passa a existir e se entrosar sob uma perspectiva mais eficiente e satisfatória.

Outro evento que resulta em uma perspectiva positiva do risco está relacionado à geração de empregos que surgiram, com a Influenza Aviária criando uma nova demanda. *“Então novos empregos, isso tudo surgiu também, porque em função da demanda influenza, contratou muitas pessoas, contratos emergenciais, com grupos emergenciais e que era necessário para fortalecer o nosso serviço público sanitário”.* (Embrapa). As equipes que passam a ser contratadas tanto pela iniciativa pública como pela privada, implicam na geração de empregos, com os técnicos que necessitam ser treinados através de simulações para atuar em um possível foco da doença, os profissionais que treinam estes mesmos técnicos, laboratórios para fazer análises, as pessoas que trabalham nas empresas que fornecem os equipamentos para a adoção das medidas, além de outros que surgem indiretamente.

5.2.3 Ambivalência dos meios de comunicação

Os meios de comunicação também possuem um caráter ambivalente, na medida em que ao mesmo tempo em que podem ser considerados um fator que cria o risco em cima de manchetes consideradas sensacionalistas, trazendo conseqüências negativas, ao mesmo tempo é através destas manchetes que é possível identificar um elemento em comum que vai unir os diversos atores sociais, garantindo também uma maior possibilidade de que as medidas serão tomadas..

De acordo com os membros do CESAVI, os meios de comunicação imputam uma potencialidade ao risco que não corresponde com aquilo que efetivamente o risco é, ou seja, como ele se apresenta em virtude do modo de produção da avicultura brasileira. Muitas vezes essa geração de notícias não possui uma responsabilidade ou um comprometimento com o que ela possa gerar, causando um pânico desnecessário na sociedade. Conforme um depoimento:

“É um prejuízo que já ocorreu quando a imprensa começou a divulgar, a questão da Influenza Aviária e tal, baixou tanto o consumo interno desse alimento, da carne de aves, como também, como eu te disse, mercados importantes para o produto nacional fecharam, Japão, Itália e tal, reduziram a compra porque o consumo interno desses países também baixou, reduziu. É um reflexo da população, ela, ‘pô, eu escuto um negócio na mídia ela parte pra outra, não, não, eu não vou comer frango, vou comer peixe, carne bovina, tal, até que eu entenda bem o que é isso,’ é uma reação natural” (SFA/SC).

Em outro depoimento: *“O cara via um frango. ‘Puts, mas eu não vou comprar um frango vou comprar outra coisa’, pára o consumo.”* (Faesc). Como pode ser observado, a imprensa é percebida como um fator causal na diminuição do consumo de carne de frango, uma vez que os mercados internacionais se fecharam em função da redução do consumo. As pessoas teriam medo do que é desconhecido, passando a consumir outros tipos de carnes.

Todavia, em um primeiro momento o que torna-se desconhecido passa a partir da experiência prática dos agentes, a ser questionado pelos próprios consumidores. O depoimento a seguir, denota como os agentes passam a ter uma retração no consumo em virtude de determinadas notícias, mas após esse quadro pode mudar. *“Agora, fizeram o*

que? Aquele alarido lá em cima, sem nem informar nada e de repente não... Uma situação que acontece....(Udesc). Nesta parte o entrevistado se referia a como a imprensa tem tratado a questão da Influenza Aviária, a qual estaria apenas fazendo um ‘alarido’, sem informar nada, remetendo a uma dimensão sensacionalista. E segue:

“Se você fica muito preocupado, em uma determinada situação. Tá preocupado, faz seguinte. ‘Ó, se você for para São Paulo lá o assalto é um negócio é desgraçado’. Você vai lá, fica uma semana, fica duas ali preocupado, eu vou ser assaltado. E você o que? Você relaxa. ‘Puts, eu não tava nem saindo na noite e agora eu to saindo a noite. Aqui não tem esse negócio de assalto’. Eu vejo muito por esse lado a coisa. Tu vê, tu vê: ‘Ah, tem nada haver isso aí não’. Em geral se você pegar, qualquer situação que se tenha informado: ‘ó, o negócio é o seguinte’. Pegue a coca-cola. A coca-cola tem um produto aí que traz um problema danado aí para, libido do sujeito aí. Publica isso aí. Vai cair a coca-cola com certeza, mas dali a pouco ela vai, ‘ah, também não é tudo isso’. Então volta. Eu vejo a tendência, tudo quanto é situação é isso aí. No primeiro momento dá aquele impacto, e depois ‘ah, não, mas não é bem assim também esse negócio’.” (Udesc).

O entrevistado utiliza-se de algumas analogias para exemplificar como se procede o comportamento dos agentes. É possível separar em duas partes o processo. A primeira é uma modificação na prática social, a qual em virtude daquilo que foi noticiado e é desconhecido pelo agente passa a não fazer mais parte de sua prática, como no caso exemplificado, não consumir mais carne frango, não andar nas ruas de São Paulo e não ingerir Coca-Cola. Em um segundo momento, a partir do confronto da informação com a experiência prática das pessoas, essas ações tomam outra direção, como no caso citado os agentes voltam a consumir carne de frango, a sair a noite e andar pelas ruas de São Paulo, e beber Coca-Cola.

A experiência de vida dos agentes é importante neste sentido, pois, de acordo com Giddens (2003), os agentes dotados de reflexividade, são reflexivos. Isso significa que eles identificam a estrutura, podendo passar a entendê-la sob formas diversas. Neste sentido é possível afirmar que se os agentes não fossem reflexivos, dotados de consciência prática e discursiva, possivelmente agiriam somente de acordo com fatores exógenos, como por exemplo, a imprensa. Como é possível verificar, a imprensa é um fator importante para a explicação das práticas sociais, mas não é suficiente, uma vez que isso depende de como essas notícias serão percebidas pelos agentes, o que muitas vezes não pode ser pré-determinado.

O outro aspecto da mídia refere-se ao fato que ela forneceu os elementos necessários, para que os diferentes atores sociais envolvidos na questão pudessem identificar um elemento em comum em torno do qual foi possível vinculá-los. “*Como a mídia polemizou bastante, nos países Asiáticos, na Europa, que é aonde tinha, então acho que foi mais fácil a aproximação.*” (Faesc). Este depoimento diz respeito às dificuldades encontradas nos primeiros encontros do CESAVI, na medida em que existia uma dificuldade de realizar uma sintonia entre os diferentes atores envolvidos, o que também pode ser considerado próprio de uma primeira aproximação. Assim, a mídia exerceu um papel fundamental para que fosse possível a identificação das questões que transcendem suas posições diversas, mas que se equivalem.

No mesmo sentido, a questão do alarmismo pode ser considerada como um instrumento que propicia a maior possibilidade de que as medidas serão tomadas por aqueles que são sua responsáveis pela sua tomada. “*As coisas são ainda mais complexas... Paradoxalmente, o alarmismo pode ser necessário para reduzir os riscos que enfrentamos*”. (GIDDENS, 2002: 40). Com isso, surge a idéia de que a mídia pode ter propiciado uma mobilização em torno da Influenza Aviária, e que se esse mesmo alarmismo não tivesse sido realizado, as medidas poderiam não ter sido realizadas e conseqüentemente poderiam estar mais expostos ao risco.

5.4 Dos peritos aos leigos

Esta parte do trabalho procura analisar como se dá a passagem do conhecimento perito ao leigo, aonde os meios de comunicação estão no itinerário deste processo procurando estabelecer a interlocução entre estes dois tipos de conhecimento, também verificando como isso interfere na segurança ontológica dos agentes, e ressaltando por último a questão dos leigos no debate sobre os riscos.

5.4.1 Meios de comunicação

Considerando em que media os meios de comunicação social estão presentes na questão da Influenza Aviária, no sentido de que eles exercem um papel maior ou menor de influencia, é possível considerar que os meios de comunicação social possuem uma **forte** influencia nesta dinâmica. Isso se deve ao fato de que a princípio, as perguntas sobre a mídia não estavam presentes no questionário, mas começaram a fazer parte das perguntas, pois em várias passagens dos depoimentos os entrevistados faziam referências aos meios de comunicação sob vários aspectos. Assim, também vale salientar que os meios de comunicação exercem um papel fundamental no processo de construção social da percepção de riscos (Hannigan 1995), constituindo um dos fatores essenciais que compõem este processo.

Como pôde ser observado nas entrevistas, a maior parte dos membros do CESAVI entende que os meios de comunicação por tratar de maneira sensacionalista a temática, acaba gerando prejuízos para o setor avícola. Isso também pode ser verificado em uma reportagem feita em uma revista especializada sobre avicultura, a qual traz uma matéria intitulada “A imprensa e a Influenza Aviária”²⁰, onde também estão presentes estas referências. Podemos afirmar que a imprensa em certos momentos é apontada como a única culpada neste caso, estando relacionada a ela o modo pelo qual a sociedade vai se portar, ou seja, de acordo com a postura da mídia a sociedade agiria de uma determinada maneira, e neste caso, gerando a diminuição no consumo.

²⁰ Revista **Avicultura Industrial** número 04, 2006, ANO 97, Edição 1144 p. 77-77.

De acordo com um membro do CESAVI, chegou a ser realizada uma reunião dos representantes do setor avícola nacional juntamente com os representantes dos meios de comunicação, para que fossem colocadas estas questões, salientando a importância do setor para a sociedade e no que estaria implicando as reportagens. Desta maneira, as reivindicações por parte do setor avícola é que sejam estabelecidos critérios para a divulgação das notícias, e não o ocultamento das informações.

Algumas dificuldades também foram apontadas para fazer esta comunicação do risco. A Embrapa se tornou **referência** como fonte de informação científica sobre o assunto, pois a unidade além de ser especialista na área, também possui legitimidade e reconhecimento social diante da temática. “A Embrapa como a nossa unidade trabalha com suínos e aves e é a única do país que trabalha com aves, é a única unidade da Embrapa que trabalha com aves, todas as perguntas de Influenza Aviária, caíram aqui...” (Embrapa). Sendo a única unidade no Brasil a trabalhar com aves, o conhecimento perito sobre a Influenza Aviária tornou a unidade da Embrapa de Concórdia, como uma espécie de “porta voz” das afirmações científicas.

QUADRO 14: Heterogeneidade de conhecimentos

Conhecimento Perito	Instrumento utilizado para estabelecer o vínculo entre conhecimento perito e leigo	Conhecimento Leigo
Embrapa	Meios de comunicação	Sociedade Civil

Fonte: Elaboração própria

Neste contexto os meios de comunicação funcionam como um mecanismo que permite articular o conhecimento perito ao conhecimento leigo, a fim informar ao segundo sobre as características da doença. No depoimento de um membro do CESAVI isso aparece de forma clara, “a gente tem que falar para o jornal. São veículos que atingem um grande número da população, geralmente leigos e que vão acreditar naquele interlocutor que ela ouve todo dia de manhã ou que lê, ou que outro dia passa no jornal.” (Embrapa). Os meios de comunicação tentam estabelecer o vínculo entre o conhecimento perito e o leigo, funcionando como um canal de passagem através do qual os leigos tem acesso a parte da produção científica.

Como se tratam de conhecimentos heterogêneos estão presentes pelo menos três lógicas diferentes que tratam sobre o assunto, ou seja, a lógica implícita no conhecimento perito, no conhecimento leigo, e a forma em trabalhar própria dos meios de comunicação. Essas formas de conhecimento são dessemelhantes. Isso acabou por gerar problemas na comunicação entre o conhecimento perito e os meios de comunicação. De acordo com a representante da Embrapa uma das características de parte dos meios de comunicação é que eles operam a partir de uma lógica incisiva. “*Eles tem uma forma de questionar muito incisiva... ‘Mas é ou não é? Mas é ou não é?’*”. Esta maneira de questionar acerca do risco, pode ter sido fundamental naquilo que os membros do CESAVI designam como “informar de forma equivocada”. Outra possibilidade é que podem ter sido retirados partes das entrevistas de forma não contextualizada, o que não procede com aquilo que os cientistas efetivamente queriam dizer. Neste sentido, uma palavra chave que não foi utilizada é a palavra **possibilidade**. Possibilidade não remete nem a uma forma enfática, se **é** ou **não é**, mas está entre as duas, dependendo mais de outras circunstâncias, tais como o modo de produção de uma determinada região, e da mutação do próprio vírus, etc. Estas diferentes lógicas de conhecimento podem ter sido cruciais para entender a maneira pela qual a sociedade civil recebeu as informações, pois as informações são filtradas pelos meios de comunicação de tal sorte, que o seu resultado foi o de marcar algo definitivo.

A fim de diminuir as controvérsias como uma tentativa a por um fim ou reduzir as ambivalências, os órgãos públicos que estavam encarregados de fornecer as informações para os meios de comunicação, utilizavam-se de **um** cientista para tratar sobre o assunto. “*Em 2006, 2005-2006, cada setor público que se envolvia tinha um, digamos assim um, uma pessoa responsável para falar sobre a doença. Por que? Porque, fala com a Rebimboca* ²¹ *ela diz uma coisa, fala com a Parafuseta* ²² *ela diz outra...*” (Embrapa). Assim, um cientista era treinado para dar as informações aos meios de comunicação, geralmente sendo considerado o maior especialista sobre a temática da área, sendo que os demais cientistas referenciavam aquele responsável para falar sobre o assunto.

Outra questão importante refere-se à característica do sensacionalismo presente nos meios de comunicação. É possível verificar duas posições: a informação do cientista e a da

²¹ Nome fictício.

²² Nome fictício.

mídia. A do cientista estaria comprometida com o entendimento das propriedades do vírus, entendendo de que forma ele age, enfatizando aquilo que é. Já alguns meios de comunicação, como pôde ser verificado nos depoimentos dos membros do CESAVI, possuem um comprometimento apenas com a audiência, com o IBOPE, e para tanto acabam utilizando-se de uma linguagem caracterizada pelo sensacionalismo. Isso implica em fins diferentes.

Apenas um dos membros do CESAVI relativiza o papel dos meios de comunicação.

“A gente tem que entender eles também. Porque eles na verdade tem que, manchete deles, e dar importância se você colocar isso como uma coisa fantástica. ... “Então essa parte tinha acho que podia ser um pouquinho mais clara. Mas aí o pessoal da mídia diz que daí também não vende.” (Faesc).

Todos os membros do CESAVI consideram importante o papel dos meios de comunicação, todavia, a questão do sensacionalismo é percebida como algo prejudicial ao setor avícola.

A dramatização em termos simbólicos e visuais é fundamental como um fator que opera no processo de construção social de um determinado risco, de acordo com Hannigan (1995). A utilização desta dramatização em termos simbólicos e visuais foi usada pelos meios de comunicação como uma forma de visualizar como as pessoas estariam nesta situação. Uma revista de ampla circulação nacional mostrava na capa a seguinte imagem.



Alguns membros do CESAVI fizeram referencia a tal revista. “*tanto sensacionalista, de botar na capa assim aqueles cara de macacão amarelo e tal, esse negócio, um frango enorme e tal*”. (SFA/SC). Em outro depoimento, afirmei para o entrevistado que se tratava da revista Isto É, e ele respondeu: “*Eu prefiro não comunicar o nome da revista. Mas se você localizar isso aí, você vai ver na capa colocando, pessoas como se fossem astronautas*”. (Sindicarne). Dessa maneira, além desta imagem, foram utilizadas outras imagens com frangos e aves migratórias sendo analisadas por cientistas e sendo fotografadas, além de plantéis inteiros de aves mortas em função do vírus H5N1.

Esta mesma revista foi publicada em março de 2006, trazendo na matéria que a pandemia ameaça o planeta com a morte de 50 milhões de pessoas, sendo inevitável a sua chegada ao país, especificando a data que estaria marcada para setembro de 2007, ou seja, que chegaria em 18 meses no Brasil. Um membro do comitê chega a comentar a marcação para a chegada do vírus com tom de ironia. “*Dali a pouco alguém já marcava data do desembarque, você já podia botar a banda de música lá para esperar, porque ele vai vir e tal*.” (SFA/SC). Desta maneira, as conseqüências de tais informações puderam ser observadas como a redução do consumo de carne de frango, pois a Gripe Aviária não foi referida ao termo aviária, mas gripe do frango, remetendo a uma parte das aves e não a sua totalidade, além de estabelecer o medo na população.

5.4.2 Segurança ontológica

Esse medo na sociedade introduzido pelos meios de comunicação só é possível com a emergência das sociedades modernas, em que a mídia está cada vez mais presente na vida cotidiana dos agentes.

“Uma segunda característica da experiência transmitida pela mídia nos tempos modernos é a intrusão de eventos distantes na consciência cotidiana, que é em boa parte organizada em termos da consciência que se tem deles. Muitos dos eventos relatados no noticiário, por exemplo, podem ser experimentados pelo indivíduo como exteriores e remotos; mas muitos também se infiltram na atividade diária” (GIDDENS, 2002:31).

Desta maneira, os eventos distantes da vida dos indivíduos começam a integrar a vida cotidiana das pessoas, embora isso não ocorra com todos os eventos.

Na medida em que a mídia tem tratado com frequência sobre o assunto da Influenza Aviária, isso pode ter afetado o nível da segurança ontológica dos indivíduos. A segurança ontológica é um dispositivo de confiança básica que os agentes adquirem, funcionando como um *casulo protetor* que é obtido pela disciplina da rotina (Giddens, 2002). É a segurança ontológica que torna a vida possível fazendo com que os agentes não tenham que se perguntar a todo momento, do por que tomam uma determinada ação ou fiquem se questionando sobre o mundo, pois ao contrário, tornaria a vida inviável e paranóica. O pânico é uma característica desta situação: *“o pânico, ele leva a tragédia. O cara não consegue fazer direito às coisas dele. O cara tem que ter tranqüilidade”* (Faesc). Esta situação de inoperância diante de uma determinada situação é causada pelo abalo da segurança ontológica.

A possibilidade de uma pandemia pode ter causado uma forma de pânico na sociedade, tendo como um dos primeiros efeitos a redução do consumo de carne frango. Mesmo o consumo de carne de frango não tendo nenhuma correlação com a contaminação das pessoas pelo vírus H5N1, pois de acordo com alguns membros do CESAVI, seria impossível alguém se contaminar com o vírus a não ser que ingeria carne de frango crua, o que é muito improvável. Mesmo assim, as pessoas agiram de maneira a evitar o consumo daquilo que é desconhecido.

Desta maneira é possível constatar o abalo momentâneo da segurança ontológica, uma vez que os indivíduos começaram a se perguntar sobre questões que não se perguntavam anteriormente, fazendo com que tivessem receio sobre estas questões novas e desconhecidas. Entretanto, este estado não permanece constante, mas a segurança ontológica volta a estar presente, causando a sensação de segurança diante do risco. Isso se manifesta com a volta do consumo após um determinado período.

Alguns motivos podem ter levado a esta situação. Levantamos três questões que estão relacionadas. A primeira diz respeito à diminuição das notícias na mídia, também atrelada a diminuição dos casos registrados. A segunda a própria propagação do vírus, que além de não ter se disseminado da forma esperada por parte dos cientistas e da imprensa, o

H5N1 também não sofreu as mutações que seriam necessárias para haver o contágio de humano para humano, mas permaneceu entre as aves. E terceiro, a contraponto estabelecido entre as informações geradas pelos meios de comunicação e a prática social dos leigos.

5.4.3 Os leigos

Por se tratar de riscos invisíveis, isso pode gerar num descrédito maior diante do risco. É o princípio do ‘eu só acredito vendo’, em que as pessoas só acreditam naquilo que podem ver, caracterizado por uma posição cética, percebendo o risco apenas quando ele se manifesta e possa ser visualizado.

Isso também remete a algumas dificuldades na implementação das medidas, de acordo com um membro do CESAVI alguns avicultores podem deixar de adotar as medidas porque não acreditam no risco, uma vez que partem do pressuposto que é preciso ver a para acreditar. De acordo com um membro do CESAVI:

“é difícil, tem situações assim, a nossa cultura é daquelas situações que ‘eu só acredito vendo, acontecendo’. Então eu acho que tem algumas pessoas assim que quando você fala da Gripe Aviária, não conseguem ver a dimensão do estrago que isso faz, não consegue imaginar o estrago, e vê isso como uma coisa distante, que não vai acontecer aqui...” (Acav).

Esta lógica do descrédito no risco em virtude de sua invisibilidade estaria implícita na cultura dos leigos, o que também implica na percepção da distância do risco com relação a sua realidade social. Conforme a seqüência do depoimento, ainda existiriam aqueles indivíduos que por serem indiferentes a questão, não adotam as medidas. Desta maneira, o perfil dos leigos também é marcado por uma heterogeneidade tal, que de acordo com estas características implícitas nestes perfis, as medidas são adotadas ou não pelos avicultores.

Os membros do CESAVI consideram na sua maioria que os avicultores estão preparados para adotar as medidas, pois três afirmaram que eles estão preparados, um que a maior parte está preparada, um não respondeu e outro que os avicultores não estão preparados. Os que afirmam que os avicultores estão preparados consideram que isso se deve ao fato de haver trabalhos de conscientização e de treinamento, já os outros, embora mencionem estes fatores, consideram que eles não são suficientes uma vez que mesmo

havendo o trabalho de conscientização, os interesses dos mesmos variam de acordo com cada um.

A aplicação dos métodos preventivos da Influenza Aviária é realizada pelos avicultores e sociedade civil em geral. Neste sentido, os membros do CESAVI entendem que a percepção dos leigos é importante para esta aplicação. Esta importância está atrelada a um trabalho de conscientização dos leigos, fazendo com que estes adotem as medidas preventivas indicadas pelos cientistas. Não foi mencionado nenhum tipo de participação dos mesmos para além da questão da aplicação.

Um dos problemas que pode estar sendo gerados nesta aplicação das medidas se deve ao modo pelo qual os avicultores estão inseridos nesse processo. Pois, a sua atuação se resume a aplicação das medidas. Além dos custos estarem recaindo sobre os avicultores, como pôde ser observado na geração de alguns pontos de tensão, a questão do custo não é suficiente. Pois, mesmo sendo adquiridos os equipamentos, e feito o trabalho de conscientização, se o avicultor não percebe risco ele dificilmente vai adotar as medidas mesmo dispondo delas. Outra questão diz respeito ao modo como é comunicado para os leigos, se ele está sendo entendido pelos avicultores e se é de interesse dos mesmos.

Como observa Guivant (1997,1999, 2002) a percepção dos produtores é importante para que determinadas políticas não se tornem estéreis, pois de nada adianta fornecer instrumentos para agir no risco, se quem aplica as medidas não percebe o risco enquanto tal. Este fato deixa em aberto à questão da percepção dos avicultores, uma vez que não é possível saber suficientemente como eles percebem a questão da Gripe Aviária, e se eles consideram as medidas pertinentes.

Também pode ser levado em consideração essa questão, na medida em que não foi mencionado nenhum tipo de trabalho que tenha tratado sobre a percepção dos avicultores, estando o seu papel atrelado apenas a aplicação das medidas, sem identificar qual a sua posição diante deste risco.

Embora isso ocorra, esta questão pode ganhar relevância na medida em que boa parte dos membros do CESAVI consideram importante a ação do avicultor. *“E não adianta o presidente da empresa, o governador, tem que, pergunta pro caboclo, aquele que vai executar. Se der um vírus, o que você vai fazer? O cara tem que saber”*. (Udesc) Em outro

depoimento. “*se um dia acontecer a doença não vai acontecer no escritório do governo, vai acontecer lá no produtor.*” (Faesc). Esta é uma constatação salutar para que se possa desenvolver futuramente junto aos produtores, um trabalho acerca de suas percepções, sendo um fator positivo para que essa atividade futuramente passa ser desenvolvida e com ela a maior possibilidade das medidas serem efetivamente adotadas.

Conclusão

Podemos situar a análise da Gripe Aviária no Estado de Santa Catarina assim como as conseqüências da modernidade analisadas por Giddens (1991), ou seja, através dos seus aspectos multidimensionais. Os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais atrelados à Gripe Aviária são essenciais para este entendimento. A dimensão política, como pôde ser observada, remete a uma discussão acerca do significado do Estado–Nação que, de acordo com Beck (1999), propicia a emergência de Estados transnacionais, alterando a essência do Estado numa situação de interdependência própria da sociedade contemporânea. A dimensão econômica também está relacionada à interdependência existente nestas relações, que vai desde os avicultores até o Estado, passando pelas agroindústrias e os setores relacionados indiretamente pela atividade econômica. Isso faz com que alguns setores sociais ou países se beneficiem e outros tenham um prejuízo, característico de um mundo no qual as ambivalências estão presentes, como pôde ser observado em Bauman (1999). O aspecto cultural relaciona-se às modificações das práticas adotadas pelos avicultores, que em vista das normas advindas do Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária, alteram estes modos de produção podendo influenciar o seu modo de vida. A dimensão social é evidenciada na relação dos atores sociais envolvidos na questão do risco, que para além da sua objetividade, está vinculada ao seu processo de construção social, descrito por Hannigan (1995), e envolvendo um processo complexo que articula diferentes atores sociais. Estes aspectos multidimensionais só são possíveis em um mundo globalizado, que Giddens (1991, 2002, 2003) e Beck (1997, 1998, 1999) analisam demonstrando como a relação tempo-espaço se torna importante, e o risco se torna uma categoria fundamental para a sociologia.

A partir da pesquisa elaborada junto aos membros do Comitê Estadual de Sanidade Avícola (CESAVI) foi possível observar uma série de questões implícitas e explícitas, norteadoras das práticas sociais em relação à Influenza Aviária. Os pontos de tensão constituem um exemplo deste aspecto. Foram observados seis pontos de tensão: entre a produção de corte e postura, os integrados e não integrados, as agroindústrias e os

avicultores, a produção comercial e independente, esfera pública e privada e dentro da esfera privada. Cada ponto de tensão está relacionado à Influenza Aviária, entendido sob a luz do risco. Isto proporcionou a elaboração geral de três pontos de tensão: os pontos de tensão pré-risco, que são os pontos de tensão que existiam anteriormente ao risco, mas que inexistem com a sua emergência, como é o caso do ponto de tensão dentro da esfera privada; os pontos de tensão pós-risco, que são os pontos de tensão que não existiam anteriormente, mas passam a emergir concomitantemente ao aparecimento do risco, como é o caso da tensão entre a produção comercial e a independente; e os pontos de tensão trans-risco, sendo aqueles que independem do risco, existindo antes, durante e depois do risco, como é o caso da tensão entre integrados e não integrados. Assim, cada ponto de tensão articulado ao risco permite entender as especificidades contidas, bem como as dessemelhanças de cada ponto de tensão analisado.

Os fatores sociais e políticos no caso da Influenza Aviária e as questões normativas permitiram salientar de que maneira o estabelecimento de um determinado enfoque político dado a Influenza Aviária perpassa pelos fatores sociais subjacentes. A percepção dos membros do CESAVI é de que o risco da Influenza Aviária vir ao Brasil é pequeno em vista das características presentes no modo de produção da maior parte dos avicultores do Estado de Santa Catarina, além das características na rota das aves migratórias, alicerçados também em estudos da OIE.. Todavia, isso não faz com que as medidas não sejam priorizadas; pelo contrário, pois o monitoramento das aves migratórias, o comitê de sanidade instalado e os treinamentos, indicam que estão sendo tomadas medidas preventivas relevantes, dada à importância do setor avícola para o Estado.

No que tange a globalização e as ambivalências no contexto da Influenza Aviária e os diferentes tipos de conhecimentos envolvidos, foi possível averiguar como mesmo não existindo o vírus H5N1 no Brasil há uma modificação na estrutura social, o que só pode ser entendido com a noção de globalização que estabelece um estreitamento na relação local-global. As ambivalências constituíram outra perspectiva importante, remetendo a três aspectos: da possibilidade da Gripe Aviária vir ao Brasil, na medida em que, embora nem todos os membros do CESAVI, mas a maioria percebe uma falta de consenso na comunidade científica sobre esta questão; já a ambivalência dos meios de comunicação não

é percebida pelos membros do CESAVI, que na sua maioria percebe a dimensão sensacionalista da mídia, muitas vezes considerando-a como uma espécie de “bode espiatório” como se fosse à única responsável por um prejuízo ao setor avícola, não considerando que justamente esse fato de ser sensacionalista pode desencadear em uma efetiva ação no risco, como observado por Giddens (2002). A ambivalência do risco em si é percebida pelos membros do CESAVI, uma vez que fazem referencia ao fato de haver um risco de graves conseqüências, mas que ao mesmo tempo pode trazer vantagens no caso de não haver Influenza Aviária no Estado de Santa Catarina.

Foi possível observar uma heterogeneidade de conhecimentos envolvidas neste debate, que passa dos peritos aos leigos, tendo como intermediário os meios de comunicação. Na medida em que cada um destes possui uma lógica própria, estando submetida a um determinado campo, a passagem do conhecimento perito ao leigo passou a ser filtrada pelos meios de comunicação. Este processo de passagem de um campo para o outro fez com que “ficasse pelo caminho” algumas noções elementares para trabalhar com o risco, como o caso da contingência, conceito que perpassa a lógica científica, mas não está presente da mesma forma nos meios de comunicação. Esta geração de informação dos meios de comunicação gerou um abalo momentâneo na segurança ontológica do público leigo, que se manifestou na diminuição do consumo de carne de frango. Finalmente, podemos considerar que existem diferentes racionalidades envolvidas, como também do público leigo, observadas por Guivant (1992, 1997, 2002) e Douglas (1996), obedecendo a princípios próprios, atribuídos a valores dessemelhantes, e que em função desta heterogeneidade, podemos inferir que estas dificuldades muitas vezes referidas pelos membros do CESAVI, como no caso de uma informação “errada”, podem ser consideradas como inerentes à atividade de comunicação dos riscos. Vale lembrar a necessidade de futuros trabalhos sobre a percepção dos avicultores sobre o tema, uma vez que a sua percepção não pôde ser aqui avaliada, não sendo possível de ser realizar nesta pesquisa. Assim, as futuras pesquisas que incorporem a percepção dos leigos sobre a temática, poderão dialogar com o presente trabalho.

Anexo

Variáveis	SASC	SFA/SC	UDESC	Sindicarne	Faesc	Embrapa	Acav
Se considera que os avicultores estão preparados para adotar as medidas	Sim	Sim	Sim	A maior parte deles	-	A maior parte deles	Não
Ambivalência sobre a reduzida possibilidade do risco no Brasil	“Respondeu outra coisa, mas” pela resposta é não percebe	Percebe a ambivalência	Não percebe a ambivalência	Não percebe a ambivalência	Percebe a ambivalência	Percebe a ambivalência	Percebe a ambivalência
Papel dos Cientistas	Conhecer o vírus e indicar medidas preventivas	Conhecer o vírus e indicar medidas preventivas	Conhecer o vírus e indicar medidas preventivas	Conhecer o vírus e indicar medidas preventivas	Conhecer o vírus e indicar medidas preventivas	Conhecer o vírus e indicar medidas preventivas	Conhecer o vírus e indicar medidas preventivas
Papel das Agroindústrias	Agir em conjunto com os órgãos públicos para aplicar as medidas do Plano	Prestar informações aos órgãos públicos e adotar as medidas do Plano	Participar do comitê informando a situação e adotar as medidas do Plano	Apoiar o governo no caso de um possível surto	Adotar as medidas do Plano	Importante por dar subsídios aos órgãos públicos e adotar as medidas do Plano	Adotar as medidas do Plano
Que órgão deve assumir mais o controle em SC	Órgãos Públicos	Todos os Órgãos	Órgãos Privados	Órgãos Públicos	Órgãos Públicos	Órgãos Públicos	Órgãos Públicos
Se considera que os conhecimentos sobre a difusão e contaminação são suficientes no momento para que se tomem medidas preventivas	Sim	Sim	Sim	Não totalmente	Sim	-	Não
Se considera que as medidas tomadas no plano internacional são suficiente	Sim	-	Sim	Não totalmente	Sim	Sim	Em alguns casos sim

Variáveis	SASC	SFA/SC	UDESC	Sindicarne	Faesc	Embrapa	Acav
Se estima que há ou não necessidade de redes internacionais de cientistas e funcionários de agencias governamentais agirem em conjunto	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Se a Gripe Aviária é um risco claro para o Brasil e particularmente para Santa Catarina ou ainda trata-se de algo que está muito distante de ter lugar aqui	Risco baixo	Risco existe em função da globalização	Risco remoto	Risco baixo	Risco baixo	Risco baixo	Risco de 50% de vir e de não vir
Se o órgão o qual representa esta adotando medidas específicas	Vinculado à outros órgãos e não possui autonomia	Ação em conjunto com a Acav e Cidasc	Vinculado à outros órgãos e não possui autonomia	Vinculado à outros órgãos e não possui autonomia	Vinculado à outros órgãos e não possui autonomia	Sim	Ação em conjunto com Sindicarne
Conseqüências negativas do risco	Graves	Graves	Graves	Incógnita	Graves	Graves	Graves
Conseqüências positivas do risco	Nenhum	Nenhum	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEF, Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango. 2006. site: <http://www.abef.com.br/Estatisticas/MercadoExterno/Atual.asp>

ALONSO, Angela. *Por uma Sociologia Ambiental dos Conflitos*. Rio de Janeiro, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1999.

BECK, Ulrich. *La Sociedad del Riesgo: Hacia una nueva modernidad*. Piados: Barcelona, 1998.

BECK, Ulrich. *Liberdade ou Capitalismo*. Unesp: São Paulo, 1998.

BECK, Ulrich. *O que é Globalização? Equívocos do Globalismo. Respostas à Globalização*. Paz e Terra: São Paulo, 1999.

BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. Unesp: São Paulo, 1997.

BRICKS, Lúcia Ferro. RESEGUE, Rosa. RODRIGUES Daleth. *Vacinas Contra Influenza – auaização Influenza vaccines Na overview*. *Pediatria*, São Paulo 114-17. 1997 site: <http://pediatriasaopaulo.usp.br/upload/pdf/1016.pdf> Consulta: outubro de 2006).

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. Cultrix: São Paulo, 1982.

CASTRO, Cláudio de Moura. *Prática da Pesquisa*. McGraw-Hill do Brasil: São Paulo. 1977.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos. *A Gripe Aviária e o Impacto Sobre os Trabalhadores*. Nota Técnica. Número 20 de Abril de 2006. <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec20gripeAviaria.pdf>

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos. *O preço o frango e a Gripe Aviária*. Nota à Imprensa. São Paulo, 09 de Maio e 2006. <http://www.dieese.org.br/rel/icv/icvAbril2006GripeAviaria.pdf>

DOUGLAS, Mary. *La aceptabilidad del riego según las ciencias sociales*. Piados: Barcelona, 1996.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Unesp: São Paulo, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em Descontrole*. Record: Rio de Janeiro e São Paulo, 2002.
- GUIVANT, Júlia. O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação. Um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, SC. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1992.
- GUIVANT, Julia. *As Duas Caras de Jano: Agroindústrias e Agricultura Familiar Diante da Questão Ambiental*. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.6. n.3, p.85-128, set./dez.1999.
- GUIVANT, Júlia. *Heterogeneidade de Desenvolvimento no Desenvolvimento Rural Sustentável*. Cadernos de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA. Vol.14, n.3, set/dez 1997.
- GUIVANT, Júlia. Sustentabilidade e Métodos Participativos: Os Riscos dos Pressupostos Realistas. Estudos Sociedade e Agricultura, n.19, Outubro 2002: 72-88.
- HANNIGAN, John. *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Perspectivas Ecológicas:Lisboa, 1995.
- HUTTON, Will e GIDDENS, Anthony. *No Limite da Racionalidade. Convivendo com o capitalismo global*. Uma conversa (13-80). Record: Rio de Janeiro, 2004.
- IBIAPINA, Cássio da Cunha. *Influenza A aviária (H5N1) - A gripe do frango*. J. bras. pneumol. vol.31 no.5 São Paulo Sept./Oct. 2005.
- IRWIN, Alain (2001) *Sociology and the environment. A critical introduction to society, nature and knowledge*. Londres: Polity Press. Cap 7.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação*. Unesp: São Paulo, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the social. An introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University press. (Introduction). 2005.
- LOPES, José Sergio Leite. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais. Participação e Controle Público da Poluição Industrial*. Coleção Antropologia da Política. Relume Dumara: Rio de Janeiro. 2004.
- MAGNO, Carlos Plano de Preparação para Pandemia de Influenza do Estado de São Paulo. (PowerPoint) <http://www.unesp.br/gripeaviaria/06%20-%20Palestra%20-%20Carlos%20Magno%20Fortaleza.pdf> Consuta:l outubro de 2006)

MOL, A, e SPARGAREN, Gert. Para uma sociologia dos fluxos ambientais. Uma nova agenda para a sociologia ambiental do século 21. Revista Política e Sociedade. 2005.

Nosso Futuro Comum/Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. FGV: Rio de Janeiro. 1991.

OLIVEIRA JUNIOR, Altino Bomfim de. Construção Social do Ecoturismo como Colonização do Futuro. Um estudo de caso na Chapada dos Veadeiros. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 2003.

PAESE, Joel. Sociedade, Técnica e Natureza em Ação. (mimeo).

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradativa. 1998.

FIESC, CIESC, SESI, SENAI, IEL. Santa Catarina em Dados. Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina 2004.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Cortez: São Paulo, 2001.

Revistas

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.

Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.

Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma

Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

Disponível no site: http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf

Revista **Avicultura Industrial** número 03, 2006, ANO 97, Edição 1143

Revista **Avicultura Industrial** número 04, 2006, ANO 97, Edição 1144

Revista **Avicultura Industrial** número 06, 2006, ANO 97, Edição 1146

Revista **Avicultura Industrial** número 10, 2006, ANO 98, Edição 1150

Revista **Avicultura Industrial** número 11, 2006, ANO 98, Edição 1151

Revista **Avicultura Industrial** número 03, 2007, ANO 98, Edição 1154